



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BANCO CENTRAL

AUTONOMIA X INDEPENDÊNCIA

Exposição dos palestrantes que participaram do Seminário realizado pela Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados em 10 de junho de 2003.

Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASÍLIA – 2004

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretora: Nelda Mendonça Raulino

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: Sílvio Avelino da Silva

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – CEDI

Coordenação de Publicações – CODEP

Anexo II, térreo

Praça dos Três Poderes

70160-900 – Brasília (DF)

Telefone: (61) 216-5802; fax: (61) 216-5810

publicacoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Ação parlamentar

n. 284

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Banco Central : autonomia x independência. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

124 p. : il. – (Série ação parlamentar ; n. 284)

Seminário realizado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados em 10 de junho de 2003.

ISBN 85-7365-373-6

1. Banco Central, Brasil. 2. Autonomia administrativa. 3. Banco Central do Brasil (Bacen). I. Série.

CDU 336.711(81)

ISBN 85-7365-373-6

SUMÁRIO

	Pág.
• <i>Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo</i>	5
• <i>Síntese do Seminário</i>	9
• <i>Artigo “Autonomia do Banco Central: Subsídios para discussão”</i>	15
• <i>Íntegra das palestras</i>	27

***Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo**

Mesa da Comissão – 2003

Presidente: DEPUTADO LEO ALCÂNTARA (PSDB/CE)

Vice-Presidentes:

DEPUTADO RONALDO DIMAS (PSDB/TO)

DEPUTADO GIACOBO (PPS/PR)

DEPUTADO JAIRO CARNEIRO (PFL/BA)

Membros da Comissão:

DEPUTADO ALCESTE ALMEIDA	PMDB/RR
DEPUTADO ALEX CANZIANI	PTB/PR
DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL/BA
DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO	PTB/PE
DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT/PR
DEPUTADO ÁTILA LIRA	PSDB/PI
DEPUTADO BERNARDO ARISTON	PSB/RJ
DEPUTADO BISMARCK MAIA	PSDB/CE
DEPUTADO CARLOS EDUARDO CADOCA	PMDB/PE
DEPUTADO CARLOS MELLES	PFL/MG
DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO	PFL/BA
DEPUTADO DELFIM NETTO	PP/SP
DEPUTADO DR. BENEDITO DIAS	PPB/AP
DEPUTADO EDISON ANDRINO	PMDB/SC
DEPUTADO EDSON EZEQUIEL	PSB/RJ
DEPUTADO ENIO BACCI	PDT/RS
DEPUTADO ENIO TATICO	PTB/GO
DEPUTADO FERNANDO DE FABINHO	PFL/BA
DEPUTADO GASTÃO VIEIRA	PMDB/MA
DEPUTADO GERSON GABRIELLI	PFL/BA

*A Resolução nº 20/04 alterou o nome da Comissão para Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

DEPUTADO GIACOBO	PPS/PR
DEPUTADO HUMBERTO MICHILES	PL/AM
DEPUTADO JAIRO CARNEIRO	PFL/BA
DEPUTADO JOÃO LYRA	PTB/AL
DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI	PP/SC
DEPUTADO JORGE BITTAR	PT/RJ
DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT/SP
DEPUTADO JOSIAS GOMES	PT/BA
DEPUTADO LEO ALCÂNTARA	PSDB/CE
DEPUTADA LÚCIA BRAGA	PMN/PB
DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS	PPS/AM
DEPUTADO MÚCIO SÁ	PTB/RN
DEPUTADO NELSON PROENÇA	PPS/RS
DEPUTADA NICE LOBÃO	PFL/BA
DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO	PFL/DF
DEPUTADO REINALDO BETÃO	PL/RJ
DEPUTADO RICARTE DE FREITAS	PTB/MT
DEPUTADO RONALDO DIMAS	PSDB/TO
DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS	PTB/MG
DEPUTADO RUBENS OTONI	PT/GO
DEPUTADO VICENTE ARRUDA	PSDB/CE
DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT/MG
DEPUTADO YEDA CRUSIUS	PSDB/RS
DEPUTADO ZICO BRONZEADO	PT/AC



*Da esquerda para a direita:
Mendonça de Barros, Deputado Delfim Netto, Deputado Leo Alcântara,
Deputado Jairo Carneiro, Paulo Nogueira Batista Júnior.*

SÍNTESE DO SEMINÁRIO

Deputado **LÉO ALCÂNTARA**

*Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da
Câmara dos Deputados.*

Aprovadas as reformas da Previdência e Tributária, o Congresso Nacional tende a defrontar-se com a demanda crescente, originária de vários segmentos da sociedade, pela deflagração do processo legislativo de regulamentação do Banco Central, após já transcorridos quase 16 anos da promulgação da atual Constituição da República.

Mesmo tendo conhecimento da posição do Poder Executivo de adiar o citado processo de regulamentação para o ano de 2005, a Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, mantendo sua tradição de estar em sintonia com as grandes questões nacionais, tomou a iniciativa de iniciar o debate sobre esta importantíssima matéria.

Com este objetivo, promovemos, em junho de 2003, o “Seminário Banco Central: autonomia/independência”, no qual contamos com a participação do atual e de ex-presidentes da instituição, renomados especialistas no assunto e parlamentares desta Casa. A presente publicação pretende manter a memória das principais questões abordadas no evento.

Para o sucesso do seminário foi fundamental a participação dos ilustres Deputados Delfim Neto e Yeda Crusius, Coordenadores de Painéis, para os quais apresentamos nossos sinceros agradecimentos. Também agradecemos o nobre colega Deputado Gonzaga Motta, atual Presidente desta comissão, pelo apoio na publicação destes Anais.

A seguir, apresentaremos sinteticamente os temas mais relevantes, abordados pelos ilustres palestrantes. Evidentemente, alguns pontos foram tratados em mais de uma palestra. Apesar de nossa proposta inicial de não repeti-los, abrimos exceção para a questão fulcral e muito controversa: a evidência empírica da correlação inversa entre o grau de autonomia/independência de bancos centrais e as taxas de inflação.

Nesta seleção de temas, esperamos ter reproduzido fielmente as posições pessoais dos palestrantes.

O primeiro palestrante, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, iniciou suas palavras afirmando que, historicamente, a discussão sobre a autonomia de Bancos Centrais ganhou destaque a partir do reconhecimento da importância do controle da inflação, como condição essencial para o crescimento econômico.

Análise dos países que têm registrado altas taxas de crescimento sustentado ao longo de anos revela que todos, sem exceção, apresentaram baixas taxas de inflação. Este fato aplica-se tanto a países desenvolvidos quanto emergentes, analisados em períodos prolongados.

No contexto de políticas de controle da inflação e manutenção da estabilidade de preços, ganhou importância o debate sobre o melhor modelo de atuação dos Bancos Centrais. Isto pelo motivo de que, quanto maior certeza tiverem os agentes econômicos de que a autoridade monetária perseguirá autonomamente o controle da inflação, mais eficaz será a atuação do Banco Central e menor será o custo social das políticas antiinflacionárias.

Assim, a experiência internacional revela acentuada tendência de concessão de autonomia aos Bancos Centrais – a medida foi adotada, durante os anos 80, pelo Chile e pela Nova Zelândia. Já na década seguinte, esta experiência foi seguida pelo Canadá, Reino Unido, Suécia, Japão, Hong Kong, México e Polônia, dentre outros.

No caso brasileiro, enfatizou, cabe à sociedade, representada pelo Congresso Nacional, a definição do papel e das responsabilidades da instituição – o projeto que será encaminhado futuramente é sobre e, não, do Banco Central. Desta forma, os dados, por ele apresentados, mostrando acentuada correlação inversa entre a taxa média de inflação e o grau de autonomia de um Banco Central objetivam contribuir para o debate e não defender nenhuma posição da instituição por ele presidida.

A segunda palestra foi proferida pelo analista Luiz Carlos Mendonça de Barros, que, inicialmente, manifestou sua perplexidade diante de pessoas que defendem a tese de independência do BC, sob o argumento de que resultaria na redução de 100 a 200 pontos do chamado Risco Brasil, nos mercados internacionais. No seu entendimento, esta decisão tem de ser profundamente refletida pela sociedade, cujo foro adequado é o Congresso Nacional.

Para esta reflexão, apresentou quatro questões fundamentais:

a) o que se busca com a independência ou a autonomia do Banco Central? Modular a influência dos executivos eleitos periodicamente sobre a gestão da moeda. Como esta é um bem da sociedade, é correto diminuir a influência dos eleitos sobre a gestão do Banco Central. Porém, não se pode eliminar totalmente esta influência, o que retiraria da sociedade a legitimidade do processo de escolha de seus dirigentes;

b) qual a razão para a moderação da influência de curto prazo sobre a gestão da moeda? Foi a mudança radical de percepção do fenômeno inflacionário, pela sociedade brasileira, muito bem captada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante décadas, a inflação não foi entendida, por nossa população, como algo contrário ao seu interesse; c) a terceira questão é mais simples de ser respondida, já que existem experiências que nos permitem perceber suas vantagens e desvantagens: qual o modelo de autonomia/independência?

Finalmente: d) existe condição de passarmos do sistema atual para a independência absoluta do Banco Central? A resposta é negativa, até por uma questão de bom senso. A independência da autoridade monetária deve ser a última etapa de um longo caminho da sociedade. Assim, o Banco Central europeu é independente porque a Europa tem longa tradição de discussão sobre o problema da inflação.

O terceiro palestrante, economista Paulo Nogueira Batista Júnior, considera que a questão da autonomia/independência do BC deve ser tratada à luz de certas tendências econômico-financeiras, ocorrendo no mundo e no Brasil, particularmente. Assim, é importante levar-se em consideração o fenômeno da hipertrofia da dimensão financeira no sistema econômico, processo iniciado nos anos 70.

Ocorreu um vertiginoso crescimento dos mercados financeiros, especialmente dos fluxos de capitais voláteis e de curto prazo, fortalecendo o poder do capital financeiro. Em países como a Argentina e, em menor escala, o Brasil, a política econômica dos últimos anos foi aprisionada por esse eixo de poder político-financeiro.

Outro aspecto relevante do processo acima é o controle sobre as idéias econômicas e sobre o ensino da ciência econômica. O padrão predominante é o das principais universidades norte-americanas, que vem sendo exportado para o resto do mundo. Assim, parte significativa dos departamentos de economia do Brasil transformou-se em consumidor passivo desse padrão de ensino, matematizado, com pouco conteúdo histórico, com traços de dogmatismo e um viés antiestado e contrário à dimensão nacional dos problemas.

Neste contexto, a autonomia ou independência do Banco Central é um perigo para o País. Iria consolidar e aprofundar a perda de controle sobre a definição dos rumos da política econômica nacional. A concessão de mandatos fixos e longos à diretoria do Banco Central removeria o frágil contrapeso, que é a possibilidade de o Presidente da República eleito substituir o comando da instituição.

Desta forma, mais importante do que a autonomia é a coordenação entre o Banco Central e a política de governo. Mesmo porque é falsa a idéia de que existe um consenso mundial sobre os benefícios da autonomia. Pelo contrário, há controvérsias importantes, nos planos teórico e empírico.

A palestra seguinte foi proferida pelo ex-Presidente do Banco Central, economista Carlos Langoni, que entende a discussão sobre a independência ou autonomia do Banco Central como equivalente à discussão da importância da estabilidade macroeconômica, especialmente o controle da inflação. Nossa história deixa-nos claro os elevados custos alocativos e distributivos de processos inflacionários crônicos, muitas vezes beirando a ante-sala da hiperinflação.

Há evidência empírica que nos sugere ser impossível crescimento sustentado com inflação crônica. Nem faz parte da literatura a idéia de que alguma pequena inflação ajude o desenvolvimento. Na realidade, os países que obtiveram sucesso no processo de crescimento econômico, a exemplo de alguns países asiáticos, como a Coreia do Sul, foram também bem-sucedidos em manter a inflação sob controle.

Evidentemente, inflação baixa é condição necessária, mas não suficiente para haver crescimento e desenvolvimento. Estes são processos muito mais complexos: envolvem estabilidade política, modernidade institucional, acumulação de capital humano. Portanto, a inflação inviabiliza o processo de crescimento sustentado, porém, o seu controle, por si só, não o assegura.

A idéia de Bancos Centrais independentes é relativamente recente. Surgiu no período pós-guerra e o melhor exemplo é o do Bundesbank, da Alemanha, país que havia experimentado duas terríveis hiperinflações. Então, uma conclusão importante é que a idéia de autonomia/independência de bancos centrais associa-se ao processo de democratização.

Ou seja, foi o processo democrático que gerou certa demanda por autonomia de Bancos Centrais, exatamente para tentar conciliar o jogo político, integrante da democracia (pressões, contrapressões, conflitos de interesses), com o bem público representado pela estabilidade monetária, cuja preservação está acima de quaisquer interesses políticos e/ou ideológicos.

Quando se relaciona estabilidade à autonomia do Banco Central, enfatiza-se a importância da política monetária como grande instrumento para se atingir aquele objetivo. É claro que a política monetária não é o único instrumento. A evidência empírica mostra que a obtenção da estabilidade e sua manutenção por longo tempo depende da coordenação eficiente entre a política monetária, a política fiscal e outras políticas, a exemplo da abertura comercial, para a combinação macroeconômica ótima: inflação baixa e crescimento sustentável.

Finalmente, a quinta palestra foi proferida pelo economista Ibrahim Eris, ex-Presidente do Banco Central, que manifestou sua discordância sobre a evidência empírica da correlação inversa entre o grau de autonomia de Bancos Centrais e as taxas de inflação.

Segundo ele, a literatura sobre a questão é muito recente e altamente controversa. Foi desenvolvida nos últimos vinte anos e a experiência acumu-

lada, seja na área de autonomia/independência de Bancos Centrais, seja na de metas inflacionárias, ainda é pequena e precária, para termos conclusões definitivas.

Assim, toda a defesa da independência de Banco Central é teórica. Na verdade, os estudos empíricos feitos para justificar a desejabilidade da independência de Bancos Centrais não apresentaram os resultados esperados.

Vários autores já se debruçaram sobre a questão. Verificou-se que, realmente, quanto mais alto o grau de autonomia/independência de um Banco Central, menor a taxa de inflação. Isto foi entendido, em um primeiro momento, como prova de que efetivamente independência de Banco Central é uma variável importante na determinação da inflação.

Entretanto, logo os economistas chegaram à conclusão de que tal correlação – baixa taxa de inflação e alto grau de autonomia de Bancos Centrais – pode ser espúria. Pode ser verdade, por exemplo, que os países que adotaram a independência da sua instituição tenham sido exatamente aqueles que já haviam desenvolvido a consciência da estabilização econômica ou haviam desenvolvido políticas macroeconômicas mais amplas. Assim, a independência do Banco Central foi o coroamento de um processo muito maior.

O palestrante discordou de duas afirmações do Dr. Langoni. A primeira, de que a independência do Banco Central resulta em custos menores no processo de combate à inflação. A segunda, de que, em geral, observa-se que, quanto maior o grau de independência, mais rápida é a queda da inflação. Estes dois corolários de teoria, de expectativas racionais foram testados por economistas e nenhum deles conseguiu encontrar evidência empírica que confirmasse as duas citadas afirmações.

Contrariamente, um dos autores concluiu que, em casos de maior grau de autonomia, o custo de estabilização também é maior. A rapidez de queda da inflação também não foi confirmada. Este debate pôs em xeque, inclusive, a própria base teórica da inflação expectacional, o que o palestrante achou inconveniente comentar naquele momento.

Na verdade, não existem elementos empíricos definitivos para concluir que a independência do Banco Central é indispensável para se alcançar os almejados resultados no combate à inflação. Porém, ao mesmo tempo, não há evidência em contrário. Resumindo: nós, economistas, não temos condições de fazer afirmações, em fóruns como este, como as que são feitas por presidentes do Banco Central, o atual e os anteriores.

ARTIGO: “AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL: SUBSÍDIOS PARA DISCUSSÃO”

Eliacir Marques Pereira Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

SUMÁRIO

- I – Introdução*
- II – Regulamentação infraconstitucional vigente: Lei nº 4.595/64*
- III – Dispositivos constitucionais*
- IV – Comentários sobre a atuação do Banco Central nos últimos anos*
- V – Origem das discussões recentes sobre a função do Banco Central*
- VI – Conceitos de autonomia e independência*
- VII – Argumentos favoráveis à autonomia administrativa*
- VIII – Argumentos contrários à autonomia*
- IX – Autonomia de Bancos Centrais X taxas de inflação: evidência empírica*
- X – Ranking dos Bancos Centrais segundo o grau de autonomia*
- XI – Breves observações sobre o “Sistema Federal de Reservas” (EUA)*
- XII – Referências bibliográficas*

I – Introdução

Nas democracias contemporâneas, a regulamentação dos Bancos Centrais é uma questão altamente relevante e complexa. Como tal, não poderia deixar de ser polêmica, dado o papel imprescindível daquelas instituições. Os Bancos Centrais, pela natureza de suas funções, interferem significativamente na economia de seus países. Afetam o dia-a-dia da população, porque, ao manejar a taxa de juros e formular as políticas de crédito, de câmbio e monetária, afetam a atividade econômica como um todo.

Um Banco Central é dotado de grande poder em qualquer economia moderna. Além de ser a instituição reguladora da oferta de moeda, do crédito, do câmbio, é o responsável pela higidez do sistema financeiro, garantidor de sua solvência.

II – Regulamentação infraconstitucional vigente: Lei nº 4.595, de 1964

No caso brasileiro, este relevante papel está regulamentado pela Lei nº 4.595, de 31-12-64, que “dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências”, cujo Capítulo III (arts. 8º a 13), detalha as funções básicas da autoridade monetária.

A Lei nº 4.595 instituiu o Banco Central como autarquia federal, com personalidade jurídica e patrimônios próprios. Segundo Dênio Nogueira [1], ex-Presidente da instituição, a primeira edição da citada lei concedia um mandato de seis anos à sua diretoria. Entretanto, na passagem do Governo Castelo Branco para o de Costa e Silva, este ignorou o texto legal, ao submeter ao Congresso Nacional os nomes de uma nova diretoria, apesar de terem transcorrido apenas dois anos do mandato inicial. Este ato provocou a renúncia coletiva da primeira diretoria do Banco Central.

Realmente, o art. 14, estabelecendo que o “Banco Central será administrado por uma diretoria de cinco membros, um dos quais será o presidente, escolhidos pelo Conselho Monetário Nacional dentre seus membros...” vigora com a redação determinada pela Lei nº 5.362, de 30-11-67.

Desta forma, no caso brasileiro, o Banco Central é uma autarquia e já conta, nos termos da legislação vigente, com autonomia patrimonial e autonomia operacional para a execução de política. Então, só estaria faltando a autonomia administrativa, ou seja, a definição de mandatos fixos para seus diretores, bem como a instituição de mecanismos e instrumentos de prestação de contas à sociedade.

Na carta de intenções ao Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), de 28 de fevereiro deste ano, o Governo brasileiro compromete-se a “procurar garantir uma aprovação rápida pelo Congresso da PEC que facilitará a regulação do setor financeiro – um passo necessário para a passagem da desejada lei que formalizará a autonomia operacional e a responsabilização do Banco Central”.

III – Dispositivos constitucionais

A Constituição da República estabeleceu alguns dispositivos que, inicialmente, nos dá a impressão de uma opção pela autonomia do BC. A nomeação de sua diretoria, pelo Presidente da República, está condicionada à aprovação pelo Senado Federal (art. 84, inciso XIV).

Porém, o texto constitucional não estabelece a obrigação de o Chefe do Poder Executivo comunicar ao Congresso Nacional o fato e as razões da exoneração de um diretor. Ademais, remete para lei complementar, entre outros temas fundamentais, “os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo” (art. 192, inciso V).

Por seu turno, o art. 164 determina que a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central. Este, entretanto, não pode conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira, mas poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

IV – Comentários sobre a atuação do Banco Central nos últimos anos

Na lacuna da não regulamentação do art. 192, o Banco Central tem executado suas funções com autonomia operacional, de fato. Esta tem sido reconhecida por diversos analistas e autoridades.

Entre eles, citemos o Presidente da Febraban, Sr. Gabriel Jorge Ferreira. Em entrevista ao jornalista Guilherme Barros, na Folha de S.Paulo, edição de 28-3-2003, ele declarou que o Banco Central já tem trabalhado com autonomia, citando como prova deste fato o aumento da taxa básica de juros, na primeira reunião do Copom no atual Governo.

Entretanto, esta atuação autônoma dos últimos anos vem sofrendo severas críticas de setores da opinião pública. Há alguns que consideram o BC uma “caixa-preta”. Esta posição foi expressa pela jornalista econômica Maria Clara R. M. do Prado [2]. Segundo ela, o Banco Central, de fato, já é operacionalmente autônomo,

“com o grande inconveniente de não prestar contas do que faz à Nação e nem estar sujeito a nenhum tipo de censura ou restrição por erros que eventualmente sejam cometidos em suas operações do dia-a-dia...

Tem atuado nesses anos todos com a mais total autonomia, livre da cobrança da sociedade. Faz o que quer, e não dá satisfações a ninguém. Em muitas ocasiões, em momentos cruciais para a economia do País, nem mesmo satisfações foram dadas pelo BC ao presidente da República”.

V – Origem das discussões recentes sobre a autonomia/independência do Banco Central

Nos últimos anos, a partir da edição do Programa de Estabilização Econômica, por meio da Lei nº 8.880, de 27-5-1994, iniciaram-se discussões sobre a função do Banco Central e, em consequência, do seu grau de autonomia/independência. Estas discussões acirraram-se recentemente, no contexto da persistente vigência de elevadas taxas de juros, do aumento do desemprego e do desenvolvimento dos trabalhos de duas CPI no Congresso: a do Sistema Financeiro, no Senado Federal, e a do Proer, na Câmara dos Deputados.

Esta discussão sobre a função do Banco Central envolve dois grupos principais:

- os “monetaristas” defendem a tese de que a função exclusiva do Banco Central é a de garantir a estabilidade monetária;*
- já os “desenvolvimentistas” argumentam que o Banco Central é um instrumento de apoio às políticas voltadas para o desenvolvimento econômico.*

Reafirmando nosso compromisso com a imparcialidade, com a isenção, na elaboração deste documento, não resistimos a um breve comentário inicial. Em nosso entendimento, esta discussão, colocada nos termos acima, embute uma visão reducionista do papel de nossa autoridade monetária.

Condenamos o descontrole monetário, de triste memória em nosso País, porém somos de opinião que a política monetária não deve se constituir num fim em si mesma. O Banco Central deve ter a responsabilidade e a capacidade para formular e executar política monetária restritiva ou expansionista, segundo a conjuntura prevalecente, e de acordo com os objetivos e as metas fixadas pela política econômica.

VI – Conceitos de autonomia e independência

No bojo da discussão acima mencionada, surgem as propostas de independência e/ou autonomia do Banco Central, termos estes usados, no meio econômico-financeiro, sem a devida precisão conceitual: a maioria dos analistas os têm considerado como sinônimos ou equivalentes, o que não corresponde à concepção jurídica daqueles termos.

Então, para precisar estes conceitos, recorramo-nos ao jurista Jairo Saddi [3]:

“Autonomia... pressupõe a idéia composta de direção própria, de agir ou deixar de agir, de possuir a faculdade de organização, administrativa e juridicamente. A noção de autonomia pode ser expressa também como a direção própria daquilo que é próprio. Já independência é uma faculdade incondicional, não hierárquica, caracterizada pela não-subordinação recíproca entre aqueles que exercem o poder; não sofre interferências, influências ou ingerências de outros elementos externos e tem assegurada legalmente suas atribuições de formas privativas e exclusivas. Um Banco Central independente puro é aquele que pode propor e implementar qualquer política monetária sem discussões prévias com o Executivo, o Legislativo ou qualquer outro grupo de interesse. Assim, a independência pressupõe a auto-suficiência absoluta, enquanto a autonomia é apenas uma faculdade dada a um órgão da administração...” (grifo nosso).

Desta forma, o termo “independência” do Banco Central vem sendo empregado inapropriadamente, uma vez que independentes, no estrito senso, são apenas os três Poderes do Estado.

VII – Argumentos favoráveis à autonomia administrativa

Em artigo recente para o jornal *Folha de S.Paulo*, o economista Roberto Luís Troster [4] apresenta o argumento central da corrente favorável à autonomia formal do BC:

“É fato que a inflação tem sido o maior freio para uma retomada do crescimento sustentado do Brasil e tem limitado severamente seu potencial econômico, prejudicando todas as camadas produtivas, especialmente as mais pobres. Mesmo assim, ainda há setores que são complacentes com a inflação e criam pressões políticas para postergar o custo da estabilização definitiva de preços: conceder autonomia ao BC, imunizando-o dessas pressões e tentações políticas conjunturais, permitindo que seus integrantes posterguem a popularidade imediata em troca de benefícios duradouros.”

“Uma lei de autonomia do BC envolve pontos importantes e complexos, dos quais se destacam a responsabilidade por definir a meta de inflação; a decisão sobre como alcançar a meta; a capacidade econômico-patrimonial de operar os instrumentos financeiros; a autonomia orçamentária; a transparência; a governança; as relações do Banco Central com outras instituições; e a diretoria – demarcação de direitos, estrutura, duração, nomeação e remoção...”

Ainda assim, há críticos que afirmam que a autonomia implica uma perda de independência do Governo, sem explicitar a que tipo de independência se referem. Convém lembrar que a independência, ordinariamente, refere-se tanto à proteção do interesse do País como de seu Governo, implicitamente assumindo que ambos se confundem. Na prática, isso não acontece, porque os interesses imediatos (leia-se popularidade) e pressões (leia-se politicagem) do governante se contrapõem aos interesses duradouros da sociedade (leia-se estabilidade e crescimento sustentado, no caso da moeda...”

Por outro lado, o economista Gustavo Loyola [5], ex-Presidente do Banco Central, salienta a importância da autonomia formal, como fator de credibilidade para os investidores estrangeiros:

“É sabido que a autonomia do BC é um tema particularmente sensível para os investidores estrangeiros, que prezam muito os avanços institucionais. Os investidores domésticos podem até relevar a inexistência de autonomia formal do BC, em favor de uma autonomia de fato que se evidencie no dia-a-dia da política monetária. Os estrangeiros, contudo, poderão ter uma leitura muito negativa, caso fique patente a dificuldade de o Governo encaminhar essa questão na sua base de apoio.”

VIII – Argumentos contrários à autonomia

A tese da corrente contrária à autonomia formal foi recentemente exposta pela economista Maria Cristina Penido de Freitas [6]:

(a autonomia administrativa) “... é relativamente menos importante no momento atual. A troca dos dirigentes em janeiro de 2003 não provocou alteração na forma de atuação do banco, que, desde junho de 1999, quando se introduziu o regime de metas de inflação, atua, na prática, de forma independente na formulação da política monetária”.

“O regime de metas de inflação não é o único nem o melhor instrumento de política monetária. Nem sequer é o mais adequado em um País periférico como o Brasil, que não possui moeda internacionalmente conversível e apresenta enorme vulnerabilidade externa. A economia brasileira vive sujeita à volatilidade dos fluxos de capital, com impactos consideráveis sobre a taxa de câmbio, que contamina os preços ‘controlados’ das concessionárias de serviços públicos e dos produtos comercializáveis, pressionando a inflação. A elevação dos juros não tem tido o efeito esperado sobre a estabilidade dos preços, mas é sério obstáculo à retomada do crescimento e geração de empregos.”

Por outro lado, o economista Paulo Nogueira Batista Jr. [7] possui opinião contrária à autonomia, a partir de sua visão do relacionamento do Banco Central com o sistema financeiro privado:

“No Brasil, a questão da autonomia precisa ser abordada com cuidado especial. Nas suas relações com o sistema financeiro, o Banco Central é um exemplo do conhecido fenômeno da captura do regulador pelo regulado. Estabeleceu-se uma relação simbiótica, para não dizer promíscua, entre autoridades monetárias e instituições financeiras privadas, que leva freqüentemente a uma dissociação entre a ação do Banco Central e os interesses públicos.

O problema é antigo. Nos anos 80, quando a ala mais à esquerda do PMDB insistia na proposta de estatização do sistema financeiro, o saudoso Severo Gomes observou: ‘Já me daria por satisfeito se conseguíssemos estatizar o Banco Central!’”

Com a autonomia formal do Banco Central, a sua “estatização” ficaria ainda mais distante. Hoje, a possibilidade que tem o Presidente da República de substituir o dirigente do banco a qualquer momento funciona como um contrapeso (ainda que frágil) à influência hegemônica dos interesses financeiros.

IX – Autonomia de Bancos Centrais X taxas de inflação: evidência empírica

O advogado e mestre em administração Luiz Alberto dos Santos [8] sintetizou as diversas pesquisas realizadas no exterior, relacionando graus de autonomia de Bancos Centrais e taxas de inflação. Reproduziremos, a seguir, as partes principais de seu texto.

“Estudo realizado por Alberto Alesina, considerando a taxa média de inflação de dezessete países industrializados no período 1973 a 1986 e o grau de independência de seus Bancos Centrais (considerando para tanto como são escolhidos os dirigentes dos Bancos Centrais, a sua origem e os arranjos formais para financiamento do déficit público por meio da emissão de moeda), concluiu que países com Bancos Centrais mais independentes apresentavam menores taxas médias de inflação do que países com bancos menos independentes. Suíça e Alemanha, os dois países com Bancos Centrais mais independentes, apresentaram taxas médias de inflação equivalentes a um terço da taxa média de inflação verificada na Espanha e Itália, os dois países cujos Bancos Centrais eram os menos independentes (Alesina, apud Jansen, Delorme e Ekelund Jr.).

Além disso, segundo Maxfield, estudos econométricos permitem relacionar os níveis de independência do Banco Central e de investimento privado nos países em desenvolvimento: quanto maior a primeira, mais alto o segundo. Isso decorreria de duas razões: os investidores internacionais contam com Bancos Centrais com discricção e autoridade para manter a estabilidade da política econômica nacional e consideram ser maior a sua capacidade de influenciar a política quanto mais independente o Banco Central for do Governo.

Em linha oposta, segundo Hunout e Ziltener (1999), recentes pesquisas econômicas têm posto cada vez mais em cheque o “dogma” da independência dos Bancos Centrais, assim como a primazia da defesa da moeda. Segundo esses autores, estudo elaborado por Robert J. Barro, professor da Harvard University, para o Bank of England, comparando índices de inflação e crescimento de 100 países por mais de 30 anos, constatou que a inflação somente afeta o crescimento no caso de taxas muito altas: a relação não é significativa para taxas de inflação abaixo de 10%. Outro estudo, realizado por Pr. Manfred Gärtner mostrou que os custos do combate à inflação em termos de renda e redução do PIB são menores em países onde o Banco Central é dependente do que em países onde é independente. Para a Suíça, segundo os mesmos autores, Pr. Gärtner estabeleceu que uma redução de 1% na inflação acarretaria uma redução de 2% no PIB, o que representaria 1.000 francos suíços por habitante por ano. Portanto, as conseqüências de uma política monetarista seriam economicamente negativas, reduzindo a importância ou o valor do debate sobre a independência ou autonomia dos Bancos Centrais.

No mesmo sentido, afirma William Roberts Clark (2000), da New York University, que políticas macroeconômicas feitas sob influência eleitoral parecem ser mais inflacionárias do que políticas feitas por formuladores imunes a essas pressões, mas aquelas políticas tendem a gerar mais crescimento e menos desemprego. Encorajar os formuladores de políticas a serem mais sensíveis à opinião pública pode não ser tão destrutivo para o interesse público quanto alguns economistas preferem acreditar. E, na ausência de evidências empíricas de que Bancos Centrais independentes possam assegurar vantagens insuperáveis, como, por exemplo, garantindo baixos níveis de inflação sem sacrifício de crescimento, emprego ou equidade, a política macroeconômica deve permanecer uma questão política, mais do que tecnocrática.

X – Ranking dos Bancos Centrais mais autônomos

Artigo do professor William Bernhard [9], da University de Illinois at Urbana-Champaign, utiliza-se das pesquisas de Alesina (1989), esta mencionada no tópico anterior deste documento; Alesina e Summers (1993); Burdakin e Willett (1991); Grilli, Masciandaro, e Tabellini (1991); Havrilesky e Granato (1993); e Neumann (1991) para estabelecer o ranking dos Bancos Centrais, segundo o grau de autonomia.

As variáveis utilizadas nestas diversas pesquisas incluem:

- a) o processo de nomeação, a duração do mandato, e a demissão dos diretores;
- b) o poder de veto do Governo sobre a escolha de políticas do Banco Central;
- c) a explicitação de metas pela autoridade monetária;
- d) a autonomia orçamentária do Banco Central;
- e) a existência de incentivos à performance da diretoria;
- f) as limitações ao financiamento monetário do déficit público; e
- g) os controles sobre os instrumentos de política monetária.

A tabela a seguir apresenta o ranking resultante do grau de autonomia dos Bancos Centrais de 18 países democráticos desenvolvidos, no período 1970-1990.

TABLE 1. Ranking of Central Bank Independence, 1970-1990

COUNTRY	Grilli, Masciandaro, and Tabellini	Alesina and Sumner	Cukterman ⁰	Mean Independence ⁰
Germany	0.87	1.00	0.66	0.84
Switzerland	0.80	1.00	0.68	0.83
United States	0.80	0.875	0.51	0.73
Canada	0.73	0.625	0.46	0.61

Austria	0.60	0.625	0.58	0.60
Netherlands	0.67	0.625	0.42	0.57
Denmark	0.53	0.625	0.47	0.54
Ireland	0.47	0.625	0.39	0.49
Australia	0.60	0.50	0.31	0.47
France ⁰	0.47	0.50	0.28	0.42
Britain	0.40	0.50	0.31	0.42
Japan	0.40	0.625	0.16	0.40
Norway	0.44	0.50	0.14	0.40
Sweden	0.44	0.50	0.27	0.40
Belgium ⁹	0.47	0.50	0.19	0.39
Italy	0.33	0.45	0.16	0.33
Spain	0.33	0.375	0.21	0.31
New Zealand	0.20	0.25	0.27	0.20

Note: All rankings are normalized from 0 (low independence) to 1 (high independence) on the total independence scale developed by Grilli, Masera, and Alesina (1991).
⁰The Alesina and Summers (1993) index was computed by averaging the Baob and Parkin (1982)/Alesina index (1989) and the Corversior & the Gini Masciandro, a Fio lahellni acate.

⁹The index of legal independence developed by Ockierman (1992).

~ independence is computed from the Grilli, Masera, and Alesina (1991) and Summers (1993) and Cukierman (1999). ~ Ranking prior to 1994 reform.

¹Derived by Grilli, Masciandro, and Tabellini (1991). The missing cases were imputed by Ockierman (1992) on the Cukierman and Alesina and Summers indexes, i.e., computed the missing cases, the correlation between that index and the Cukierman index is 0.86. The correlation between the Ockierman and Alesina and Summers index is $r = 0.69$. The correlation between the Cukierman index and the Alesina and Summers index is $r = 0.85$. All these correlations are significant at the 0.001 level.

Ranking prior to 1993 reform.

Ranking prior to 1994 reform.

Ranking prior to 1990 Peserae Bank Act.

Apesar de algumas divergências de pontuação, alterando um pouco a ordem, observamos que os Bancos Centrais mais autônomos são os da Alemanha, Suíça e Estados Unidos. Os bancos da França e Inglaterra ocupam posição intermediária, enquanto os menos autônomos são os da Itália, da Espanha e da Nova Zelândia.

XI – Breves observações sobre o Sistema Federal de Reservas – EUA

O FED, como é conhecido, é estruturado de forma descentralizada. Compõe-se de quatro instituições, integradas por representantes de vários setores da sociedade, representantes de bancos regionais e conselheiros indicados pelo presidente da República.

Segundo o sociólogo e administrador Luiz Fernando Victor [10], as instituições que o compõem são as seguintes:

1) “Board of Governors” – Conselho Superior, composto por sete membros, com mandato de quatorze anos, indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Congresso;

2) os doze Bancos Centrais regionais, tendo cada um nove diretores; desses cento e oito diretores, um terço é representativo das classes produtoras de cada região; um terço, do sistema financeiro; e outro terço é dividido entre representantes de notório saber e de sindicatos de trabalhadores;

3) Comitê Federal de Conselheiros, com doze membros indicados pelo Presidente da República;

4) Comitê Federal do Mercado Aberto (FOMC), órgão colegiado, composto pelos sete membros do “Board of Governors” e pelos doze presidentes dos Bancos Centrais regionais. O Presidente do FOMC é o Presidente do FED, que tem como vice o presidente do Banco Central da Reserva Federal de Nova Iorque. Este colegiado se reúne a cada seis semanas para examinar os 12 relatórios emitidos por cada Banco Central regional, surgindo daí um conjunto de proposições a serem examinadas pelo plenário.

É dentro desse sistema que as decisões mais importantes para a economia americana são tomadas, inclusive a fixação da taxa de juros de curto prazo. As taxas de juros de longo prazo são fixadas pelo board.

Portanto, a decisão sobre a taxa básica de juros nos Estados Unidos não é um processo individual ou dominado por um setor, mas reflete a vontade da sociedade americana. São noventa e três as instituições que podem se manifestar; quatorze envolvem-se diretamente no processo. Quando Alan Greenspan, o Presidente do FED, faz seu pronunciamento, todo o setor produtivo e o mercado financeiro já opinou.

XII – Referências bibliográficas

1 – NOGUEIRA, Dênio. “A independência do Banco Central”, em Carta Mensal, da Confederação Nacional do Comércio, volume 42, número 499, outubro de 1996.

2 – PRADO, Maria Clara R. M. “O BC cara a cara com a inflação”, em Gazeta Mercantil, edição de 7-1-2003.

3 – SADDI, Jairo. “Autonomia, Independência ou contrato: o que devemos esperar do Banco Central” – www.saddi.com.br

4 – TROSTER, Roberto Luís. “A miopia e a autonomia”, em “Tendências/ Debates: o Banco Central deve ser autônomo?”, Folha de S.Paulo, edição de 12-4-2003.

5 – LOYOLA, Gustavo. “Artigo 192 – hesitações repercutem nas expectativas”, em O Estado de S. Paulo, edição de 30-3-2003.

6 – FREITAS, Maria Cristina Penido. “Implicações profundas e negativas”, em “Tendências/Debates: o Banco Central deve ser autônomo?”, Folha de S.Paulo, edição de 12-4-2003.

7 – BATISTA Jr., Paulo Nogueira. “Banco Central terceirizado?”, em Folha de S.Paulo, edição de 27-2-2003.

8 – SANTOS, Luiz Alberto. “Banco Central – independência, autonomia, accountability e governança”, em Revista de Conjuntura, editada pelo Corecon/DF e Sindecon/DF, ano II, nº 6, abril–junho de 2001.

9 – BERNHARD, William. “A political explanation of variations in central bank independence”, em American Political Science Review, volume 92, número 2, junho de 1998.

10 – VITOR, Luiz Fernando. “A independência do Banco Central e a fixação das taxas de juros”, em Revista de Conjuntura, editada pelo Corecon/DF e Sindecon/DF, ano III, nº12, out./dez. de 2002.

ÍTEGRA DAS PALESTRAS

O SR. APRESENTADOR – *Senhoras e senhores, bom-dia a todos.*

Neste momento, iniciamos a cerimônia de abertura do Seminário Banco Central – Autonomia X Independência, por iniciativa da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados.

Convidamos para compor a Mesa de Honra o Exmº Sr. Deputado Léo Alcântara, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados, e o Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

O objetivo deste seminário é discutir modelos de autonomia e independência do Banco Central, a fim de oferecer subsídios à Câmara dos Deputados para regulamentação da Emenda Constitucional nº 40, de 2003, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

Passo a palavra ao Deputado Léo Alcântara, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – *Bom-dia, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Sr^{tes} e Srs. Deputados; autoridades presentes; caros convidados; senhoras e senhores, em nome da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados, a qual presido, agradeço às senhoras e aos senhores a presença e lhes dou boas-vindas, na certeza de que a participação, os depoimentos e as opiniões das senhoras e dos senhores serão de grande valia para o brilho deste seminário e nos auxiliarão a aprofundar o debate sobre o assunto.*

A regulamentação do funcionamento dos Bancos Centrais é questão altamente relevante e complexa nas democracias contemporâneas. Pela natureza de suas funções, os Bancos Centrais interferem significativamente nas economias dos países e até de continentes inteiros. Ao manejar taxa de juros e de câmbio, ao formular políticas de créditos e normas para o mercado financeiro, os Bancos Centrais afetam a atividade econômica nacional e acabam por influir diretamente no dia-a-dia das pessoas.

No Brasil, a autonomia do Banco Central na execução da política monetária vem se firmando pela prática – temos de admitir isso – e sendo posta à prova nos últimos anos.

Diz-se que durante as copas do mundo todos os brasileiros são técnicos e autoridades em futebol. Em matéria de economia não é diferente. Autoridades dos mais variados escalões, economistas, empresários, sindicalistas e representantes de todos os segmentos da sociedade opinam, alguns até com certa estridência, sobre as decisões relativas à taxa de juros e à política cambial. Entre nós, a economia não é matéria exclusiva nem restrita aos economistas e entendidos.

Presidente da comissão e autor da proposta de realização deste seminário, ressalto a necessidade de avançarmos na discussão e ouvir o pensamento da sociedade a respeito da autonomia e da independência do Banco Central do Brasil.

A Câmara dos Deputados acaba de aprovar a alteração no art. 192 da Constituição Federal, permitindo a regulamentação parcelada e por meio de diversas leis complementares do Sistema Financeiro Nacional. E já existem propostas de iniciativa de parlamentares a respeito desse assunto, sobre as quais teremos de nos manifestar.

O objetivo deste seminário é justamente o de colocar, desde já, o assunto na pauta do Legislativo. Matéria de tal importância estratégica para o País precisa ser amplamente discutida com a sociedade, não deve ser votada de afogadilho.

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio é o fórum adequado para confrontar posições e avaliar experiências de outros países na busca de consenso a esse respeito.

Estou certo de que expresseo o pensamento da maioria da Comissão de Economia e da própria Câmara dos Deputados, quando afirmo que não temos ainda posição firmada a respeito de como será essa autonomia ou a independência do Banco Central.

O assunto não foi objeto de análise ou deliberação de todos os partidos políticos. É preciso pôr luzes sobre a questão, ouvir os que dela entendem, a fim de obtermos elementos de análise e reflexão.

Algumas questões me preocupam. Seria adequado, dentro do cenário político, estabelecermos parâmetros para a autonomia ou a independência do Banco Central? Quais as vantagens e desvantagens de se fixar mandatos para seus dirigentes? Qual deveria ser a duração desses mandatos? Deveriam ser iguais aos do Presidente da República? Devemos estabelecer mecanismos para o controle das atividades do Banco Central? Que tipo de mecanismo?

Espero que este seminário indique caminhos para chegarmos a um formato jurídico para a autonomia do Banco Central que atenda às necessidades do nosso País – nem caixa-preta, como dizem os críticos da autonomia, nem uma instituição vinculada e dependente da vontade dos governantes da hora.

A palavra está com as senhoras e os senhores, principalmente com os convidados que debaterão o assunto e nos trarão os esclarecimentos necessários.

Mais uma vez, agradeço aos funcionários da comissão, que muito nos ajudaram na organização deste desde já bem-sucedido evento.

Desejo a todos bom trabalho.

Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR – Neste momento, passo a palavra ao Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Parlamentares, para mim, é motivo de grande honra participar hoje da abertura deste seminário.

Aceitei o convite prontamente não apenas porque cabe ao Banco Central prestar contas ao Congresso Nacional, mas pelo respeito e reconhecimento ao papel crescente que o Congresso tem exercido na discussão e na proposição de soluções para os problemas nacionais, o que me orgulha muito. A propósito, tenho guardado em lugar de honra meu diploma de Deputado Federal.

É aqui, por intermédio dos seus representantes democraticamente eleitos, que a sociedade brasileira debate os grandes temas que desenharão o seu futuro. É aqui que nasce o Brasil a que todos aspiramos.

Quero também destacar a realização deste seminário neste momento. O modelo operacional de funcionamento do Banco Central no exterior e no Brasil é fundamental e objeto de vasta literatura e debate. O Brasil vive importantíssimo momento de renovação e de reconstrução das condições para retomada do crescimento, com distribuição de renda e justiça social. E o papel do Banco Central não poderia ficar fora do debate.

Cabe importante ressalva quanto à minha participação e ao debate sobre a autonomia do Banco Central.

O Governo do Presidente Lula, por intermédio de seu Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, já anunciou sua intenção de encaminhar ao Congresso projeto de lei de responsabilidade monetária que redesenhará as funções e atribuições do Banco Central, assim como todos os projetos hoje em andamento, em discussão ou em confecção na Casa.

Reitero o que já disse em diversas oportunidades, inclusive nesta Câmara dos Deputados: o projeto que futuramente será encaminhado ao Congresso é sobre o Banco Central, não do Banco Central. Nenhum desses projetos será do Banco Central. Portanto, não estou aqui para defender uma posição institucional. Pretendo apenas, com a minha colaboração, trazer elementos que espero possam ajudar os Srs. Parlamentares nos debates que certamente ocorrerão nesta Casa e no Senado, num futuro não muito distante.

Apresentarei alguns números e mostrarei dados que compilamos em nossas experiências, convivendo com outros Bancos Centrais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Historicamente, a discussão sobre a autonomia do Banco Central ganhou destaque baseado no reconhecimento da importância do controle da inflação como condição essencial para o crescimento econômico.

Análise dos países que têm registrado altos índices sustentados de crescimento ao longo do anos, tanto no mundo desenvolvido quanto entre os ditos emergentes, revela que todos, sem exceção, apresentaram índices muito baixos de inflação – estou me referindo a períodos prolongados. Em períodos curtos, certamente existem outras experiências. A inflação sob controle passou a ser vista não como um fim em si mesmo, mas como pré-requisito essencial para o crescimento com distribuição de renda e justiça social.

Quanto ao esforço continuado de controlar a inflação e manter a estabilidade de preços, ganhou importância o debate sobre o melhor modelo de atuação dos Bancos Centrais. E por uma razão simples: quanto maior certeza tiverem os agentes econômicos de que a autoridade monetária perseguirá de forma autônoma o controle da inflação, mais eficaz será a atuação do Banco Central e menor será o custo social das políticas antiinflacionárias. Experiências de outros países mostram que quando os formuladores de preços acreditam que o Banco Central terá ou tem autonomia para implementar eficaz política de combate à inflação, normalmente apostam numa queda de inflação. E acredito ser essa a experiência do Brasil. Vamos nos manter em dados comprovados de outros países. No momento em que existem dúvidas sobre a capacidade do Banco Central de conseguir, mediante essa política monetária, baixar os índices de inflação, os formuladores de preços tendem a apostar numa inflação mais alta.

Em resposta a essas preocupações, a experiência internacional revela acentuada tendência de concessão de autonomia aos Bancos Centrais. O modelo de autonomia que veremos a seguir deve ser diferenciado do de independência. Ou seja, surge como melhor forma de assegurar gestão eficiente e transparente da política monetária, ao mesmo tempo que garante à sociedade e aos parlamentos nacionais mecanismos eficazes de controle e avaliação da atuação do Banco Central.

A medida foi adotada no fim dos anos 80 no Chile e na Nova Zelândia. Já na década de 90 a experiência foi seguida pelo Canadá, Reino Unido, Suécia, Japão, Hong Kong, México, Polônia e outros. E uma análise detalhada dos dados internacionais mostra que há relação direta entre autonomia dos Bancos Centrais, queda dos índices inflacionários e conseqüente alta taxa de juros. Pode ser coincidência, mas é importante que olhemos a experiência de outros países.

Neste gráfico, vemos no eixo horizontal medida de inflação média, no período de 1995 a 2002. Portanto, o Brasil tinha inflação média de cerca de 15%. Os demais países têm Banco Central independente ou autônomo. Novamente pode ser coincidência, mas o fato concreto é que todos eles têm inflações bem menores que o Brasil. Não é esse, evidentemente, o único fator

que determina isso. Estou apenas mostrando alguns dados para julgamento. E há, por outro lado, índice de crescimento vertical superior ao do Brasil.

A política econômica gera inflação, baixa o crescimento, é, enfim, complexa. É um pequeno dado relevante ou não. Os senhores terão de julgá-lo. É esta a experiência desses países.

Se olharmos a experiência do Reino Unido, vamos ver que durante a década de 90, adotou-se lá o regime de metas de inflação para 1993. Em 1997, veio a autonomia do Banco Central, e a taxa média de inflação veio caindo nesse período.

Em relação ao Chile, a autonomia do Banco Central foi concedida em 1989/1990; o regime de meta de inflação, em 1991 – saindo de patamar acima do registrado no Reino Unido, a inflação caiu de forma constante. Evidentemente, diversas outras políticas também influenciaram fortemente tudo isso. Os senhores podem concluir que talvez aqui não haja correlação, pode ter sido coincidência, e que não compete a nós opinar sobre esse aspecto. Estamos apenas trazendo algumas experiências.

Os organizadores deste seminário, de forma oportuna, propuseram a discussão muito específica sobre as diferenças entre a independência e a autonomia. A análise da experiência internacional nos permite dizer que, em linhas gerais, existem dois modelos de organização para autoridade monetária: a independência e a autonomia. No modelo de independência, o Banco Central executa suas próprias diretrizes de política monetária. Nesse modelo é o Banco Central que define as metas de inflação que nortearão sua atuação. No modelo de autonomia, o Banco Central apenas implementa a política monetária, de forma a cumprir as metas definidas pelo governo. E o Banco Central tem o dever de, servindo-se dos instrumentos de política monetária à sua disposição, perseguir as metas definidas pelo governo democraticamente eleito.

Senhoras e senhores, quero me estender um pouco sobre o possível modelo institucional da atuação do Banco Central. Repito, porém, o que já disse de início: não faço nem farei em momento algum defesa de posição do Banco Central. A nossa posição é clara: cabe à sociedade e ao Governo a definição do papel e das responsabilidades que serão destinadas ao Banco Central. Portanto, estamos apenas mostrando dados para suas conclusões. Minha idéia é colaborar com o debate.

Nesse modelo, existente em alguns países com grande sucesso hoje, cabe ao governo eleito definir as metas da inflação e de crescimento com antecedência. No caso brasileiro, isso poderia ser definido pelo Conselho Monetário Nacional. É neste fórum que a sociedade, por meio do debate democrático informado, pode se expressar, opinando sobre as metas dispostas a perseguir e os custos com que aceita arcar.

Aqui, na definição das metas, situa-se o espaço da política. Uma vez definidas as diretrizes econômicas, caberia ao Banco Central implementar a

política monetária, de forma a cumprir as metas que lhe forem atribuídas. Nessa tarefa o Banco Central tende a atuar de forma técnica para que sua atuação possa ser eficaz. Nenhum Banco Central do mundo pode agir de forma política quando está implementando decisão técnica. Estamos no espaço da técnica e da racionalidade. Existe o espaço da política: o da definição das metas da política econômica.

O Governo sempre terá prerrogativa de mudar as metas nesse modelo em períodos predeterminados para análises, como já acontece em outros países. Em resumo, desvincula-se a implementação de política monetária com definição de metas e de critérios.

O Presidente e os Diretores do Banco Central são sabatinados e aprovados pelos Senadores, estes democraticamente eleitos, em alguns países, ou com mandatos fixos e escalonados, em outros. E o Presidente e os Diretores podem ter sua tarefa interrompida em caso de improbidade administrativa ou insuficiência de desempenho verificado pelo descumprimento sistemático das metas do Governo. A experiência do Banco Central europeu mostra agora algo muito interessante: meta de inflação abaixo de 2%. Agora, mudaram a meta dizendo que é melhor inflação ao redor de 2%. Isso é importante, porque se leva em conta o fato de que, numa inflação muito abaixo de 2%, poderia ocorrer índice de deflação e, portanto, levar o País à recessão. Quer dizer, aí está o espaço da decisão da política econômica.

Ao contrário do que supõem analistas menos informados, o regime de autonomia aumenta a transparência do Banco Central, ao tornar suas metas quantificáveis e claras. Da mesma maneira, esse modelo estabelece a obrigatoriedade de o Banco Central prestar contas, de forma permanente, à sociedade por intermédio dos seus representantes no Congresso Nacional.

A experiência internacional revela que a autonomia do Banco Central tem sido a forma de assegurar gestão eficiente e transparente de política monetária, mas, ao mesmo tempo, garantir à sociedade e ao Congresso mecanismos de avaliação da atuação da autoridade monetária, e, principalmente, no caso de modelos de metas a serem definidas pelo Executivo ou pelo Conselho Monetário Nacional, garantir que o Banco Central implemente metas de política econômica e de inflação definidas pelo Governo.

Como dito anteriormente, o caminho a ser seguido pelo Brasil nessa e em áreas tão ou mais importantes se desenha no exercício diário da democracia, que caracteriza esta Casa.

Tenho certeza de que seminários como este constituem inestimável contribuição ao processo de construção do futuro.

Espero ter trazido algumas idéias para o exercício fundamental. Estou à disposição de V.Ex^{as}. para comparecer quantas vezes for chamado a esta Casa. E estarei não apenas preparado para discutir outros assuntos referentes à atividade do Banco Central.

Agradeço a todos a atenção. Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR – Convidamos para compor a Mesa o Deputado Jairo Carneiro, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo.

Com a palavra ao Deputado Léo Alcântara, que conduzirá os trabalhos deste seminário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Agradecemos ao Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, a vinda a esta Casa.

S. S^a. terá de retirar-se, tendo em vista compromisso já assumido anteriormente.

Passaremos às atividades do Painel nº 1.

Para compor a Mesa do Painel nº 1, convido o moderador, Deputado Delfim Netto (palmas); os economistas Luiz Carlos Mendonça de Barros e Paulo Nogueira Batista Júnior.

Para melhor condução dos trabalhos, esclareço aos ilustres convidados e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição.

Por isso, solicito a todos que falem ao microfone.

Informo aos senhores que os convidados disporão de 20 minutos cada para sua exposição.

Passo a condução dos trabalhos ao Sr. Apresentador, o ilustre Deputado e ex-Ministro Delfim Netto.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Meu caro Presidente, Deputado Léo Alcântara, senhores membros da Mesa, minhas senhoras, meus senhores, é para mim motivo de grande alegria e orgulho participar deste seminário com tão ilustres debatedores.

Há hoje nesta Comissão dois profissionais de altíssima qualidade que têm dado contribuição importante à análise da economia brasileira.

O Presidente Henrique Meirelles acabou de fazer ligeira exposição sobre autonomia ou independência do Banco Central. Talvez fosse mais interessante que passássemos a palavra aos oradores, de tal forma que pudéssemos aproveitar ao máximo o tempo de que dispomos.

Os inscritos, por fineza, que desejarem encaminhar perguntas deverão fazê-lo, por escrito, à Mesa, por meio da assessoria que se encontra nas laterais do plenário.

Passo a palavra ao ilustre economista Luiz Carlos Mendonça de Barros.

O SR. LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS – É um prazer para mim estar nesta Casa iniciando processo de discussão sobre questão, aparentemente, de natureza técnica, mas que mexe e vai mexer, de maneira importante, na vida de todos os brasileiros.

Sob o risco de revelar a idade, minha carreira profissional se confunde um pouco com a discussão sobre o papel do Banco Central no Brasil. O meu primeiro patrão, pessoa com que fui trabalhar, profissionalmente, foi o ex-Deputado, ex-Senador e ex-Ministro Roberto Campos, quando tinha acabado de deixar o Governo do Presidente Castello Branco e ter sido um dos responsáveis, no âmbito de grande reforma financeira realizada em 1965 e 1966, pela criação do Banco Central do Brasil, bebê que nasceu com muitas limitações.

O Banco Central do Brasil coexistiu, por longo período, com o Banco do Brasil na função de emissor de moeda, e foi combate difícil de ser levado pela força do Banco do Brasil e fraqueza do Banco Central, quando criado. Esse erro de projeto levou 20 anos para começar a ser corrigido.

De certa forma, estamos vivendo agora processo semelhante. Por quantos anos a regulamentação do Banco Central e do Sistema Financeiro Nacional ficou bloqueada exatamente por incapacidade, à época da Constituinte, de reflexão clara e posição definida sobre a função do Banco Central? Coexistimos com uma série de dificuldades operacionais: o teto de juros na Constituição, a impossibilidade de se aprofundar a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional exatamente pelo tipo de limitação criado na Constituinte, que, finalmente, depois de longos anos, retira-se e abre a possibilidade de o Congresso atual debruçar-se novamente sobre a questão do Banco Central.

Destacaria minha primeira observação importante. Não podemos, na terceira vez que nos debruçamos sobre o Banco Central, mais uma vez, deixar de proceder à reflexão profunda e à decisão clara sobre o que a sociedade brasileira entende deve ser a função do Banco Central. Corremos o risco, desta vez, de ser uma pressão externa, a busca de algum aumento na credibilidade externa do País ser a busca do aumento de credibilidade do Brasil nos mercados internacionais, que empurrem uma decisão sobre o status do Banco Central. Isso seria um erro tão grande quanto os dois cometidos no passado em relação ao Banco Central, porque tiraria a legitimidade necessária à institucionalidade de uma política monetária no Brasil suficientemente forte para levar o País a dias melhores. Essa é a primeira observação.

Assusta-me ver pessoas defenderem a decisão de independência sob o argumento de que reduziria em 100 a 200 pontos o Risco Brasil nos mercados internacionais, o que seria um erro. Essa decisão tem que ser refletida na sociedade. E o espaço democrático para essa reflexão é o Congresso Nacional, o que impõe grande responsabilidade a deputados e senadores. Sabemos que esse assunto é complexo, polêmico. O próprio Presidente do Banco Central, em suas breves palavras na abertura desta Mesa, procurou mostrar algumas correlações entre independência do Banco Central, crescimento e estabilidade de preço; correlações perigosas, porque outros fatores afetam o conjunto de condições que levam o País a um longo período de crescimento.

A segunda observação é no sentido de que é grande a responsabilidade desta Casa. Por isso, parabeno o deputado por este evento, que vai discutir com antecedência o tema. Os senhores ouvirão as mais diversas opiniões, para que a Casa tenha condições, quando enfrentar essa questão, de entendimento, limitação, responsabilidade e, principalmente, clareza sobre como vai afetar a vida de milhões de brasileiros, por um longo prazo.

Procurei apresentar 4 perguntas, e é fundamental que haja respostas. Não haverá uma única resposta, porque são questões que envolvem juízo de valores, seja político, seja econômico. Para um deputado que estará mergulhado no estudo da matéria, essas perguntas podem ajudar na busca da compreensão.

O que se busca com a independência ou a autonomia do Banco Central? Modular a influência dos Executivos eleitos periodicamente em determinado país. É um absurdo querer separar a dinâmica política de um país de sua gestão de moeda. O que se percebe no estudo da história de vários países é que enfrentar a inflação, o controle da moeda, necessita de prazo muito mais amplo que o curto prazo dos mandatos presidenciais. Sem tirar a legitimidade das eleições periódicas do Presidente da República, é fundamental alguma forma que transforme algo de prazo mais curto numa perspectiva mais longa. Isso pode ser entendido se olharmos a história dos povos, o grande poço de reflexão sobre economia, juntamente com a teoria econômica.

A partir do instante em que a moeda passa a ser entendida como bem social – a moeda de um país é um bem da sociedade, não é privado, nem descolado dela –, desde que exista essa percepção, é correto buscar uma forma de modular, de diminuir a influência dos Executivos eleitos periodicamente sobre a gestão do Banco Central. Não se pode retirar essa influência, porque estaria tirando da sociedade a legitimidade de todo o processo de escolha de seus dirigentes. Em outras palavras: sou contra a idéia de que se crie uma casta de pessoas geniais, sem nenhuma influência da chamada fraqueza humana, para, durante um período de tempo, gerir de forma racional a moeda de um país. Isso é um absurdo, do ponto de vista do entendimento de uma sociedade e humano. Não existem gênios; há pessoas mais ou menos preparadas. Esse é o perigo, principalmente quando os senhores ouvirem economistas jovens, de 30 a 35 anos – a maioria vai carregar um sotaque carioca. Essas pessoas têm em suas cabeças o modelo de que é preciso haver uma casta de gestores de moeda, protegida das maldades e fraquezas da dinâmica política de um país. Isso não é verdade, existem exemplos históricos, é uma ilusão do tipo: um governo de ditadura é melhor do que um de democracia. Tese que a história já se encarregou de provar que não é verdadeira.

Como realmente encontrar uma institucionalidade no Banco Central que consiga pôr essa dinâmica política de curto prazo, dadas pelas eleições periódicas, e proteger uma perspectiva de prazo mais longo? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta: por que se busca isso na prática? Por que é importante fazer a moderação da influência política de curto prazo sobre a gestão da moeda? Se houvesse essa discussão há dez anos, não estaria tão clara a resposta. A sociedade brasileira – há uma pessoa doutora nesse assunto – sempre teve uma relação não muito clara com o problema da inflação. A inflação não foi entendida, durante muitas décadas na sociedade brasileira, como algo ruim, contra o interesse da população.

Tanto isso é verdade que temos no nosso imaginário político figuras de Presidentes da República que são consideradas extraordinárias e, por outro lado, são grandes geradoras de inflação no seu período. O imaginário não conseguia, até porque normalmente a inflação, que é gerada por ativismo fiscal, só aparece no começo – três, quatro, cinco anos depois – e acaba sendo confundida com o novo presidente em exercício. Isso sempre foi jogado de forma muito inteligente durante longo período da nossa vida política.

No período militar, tentou-se resolver a questão por meio de indexação. A indexação foi vendida para nós, brasileiros, como criação nossa que permitiria que o efeito perverso da inflação sobre os cidadãos fosse praticamente eliminado e se mantivesse a possibilidade de continuar um processo de inflação e crescimento. Essa mágica demorou a ser desmistificada, o que levou o País a um êxtase inflacionário que, apesar de extremamente prejudicial aos nossos interesses, teve grande mérito político. A sociedade finalmente percebeu que a inflação é mecanismo perverso contra seu bem-estar e, mais ainda, que, quanto mais difícil, quanto mais pobre, quanto menos inserido numa economia de mercado, os efeitos são mais perversos.

Sem entrar em discussão, esse é para mim o grande mérito do Presidente Fernando Henrique Cardoso, primeiro político brasileiro a perceber essa mudança radical de percepção ou de aceitação da inflação pelo brasileiro. O Plano Real, sua eleição e seus oito anos de Governo são prova disso.

Hoje, quando estamos começando essa discussão, felizmente, a estabilidade de preços, a meu juízo – creio que os senhores concordarão comigo –, passou a ser um valor social no Brasil. Hoje o brasileiro sabe que inflação é algo ruim e, mais do que isso – demos um passo adiante –, está associada ao descontrole de contas públicas. O Presidente Lula conta hoje com um País que enxerga a inflação e a questão fiscal, sua irmã gêmea, de forma muito parecida com o que ocorre em sociedades mais avançadas. Essa percepção da sociedade é o grande ganho dos últimos oito anos, e o político percebe isso antes dos outros. O País tem hoje institucionalidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, o que permite à sociedade brasileira dizer “tenho, na estabilidade de preços, um valor social”, isto é, algo a ser preservado. Essa condição é necessária para que possamos responder à segunda pergunta. Então, o que se busca nessa discussão? Um avanço institucional no sentido de preservar a estabilidade de preços.

Essa forma de enxergar o problema nos permite até facilitar um pouco seu entendimento, porque, se entendemos que a inflação é um mecanismo tributário que o Governo exerce sobre a sociedade – hoje a inflação é uma forma de tributar indevidamente a sociedade –, o raciocínio fica mais fácil. Precisamos de um poder que arbitre ou reduza essa discricionariedade em termos de arrecadação, porque aí estamos falando numa linguagem que todos conhecemos.

O Governo Federal, para poder criar ou aumentar um imposto, tem que aprovar uma lei no Congresso. De certa forma, é a mesma coisa: se o Governo quiser usar a inflação como uma forma de tributação, ele tem que submeter isso ao Congresso, regulando a tal chamada meta inflacionária.

Se eu prefiro ter um pouco mais de inflação para ter um pouco mais de folga fiscal e, portanto, chegar a um pretensão crescimento maior, submeto a matéria ao Congresso. Se essa for a vontade da sociedade, poderá ser implementada.

Então, o que se busca nessa discussão sobre o Banco Central? Trazer para dentro do processo de criação ou não de inflação um outro poder já utilizado na questão fiscal, portanto, dar transparência. Pode ser que daqui há dois ou três anos a sociedade brasileira decida que é melhor ter 15% a 20% de inflação ao ano do que 2% ou 3%. Mas essa tem que ser uma decisão da sociedade e uma decisão política, não pode ser uma decisão fechada.

Por exemplo, preocupo-me muito quando leio os jornais e vejo que o Banco Central já está discutindo a meta de inflação para 2005: 4%, é o número que temos ouvido falar. No fundo, uma meta como essa define, de maneira muito clara, o caminho da taxa de juros, o espaço de crescimento que temos, e ela não pode ser uma discussão fechada dentro de um grupo restrito.

A autonomia ou mesmo a independência do Banco Central tem essa grande vantagem: torna mais transparente na sociedade a discussão de questões absolutamente fundamentais para o futuro do cidadão. Então, nesse processo, no qual vai existir arbitragem entre o Executivo e o Legislativo – a transparência é da sociedade –, quem ganha é o cidadão.

Parece-me que nesse processo histórico que vivemos, em que se resgata na sociedade brasileira o respeito pela moeda, quer dizer, a estabilidade de preço como um valor social, o passo seguinte é transformar essa preocupação num instrumento de ação política clara, aberta.

Portanto, quando ouço alguns comentários de que o processo de autonomia ou de independência do Banco Central é uma forma de transformar essa instituição numa caixa ainda mais preta do que ela é hoje, não me parece correto. Evidentemente, partindo do pressuposto de que conseguiremos ter uma institucionalidade, uma legislação que permita tocar nesses pontos.

A terceira pergunta é mais simples de ser resolvida, porque há algumas experiências que nos permitem perceber vantagens e desvantagens. Como

se faz isso? Em que situação este ganho de transparência, este ganho de democracia ocorre? Particularmente, observando o que acontece no resto do mundo e evitando um perigo que o nosso Presidente do Banco Central corre quando ele faz esse tipo de exposição, é que, para usar uma linguagem muito simples e popular, se mistura alhos com bugalhos. Mistura China, que é uma ditadura, com o Chile, que é uma democracia. Não gosto desse tipo de comparação, porque corremos o risco de comparar coisas separadas. Acho que no Brasil já temos condições efetivas de conhecer a nós mesmos.

Então, pergunto: existe condição de passarmos do sistema atual para um sistema de Banco Central absolutamente independente? A resposta me parece “não”, até por uma questão de bom senso. A independência do Banco Central deve ser a última etapa de um longo caminho numa sociedade. Já temos isso, o Banco Central Europeu hoje é independente. Mas a Europa tem longa tradição de discussões de problemas de inflação.

Sempre gosto de revelar um fato. Visitando um museu em Veneza com minha sogra, vendo um quadro do Tintoretto, de 1550, disse: “Olha, D. Ursulina, enquanto os italianos estavam pintando esse quadro, em 1550, estávamos matando peixes com flechada”.

Então, há uma defasagem no tempo. Se a Europa pode chegar à independência do Banco Central, é porque a história política e social desse continente é diferente da nossa. Eu ficaria absolutamente satisfeito se déssemos um primeiro passo. Em que sentido? Exatamente esse: evitar a criação de uma elite que fala uma determinada linguagem. Por exemplo – conheço a opinião do Delfim Neto –, sou absolutamente crítico da forma como o Copom hoje avalia uma coisa simples: qual a inflação que temos hoje? É o chamado núcleo da inflação. Acho que eles estão errados, até um pouco por pretensão. Estão tentando fazer uma coisa enquanto o mundo todo faz outra.

Precisaríamos de um fórum para discutir o assunto. Porque quando falamos de um grau de autonomia do Banco Central, não é uma autonomia no sentido de que se a inflação for estabelecida em 6% ao ano diríamos: “Os senhores têm toda a liberdade para chegar a 6% ao ano.” Não é verdade, porque pode se chegar a 6% ao ano de várias formas, com maior ou menor custo social.

Aponta-se também a questão da eficiência naquele combate. Precisamos discutir o assunto. Vão dizer que no Congresso as pessoas não são especializadas no assunto, mas isso pode ser feito com uma facilidade enorme: sentam-se os deputados que vão decidir, vêm aqui os técnicos, aqueles que não se entendem nem em questões tão simples como qual a inflação hoje no Brasil, debate-se e depois toma-se a decisão.

Acho importante dar um passo adiante na autonomia do Banco Central. O modelo é muito simples, no qual o Executivo tem uma diretoria com um mandato de quatro anos, intercalado, de maneira a que no período de

um Presidente da República se troque 70% dos diretores do Banco Central. Portanto, estou interiorizando a opção política da sociedade ao eleger um determinado sujeito.

Mas, se esse Presidente é substituído por outro, também existe um certo tempo, até para acalmar, de perceber as coisas. Estamos vendo um exemplo claro no Brasil hoje de que um partido e um Presidente da República, quando assumem a responsabilidade de comando da sociedade, têm uma reflexão diferente daquela feita ao longo da oposição.

Precisamos dar tempo para que esse bom senso ou essa posição mais sensata de uma pessoa que assume um poder importante, como de Presidente da República, possa se refletir na atividade do Banco Central.

Outro ponto fundamental: essas pessoas recebem mandato fixo para cumprir algo determinado pela sociedade. Não é a idéia de uma elite, de alguém que pensa que pode falar porque é mais racional, entende mais, estudou mais, conhece mais o assunto. Não. Essa discussão é feita aqui, da mesma forma como se discute qual déficit ou superávit fiscal vai se ter num determinado orçamento. Evidentemente, teremos que falar num período um pouco mais longo. Estaríamos estabelecendo a cada 4 anos qual seria considerada a inflação ideal para ser buscada pelo Banco Central. E o processo poderia ser discutido anualmente ou a cada dois anos.

O Presidente do Banco Central americano, que para mim é o maior craque que existe hoje, vai ao Congresso de 90 em 90 dias. Por essa razão, foi obrigado a desenvolver linguagem pouco inteligível para a maioria das pessoas. É uma autodefesa, porque ele está se expondo de tempo em tempo. Como a democracia é fantástica, paralelamente a uma linguagem hiperbólica, desenvolve-se o comentarista que consegue traduzir essa linguagem para aquilo que ele acha que o expositor quis dizer. O processo é riquíssimo e certamente trará para a sociedade brasileira avanço extraordinário.

Não gosto – posso dizer isso porque já fui Diretor do Banco Central – desse conceito de gênios frios, que não transpiram, não sofrem e que definem uma política que irá afetar a vida de todos.

Acho este momento fundamental. Devemos olhar para o Brasil e não para fora. Caminhar nesse sentido cria uma percepção de risco maior para o País. O problema não é esse, mas devemos olhar para a sociedade e constatar que alguma coisa não anda corretamente. O Presidente do Banco Central mostrou que o Brasil há nove anos cresce 2,2% ao ano. Isso não é nada, para um País com um crescimento populacional como o nosso. Portanto, alguma medida tem de ser tomada. Acredito que um dos fatores que têm limitado o crescimento é o Banco Central fora da caixa preta. Não a caixa preta no sentido como muitos a entendem, mas nesse pouco diálogo e influência que tem na sociedade. Os senhores terão agora oportunidade de ouro para que evoluamos de fato para novo sistema de Banco Central, que preserve esta lon-

ga caminhada que tivemos para chegar ao entendimento da necessidade de moeda estável e que possamos agregar para os próximos anos à estabilidade o crescimento econômico.

Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Agradeço ao ilustre ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros a palestra, que foi muito interessante.

A correlação mostrada nos gráficos realmente é maravilhosa. O gráfico foi feito só para mostrar que o Governo Fernando Henrique Cardoso foi o pior da história. Foi o período em que houve o menor crescimento e a maior inflação. Isso é o que se conclui do gráfico. Mostra a qualidade da prova, que não é nenhuma.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Nogueira Batista.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – Bom-dia a todos. Agradeço ao Deputado Delfim Netto, à Comissão de Economia, em especial ao Presidente, Deputado Léo Alcântara, o convite.

No meu modo de ver, o assunto em questão deve ser tratado à luz de certas tendências econômicas e políticas que ocorrem no mundo e no Brasil, em particular.

Na evolução da economia mundial dos anos 70 para cá, deve-se levar em conta um fato importante para o debate a respeito do Banco Central do Brasil: trata-se da hipertrofia da dimensão financeira do processo econômico. O crescimento dos fluxos e dos mercados financeiros foi realmente espantoso, especialmente dos capitais voláteis e de curto prazo.

A isso corresponde, no plano político, o crescimento do poder do capital financeiro. É claro que o poder do capital financeiro sempre foi grande. Mas nos últimos 30, 40 anos, esse poder se agigantou, no mundo inteiro. Nos vários países, formaram-se ou consolidaram-se lobbies poderosíssimos. Poder-se-ia dizer que hoje o capital financeiro é a fração hegemônica do capital. O fenômeno ocorre em escala mundial. O centro desse poder pode ser chamado de eixo Wall Street-Washington ou para usar as palavras do economista liberal indiano radicado nos Estados Unidos, Jagdish Bhagwati, Wall Street-Treasury.

Antes de entrar propriamente no tema do Banco Central, vou tentar apresentar uma visão matizada do fenômeno. A influência e o alcance desse eixo de poder político que acabo de mencionar variam muito de país para país. Nos países em desenvolvimento a realidade é uma; nos países desenvolvidos, outra. Nos países centrais, nos principais países, há o contraponto mais eficaz de instituições públicas mais sólidas, os estados estão mais estruturados e as tradições democráticas são mais arraigadas. Mesmo nos países em desenvolvimento, a experiência dos vários estados nacionais na sua relação

com o eixo Wall Street-Washington é muito variável. Temos perto de nós um caso extremo de dependência financeira, que gerou custo extremamente alto, a Argentina. Ela se entregou de corpo e alma a esse eixo de poder ao longo dos anos 90. Mas temos também casos de países em desenvolvimento que, nesse mesmo ambiente internacional, souberam manter relação mais prudente com os mercados financeiros internacionais e tiveram desempenho macroeconômico muito melhor em termos de crescimento e de estabilidade, como a China, a Índia, a Rússia pós-léltsin e vários outros.

Entre os países que acabei de mencionar há diferenças, mas também traços comuns. China e Índia, por exemplo, mantiveram moedas inconvertíveis, controles de capital, equilíbrio ou pequenos déficits na conta corrente do balanço de pagamentos, em alguns períodos até superávits em conta corrente e reservas internacionais altas. A influência, nesses países, dos consensos econômico-financeiros que percorrem o mundo em busca de consumidores incautos foi muito menor. O desempenho deles, não por acaso, foi muito melhor.

O Brasil está localizado entre esses dois extremos. O nosso caso é intermediário. Infelizmente, está mais próximo do extremo argentino do que da experiência dos países mais bem-sucedidos. Em países como a Argentina e, em menor medida, o Brasil, a política econômica foi aprisionada por esse eixo externo de poder político-financeiro e suas ramificações domésticas. As dificuldades do Governo Lula em reorientar a política econômica e honrar seus compromissos eleitorais talvez sejam indícios da dimensão do problema que se criou nos últimos anos, no mundo, em especial no Brasil. A discussão sobre a independência do Banco Central não pode estar dissociada desse problema mais amplo. Esclareço, porém, desde logo, que ao falar em aprisionamento, não quero passar a impressão de que estamos vivendo situação irreversível e de que estaríamos condenados a uma espécie de prisão perpétua. Mesmo a Argentina está, a duríssimas penas, saindo desse esquema.

Como esse eixo de poder político-financeiro internacional domina e se perpetua? A resposta é conhecida em vários aspectos. É claro que o dinheiro é sempre um argumento muito importante. Existe a influência e o controle sobre os meios de comunicação de massa. Mas há um outro aspecto que eu gostaria de mencionar: o controle sobre as idéias econômicas, sobre o ensino de economia.

O padrão predominante é o das principais universidades norte-americanas, que vem sendo exportado para o resto do mundo. Boa parte dos departamentos de Economia do Brasil transformou-se em consumidor passivo desse padrão de ensino e de pesquisa em economia e, de modo geral, há uma tendência à padronização do discurso econômico. Não em todo o mundo, não de forma indiferenciada, mas a tendência existe. O resultado é um estilo de ensino e pesquisa muito abstrato, matematizado, com pouco

conteúdo histórico, traços de intolerância e dogmatismo, carga ideológica muito pesada e um viés contra o Estado e a dimensão nacional dos problemas. Por incrível que pareça, na área de economia, ao contrário do que acontece em muitas outras áreas de trabalho, criatividade virou um vício, um problema, tal a padronização que se impõe ao pensamento. O sujeito, antes de ser criativo, tem de pensar com muito cuidado, porque ele pode sofrer conseqüências graves.

Outro dia perguntei a um ex-diretor do Banco Central do Governo Fernando Henrique Cardoso se ele conhecia esses dois novos diretores nomeados para o Banco Central e ele me respondeu que um é muito sólido, muito competente, estudou nos Estados Unidos; o outro também estudou nos Estados Unidos, mas é um pouco criativo, ainda que não exageradamente. Falou isso sem ironia, como se fosse uma observação normal.

Ao fechar esse parêntese, devo lembrar que os sistemas universitários norte-americano e europeu cumprem essa função há muito tempo. Já que os países da periferia não podem ser governados diretamente por estrangeiros, porque seria muito acintoso, convém treinar as elites periféricas. Vou usar uma palavra até mais forte: trata-se de adestrar as elites da periferia, de condicioná-las a pensar e agir de determinadas maneiras. Cria-se, assim – vou tomar emprestada uma expressão de Charles de Gaulle, porque é sempre bom poder recorrer a uma autoridade incontestada, quando se vai dizer algo forte –, cria-se uma tecnocracia financeira apátrida, que ocupa boa parte dos postos de comando na Fazenda e no Banco Central nos países em desenvolvimento. Muitas vezes a passagem pela Fazenda ou pelo Banco Central é apenas um degrau, um passo para postos importantes no sistema financeiro local e internacional. Evidentemente, desde que o funcionário siga certos padrões e dance conforme a música. Nesse caso, ele pode ter um futuro brilhante no eixo Wall Street-Washington e suas ramificações domésticas.

Pois bem, Sr. Presidente, nesse ambiente, se tenho razão em descrevê-lo assim, se não estou exagerando, e acho que não estou, a autonomia ou a independência do Banco Central é um perigo para o Brasil. Isso iria consolidar e aprofundar a perda de controle sobre a definição dos rumos da política econômica nacional.

Não estamos aqui lidando com um problema recente; esse problema é antigo. Gosto de citar o Senador Severo Gomes, um grande frasista, que, na década de 80, quando a esquerda do PMDB queria propor a estatização do sistema financeiro, disse que já se daria por satisfeito se conseguíssemos estatizar o Banco Central.

A questão é a seguinte: independência em relação a quem? Em relação ao poder político, eleito democraticamente, ou em relação às forças financeiras, que freqüentemente têm uma relação simbiótica com os Bancos Centrais, como no caso do Brasil?

Na minha opinião, ao longo dos anos, ocorreu um fenômeno que é relativamente conhecido: a captura do regulador pelo regulado; do Banco Central pelo sistema financeiro, que ele deveria regular. Isso acontece em vários países, mais freqüentemente em países que têm uma estrutura precária, onde o Estado é frágil. Aí os interesses privados conseguem fatiar, feudalizar o aparato estatal e exercer sobre ele um controle bastante prejudicial do ponto de vista do interesse público mais amplo.

Creio que dar mandatos fixos e longos à diretoria do Banco Central agravaria esses problemas. Estaríamos, caso os Srs. Deputados e Senadores concordem com essa proposta, removendo o contrapeso, algo frágil que existe hoje: a possibilidade que tem o Poder Executivo eleito de demitir e substituir o comando do Banco Central. Não podemos esquecer que o Brasil é um País em desenvolvimento, com uma institucionalidade débil, uma tradição democrática em construção. O risco de errar na escolha de um presidente, de um diretor do Banco Central é muito grande.

Recentemente, almocei em São Paulo com um grande banqueiro brasileiro, que me disse ter sérias dúvidas sobre a autonomia do Banco Central, sobre a conveniência de dar mandatos fixos à diretoria do banco. Quando lhe falei que essa sua opinião me surpreendia, ele respondeu que não era tão ortodoxo quanto eu pensava e que, ao lembrar quem já tinha sido presidente e diretor do Banco Central do Brasil, ficava com medo. São palavras de um grande banqueiro; não sou eu quem está dizendo isso.

Falta transparência na atuação do Banco Central. Os mecanismos de prestação de contas são muito frágeis, e não apenas por culpa do Banco Central, mas também do Congresso, no meu entender. O Poder Legislativo exerce, sim, a sua função de fiscalizar, mas nem sempre de forma satisfatória. As sabinas do Senado Federal para aprovar os nomes designados para a diretoria do Banco Central são freqüentemente rotineiras, de caráter homologatório.

Parece-me fundamental deixar bem claro que, quando chega aqui alguém e diz que o Banco Central será autônomo mas não independente, porque vai receber as metas do poder político eleito e terá autonomia apenas para, no espaço do mundo da técnica, controlar a inflação e cumprir as metas fixadas, está-se criando um certo ilusionismo. A função do Banco Central de perseguir determinadas metas de inflação é fundamental, importantíssima, mas não é a única.

Os Bancos Centrais têm outras funções, e o Banco Central do Brasil, em especial, reúne grande número de responsabilidades. O Banco Central não é apenas um órgão que executa metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional. Ele é o órgão que regula, supervisiona as instituições financeiras. Funciona, em última instância, como prestador para o sistema financeiro. O Banco Central é o órgão que administra a política cambial, regula o mercado cambial e define o grau de conversibilidade da moeda nacio-

nal; é o depositário das reservas internacionais do País; é uma das principais fontes de informações estatísticas, econômicas e financeiras do País — e informação é poder. Enfim, é um verdadeiro transatlântico; tem enorme importância. É impossível uma política econômica ser conduzida de forma correta sem estar sintonizada profundamente com a atuação do Banco Central. Mais importante do que a autonomia é a coordenação entre o Banco Central e a política de Governo exercida pelos ministérios, que é a posição tradicionalmente defendida pelo pensamento keynesiano.

A afirmação de que existe um consenso no mundo sobre independência do Banco Central é falsa. Há controvérsias importantes, no plano teórico e no plano empírico. Quanto a essa questão, as opiniões estão divididas. De qualquer maneira, já sabemos que consensos entre economistas são muito problemáticos, quando não destrutivos. Então, toda vez que ouço dizer que há um consenso entre os economistas, tremo da cabeça aos sapatos, mesmo sendo economista. Os senhores são políticos, e devem se acautelar toda vez que ouvem uma autoridade, um banqueiro central ou economista dizer que, nesse ou naquele ponto, há consenso. Geralmente, não há. Não há consenso nem teórico nem empírico, volto a dizer, sobre a conveniência de se dar autonomia, independência aos Bancos Centrais, sobretudo em países em desenvolvimento.

É uma idéia falsa a de que o Banco Central é um órgão puramente técnico. Essa questão veio à tona recentemente por obra das declarações do Vice-Presidente da República. Ele disse que as decisões no Banco Central têm de ser políticas, e muitos economistas comentaram que o Vice-Presidente estava errado, que as decisões tinham de ser técnicas, que o Banco Central é um órgão técnico. O Banco Central é, ao mesmo tempo, um órgão técnico e um órgão político. Todos os Bancos Centrais do mundo, ainda que não queiram reconhecê-lo expressamente, ao tomar decisões, levam em consideração não apenas informações técnicas, análises econômico-financeiras, mas também o ambiente político e social. A repercussão das decisões de um Banco Central em qualquer economia é de tal ordem, especialmente em casos como o brasileiro, onde o peso do Banco Central é muito grande, que isso se torna uma imposição da realidade.

Portanto, temos de pensar o Banco Central como um órgão que opera com critérios técnicos, com equipes técnicas, com análises econômicas, mas num determinado ambiente político ao qual ele tem de estar subordinado, atuando em coordenação com o poder político eleito. É duvidoso, inclusive do ponto de vista da democracia, que um órgão dessa importância deva ter autonomia e mandatos fixos para sua direção. Dependendo das escolhas que se faça, isso pode gerar problemas de grandes dimensões para o País.

A minha conclusão, basicamente, é a seguinte: temos de fazer um esforço cada vez maior para aperfeiçoar nossas instituições democráticas e evitar a apropriação privada do aparato público, um problema antigo no Brasil. Creio

que, nesse ambiente em que vivemos, internacional e nacional, com as dificuldades que temos, a proposta de autonomia para o Banco Central ou a sua independência agravaria ainda mais essa tarefa, que ainda temos pela frente, de estatizar o Banco Central do Brasil.

Obrigado.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Muito obrigado.

Agora vamos passar a palavra para quem desejar argüir os expositores. Vamos alternar. Eu pedirei que um deputado faça sua argüição e, depois, permitirei que a próxima argüição seja feita pelo público que não é parlamentar. Assim, vamos provar que somos realmente uma democracia.

Concedo a palavra inicialmente ao ilustre Deputado Jamil Murad.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD – Cumprimento os ilustres palestrantes e deputados que compõem a Mesa.

Em primeiro lugar, sou, em economia, um discípulo do Prof. Paulo Nogueira Batista Júnior, um homem de larga visão, e concordo com essa opinião. Acho que o Banco Central deve estar sintonizado com a política do Governo. Por exemplo, se o Governo foi eleito para impulsionar o desenvolvimento econômico, criar empregos e distribuir renda, o Banco Central deve funcionar como um instrumento dessa política, que foi delegada pelo povo, senão nós invertemos tudo. A autonomia e a independência do Banco Central provocariam um divórcio entre esse instrumento importantíssimo de política econômica e o desejo da Nação ao eleger um governante. Então, exponho esse pensamento do Prof. Paulo Nogueira.

Gostaria de saber do Prof. Paulo Nogueira e do ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros qual a sensação que têm ao ver hoje nos jornais que o ex-Presidente do Banco Central Armínio Fraga, que teve um poder imenso e, em nome do controle da inflação, impôs a quebra de empresas, destruiu a economia, criou desemprego e sofrimento no Governo de Fernando Henrique Cardoso, de repente, volta para os braços de George Soros. Ele saiu do Governo e voltou para os braços de George Soros. Quer dizer, ele tinha saído mesmo ou era um olho de George Soros, um executor da política de George Soros? O capital financeiro teve lucros imensos. Então, parece que ele veio para cá, fez a política de George Soros durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, e volta para os braços do seu patrão, o que me parece não deixou de ser durante o período em que ocupava a Presidência do Banco Central. Eu gostaria de saber, já que falo com renomados economistas, qual é a sua opinião. Que sensação, como colega de profissão de Armínio Fraga, um economista tem ao ver que ele ludibriou a Nação, trabalhando para o mega-especulador, ajudando a desgraçar a Nação?

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Antes da resposta, eu pediria aos nossos colegas que restringissem suas argüições a três minutos e,

aos nossos ilustres participantes, que restringissem suas respostas a dois minutos, de tal forma que todos possam ter oportunidade de falar.

Concedo a palavra ao ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros.

O SR. LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS – Deputado, como não terminei toda minha exposição e o Paulo Nogueira tocou no assunto, eu não gostaria de deixar esse assunto sem o devido esclarecimento.

O Paulo Nogueira disse, com muita propriedade, que o Banco Central do Brasil hoje é responsável por várias áreas da economia, não só pela política monetária. Ele citou a questão do câmbio, e eu agregaria a fiscalização do sistema bancário.

É evidente que, quando se fala de um sistema com um Banco Central autônomo, haverá necessariamente que se reduzir a sua área de ação. Então, o preço da autonomia do Banco Central é reduzir sua área de ação. A fiscalização do sistema bancário, a parte de reservas, a política de câmbio, isso continuaria no Governo Central, no Ministério da Fazenda, e o Banco Central ficaria responsável apenas pela política monetária.

Respondendo à pergunta do Deputado Jamil Murad, já rodei muito pela vida, já vi muita coisa. Eu, que sempre trabalhei nessa área do mercado financeiro, fui para o Banco Central e saí, quero dizer que a ética é uma questão individual. Eu já vi coisas terríveis em relação a essa mistura do público com o privado. Vi coisas terríveis de pessoas que passavam a imagem externa de uma probidade total, e vi pessoas sobre as quais eu tenho convicção de que são pessoas corretas – e aqui cito um caso extremo, que a Casa viveu dramaticamente, o de Chico Lopes – que, de repente, por erros de comportamento individual, mas nunca éticos, acabaram sendo acusados de não terem sido corretos.

Eu conheço Armínio Fraga há muito tempo. Tenho por ele um grande respeito como pessoa, acho-o um sujeito corretíssimo. Agora, já não tenho mais tanto respeito do ponto de vista profissional, porque, no meu entendimento, Armínio Fraga errou muito, e comete hoje um erro para mim gravíssimo, pelo qual ainda não foi devidamente cobrado. Ele, junto com outro diretor do Banco Central, escreveu um paper em que mostra que países com uma fragilidade cambial ou com uma flutuação da taxa de câmbio tão fora de controle, como o Brasil, não podem ter metas de inflação rígidas e baixas. Esse para mim é o grande problema.

Ao longo da minha vida, trabalhei com economistas jovens, brilhantes e liberais. E há uma coisa engraçada: esses economistas, aos 32 ou 37 anos, são os mais perigosos para o País, porque nessa idade a distância entre o que eles acham que sabem e aquilo que eles sabem eventualmente é a maior possível, e o Armínio comprova isso. Quer dizer, ele foi um dos responsáveis por essa visão tecnicista de metas de inflação baixas e rígidas. Para o senhor ter uma idéia, porque nós já nos esquecemos, a meta de inflação para 2002, fixada em 2000, era de 3% ao ano.

Para mim, o estrago maior que pode fazer um diretor ou um presidente do Banco Central é muito mais técnico do que ético. É exatamente esse modelo, em que o Banco Central está ligado ao Governo Federal, ao Presidente da República, estando portanto em sintonia com sua política econômica, que, no meu entendimento, criou essa distorção no Banco Central.

Hoje prefiro que o diretor do Banco Central tenha de discutir aqui, no Congresso Nacional, qual medida de inflação vai usar – inflação expurgada ou pelo critério atual, de médias aparadas – e qual inflação vai-se impor como meta, porque essa hipertrofia do Banco Central ocorreu dentro do Executivo.

Sinceramente, preocupo-me menos com o sujeito ter ou não vindo do mercado financeiro, ter trabalhado com “a” ou “b”. Isso, para mim, é secundário, embora importante, desde que essas pessoas tenham permanentemente de prestar contas do que estão dizendo. Isso o sistema atual não permite, porque o Executivo tem uma esfera imensa de responsabilidades, principalmente no Brasil.

Estou dizendo isso porque fui diretor do Banco Central por três anos e acompanhei o outro diretor. A caixa-preta nasce por essa falta de referência mais institucional de cobrança. Como o Congresso Nacional não tem responsabilidade sobre o Banco Central, é muito fácil entender o que Paulo disse, que às vezes a Casa aprova qualquer nome sugerido por ser indicação do Presidente da República.

Se a responsabilidade for estabelecida por lei e, portanto, for cobrada, quero ver se esse tipo de relação frouxa que existe hoje entre o Legislativo e os diretores do Banco Central vai continuar. Pela experiência de outros países, não. O testemunho de Alan Greenspan, dos Estados Unidos, de três em três meses, é muito esperado pela sociedade. Por quê? Porque é um momento de reflexão, de cobrança, para o bem ou para o mal. Isso não temos no Brasil, mas é fundamental que se crie a partir de agora.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Com a palavra o Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – Não vou fazer referência a ninguém em particular, porque o fato citado é recorrente. Trata-se de padrão que se criou no Brasil há muito tempo.

Não sou contra, absolutamente, que pessoas com experiência de mercado financeiro desempenhem função pública, inclusive no Banco Central. Seria um despropósito. Apenas considero que o peso que isso adquiriu no caso brasileiro acabou conduzindo a uma relação problemática entre o Banco Central e o sistema financeiro.

Quando falei nisso, não estava insinuando de forma alguma que havia corrupção. Trata-se de algo um pouco mais sutil, e mais perigoso talvez, do

que a corrupção pura e simples. São laços que se criam ao longo de carreiras, redes de influência que se estabelecem, de alcance até internacional, que vão controlando, nos vários países, as alavancas do poder e os principais instrumentos da política econômica. Influências que não são democráticas, evidentemente, e que escapam, inclusive, ao âmbito nacional. O economista Luiz Carlos Mendonça levantou uma questão muito importante que não tem sido destacada no debate sobre a autonomia do Banco Central, nem pelos defensores da autonomia. Vamos ver como virá, se é que vem mesmo, o projeto de lei de responsabilidade monetária. Ouvi dizer – ninguém viu ainda – que seria um projeto enxuto. Se for enxuto, o projeto não atenderá a recomendação que acabou de fazer Luiz Carlos Mendonça de Barros. O projeto estará simplesmente estabelecendo mandatos fixos para os diretores do Banco Central, definindo atribuições e mantendo o Banco Central com esse amplo conjunto de poderes: política cambial, reservas, supervisão bancária, regulação bancária etc. Inclusive poder para definir o regime cambial? Potencialmente até isso. Temos de tomar muito cuidado com esse assunto.

É possível enxugar o Banco Central, para tornar a eventual autonomia mais palatável? É possível. Mas será que é factível, num prazo curto? Todas essas funções que o Banco Central desempenha, há décadas, são complexas. Transferi-las para outros órgãos públicos pode não ser conveniente, eficiente, sobretudo num prazo curto.

Temos de pensar não duas vezes, mas 10 e até 20 vezes, antes de dar autonomia ao Banco Central com esse conjunto de funções ou de poderes que ele tem hoje no Brasil. Noto que o Banco Central nunca foi formalmente independente ou autônomo, a não ser nos seus anos iniciais. Ele foi criado no Governo Castello Branco. Quando chegou o Governo Costa e Silva, nosso Deputado Delfim Netto assumiu a condição de Ministro da Fazenda, e rapidamente verificou que herdava um presidente do BC que não estava em sintonia com a política que queria fazer. Estamos aqui sob a Presidência de um ministro que desfez a autonomia do Banco Central. Desde então, não temos tido mais autonomia naquela instituição.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Mas há uma coisa muito interessante: é que há jovens e jovens. Alguns têm sotaque carioca, outros, princetonianos, de forma que depende muito do sotaque. Na verdade, levantamos uma questão interessante.

Agora, você me provocou, e sou obrigado a responder. Aquela estrutura construída pelo Roberto, como tudo o que ele construiu, tinha um pouco de poesia e um pouco de realidade. No caso do Banco Central, era muito mais poesia do que realidade. Então, ele me mandou um presidente do Banco Central. Vi que a economia estava afundada. Tínhamos vivido uma recessão do arco-da-velha e feito um corte de oferta monetária de 30% para reduzir a expectativa inflacionária. Aí, o jovem, recém-chegado de São Paulo, disse:

“Isso aqui não funciona”. E realmente mudei aquilo. A política estava visivelmente errada. Não me arrependo, em nada, por ter feito aquilo. Cada ministro da Fazenda só vai se arrepender de não fazer isso depois que sair. O que aconteceu foi o seguinte: a política estava tão errada que a mudamos. O País cresceu e a inflação caiu. Essa é que é a verdade.

Esse problema da independência, de um ridículo mortal, essa autonomia tem de ser restrita mesmo a um pequeno pedaço operacional do Banco Central, mesmo porque, primeiramente, em todos os lugares onde se instituiu esse sistema não se deixou o Banco Central com a tarefa de fiscalizar e muito menos de definir a política cambial. Isso é uma coisa absolutamente espantosa, mas não quero me meter nisso agora.

Passo a palavra agora à D. Priscila Morffi. Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Lúcio Andreile.

O SR. LÚCIO ANDREILE – Bom-dia. Sou Lúcio Andreile, estudante de Economia. Minha pergunta é para o Prof. Paulo, a respeito do modo de ensino nas faculdades de Economia no Brasil.

O senhor diz que essas instituições são totalmente vinculadas ao modelo de ensino estrangeiro. Qual seria, na sua visão, a mudança necessária nessa estrutura de ensino brasileiro?

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Paulo, você tem a palavra.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – Totalmente é exagero, pois há várias universidades, departamentos de Economia que seguem uma linha diferente. Na América Latina, especialmente no Brasil, há uma tradição de pensamento econômico meio submersa, a tradição cepalina desenvolvimentista, mas que ainda está presente em várias discussões. A figura de Celso Furtado é uma referência importante.

Devemos construir com base nessa tradição, fazer o aggiornamento da tradição nacional-desenvolvimentista, que deu uma contribuição muito importante à América Latina e ao Brasil. Ela foi criticada, com razão, em vários aspectos, mas era uma tradição de pensamento nacional, voltada para a construção de um projeto nacional, e é essa tradição que devemos recuperar.

Não sou, nem poderia ser contra a absorção de idéias estrangeiras, mas sinto que há uma certa fragilidade no brasileiro, que o torna muito vulnerável no exterior. Eu mesmo estudei na Inglaterra, e falo por experiência própria. Quando o nosso jovem estudante vai para o exterior, é submetido a uma pressão tremenda, tratado com um preconceito muito grande por ser latino-americano. Acaba voltando meio colonizado, meio catequizado, e demora muito para se refazer. Forma-se então essa casta a que fiz referência – neste caso, “casta” na sua acepção original –, uma casta que freqüentemente está dissociada dos interesses do País e ocupa posições-chave.

Então, é muito importante que se faça um esforço, ao longo das próximas décadas, para construir um pensamento econômico nacional aberto ao mundo, às idéias do mundo, mas que tenha o País como eixo e preocupação central.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Passo a palavra ao Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores convidados, obrigado pela presença.

Parece que o Dr. Paulo não acredita naquela aura de patriotismo de pessoas que, ao ocupar a presidência do Banco Central, deixam funções milionárias, bilionárias às vezes, para ganhar seus 10 ou 20 mil reais mensais à frente do BC e servirem a Pátria. Isso é um pouco longe daquilo que o cidadão comum pensa a respeito de uma pessoa que está à frente de um organismo, de órgão tão importante.

Não sabia do fato citado pelo deputado que me antecedeu, mas realmente é preocupante. Temos visto que esse tipo de ligação tem sido uma constante e, às vezes até, quando ocupam cargos, há pessoas que estão se aproveitando e usando do conhecimento financeiro que um cargo desses dá para que as suas atividades sejam mais lucrativas.

O senhor acha que, realmente, não existe essa aura ou não existe o civismo necessário nas pessoas que estiveram ocupando, e possam vir a ocupar, esses cargos para defender o interesse maior do País? Uma questão é essa.

De outro forma, acredito que o Banco Central, Dr. Mendonça, tem função muito mais importante do que o simples papel de regular a inflação. O Banco Central, e daí o sucesso do Greenspan nos Estados Unidos, deve ter seu foco sempre no desenvolvimento do País, na taxa de crescimento que é necessária para o País. Daí, a permanência e o sucesso constante de estar regulando. É preciso mais dinheiro no mercado porque precisamos crescer. Essa também é uma busca constante agora da Europa, e, no Brasil, o Banco Central é instrumento de regulação da inflação.

Então, minha pergunta é: o foco não teria de ser a taxa de crescimento que desejamos com o viés inflacionário? Para tanto de crescimento, qual a inflação que poderia vir? Temos de ter pelo menos 4% se a inflação vai ser 5%, 6% ou 7%? Acho que está de bom tamanho.

O brasileiro também deseja prioritariamente que tenhamos crescimento com taxas de inflação controladas, claro. Então, isso falta, do meu ponto de vista, ao Banco Central.

Uma última pergunta para os dois palestrantes. Sempre pensei sem ser economista. Sou engenheiro e empresário, novato na política. Estou chegando agora, é a primeira vez que me candidato, mas acho que precisamos, na verdade, de instrumento regulador não dentro do País ou da Europa, mas nos

moldes da Organização Mundial do Comércio. O fluxo de capitais, hoje, é muito intenso e não há um instrumento mundial que tenha algum tipo de influência sobre eles.

Então, é muito fantasioso isso ou vocês acham que é possível no futuro, até em médio e longo prazos, que venha a ser criado um instrumento que regule esses capitais e apliquem até mesmo multas? Mandou para lá, deixou lá, foi só um capital especulativo, roubou dinheiro do País e voltou para a origem... Essa é uma situação possível de ser controlada em âmbito mundial?

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Obrigado, Deputado. Passo a palavra ao Prof. Paulo Nogueira.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – Não se deve depender do frágil patriotismo das pessoas para que os órgãos públicos funcionem de acordo com o interesse nacional. Deve haver uma estrutura mais adequada.

Veja, por exemplo, como se montam as diretorias de Banco Central no Brasil. Isso, evidentemente, não é feito em praça pública, nem pode ser, mas as escolhas que os governos fazem estão sujeitas a vetos do poder financeiro. Em consequência, o comando de uma instituição tão importante como o Banco Central fica excessivamente sintonizada com interesses privados financeiros. Essa é a minha preocupação, e não questionar o patriotismo, as boas intenções ou a ética pessoal de “a”, “b” ou “c”. Trata-se de um problema que assumiu um caráter duradouro no Brasil e precisa ser resolvido.

Gostaria que houvesse em um futuro distante, talvez não na minha vida, um Banco Central do Brasil mais sintonizado com o País e com um comando mais eclético, formado não apenas por pessoas advindas do mercado financeiro e destinadas a esse mercado ou por funcionários de carreira do Banco Central. Inclusive para enfrentar questões como essas que V. Ex^a menciona, o crescimento econômico e a regulação dos movimentos de capital.

Considero da maior relevância esse tema que V. Ex^a acaba de levantar. Ele é importantíssimo. Tenho batido nessa tecla há anos. Não acredito que controles de capital possam ser implementados em escala global, que haja alguma viabilidade de se convencer os países desenvolvidos a atuarem nesse sentido, até porque eles tiram mais benefícios do que prejuízos da livre movimentação internacional do capital. Mas podemos, sim, aplicá-los em âmbito nacional, cuidadosamente, com o devido planejamento, passo a passo, estabelecendo critérios, regras para regular a entrada e saída de capitais. Aí, volto à autonomia do Banco Central.

O Banco Central tem um papel fundamental nessa questão porque ele é responsável pelas regras do mercado cambial, pela regulação do movimento de entrada e saída de capitais. Um Banco Central autônomo, com mandatos fixos para sua direção, comandado por pessoas da confiança do mercado financeiro fará isso de forma adequada? Sabemos que o mercado financeiro, as

instituições financeiras querem o máximo de liberdade para entrar e sair com seus recursos.

Em um debate no Conselho de Economia da Fiesp, do qual faço parte – isso já tem algum tempo –, mencionei a importância desse tema que V. Ex^a levantou e a necessidade de se estabelecer, por exemplo, prazos mínimos de captação de empréstimos externos, quando as circunstâncias permitirem. Um economista brasileiro de banco estrangeiro – uma das piores pragas, diga-se de passagem, são os economistas brasileiros que trabalham em bancos estrangeiros – perguntou: “E onde fica a liberdade do empresário?” Respondi: “Desde quando a liberdade da instituição financeira, do empresário, se sobrepõe à segurança do País?”. A segurança do País precisa ser protegida por um Banco Central que seja autônomo em relação aos interesses das instituições financeiras.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Antes de passar a palavra ao Dr. Luiz Carlos Mendonça, gostaria de dar o meu depoimento sobre a absoluta integridade moral de Armínio Fraga, já que nessas duas perguntas está embutido certo preconceito.

Tive contatos muito profundos com Armínio Fraga – que pode ter errado, errou, como todos erramos de vez em quando, devemos reconhecer esse fato – e o considero alguém com absoluta integridade moral. Veio do Soros, não sei se vai voltar para lá. Para mim, isso é absolutamente irrelevante. Ele é um sujeito, na minha opinião, absolutamente íntegro.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros.

O SR. LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS – Sobre a primeira pergunta que V. Ex^a me fez, a respeito do problema de inflação e crescimento, tenho a dizer que o Deputado Delfim Netto é economista há mais tempo do que eu. Também comecei minha carreira como engenheiro, tomei esse mau passo só 10 anos depois de estar no mercado de trabalho. Essa é uma questão, vamos dizer assim, que no fundo reflete todo o processo de escolha de uma política econômica. Quem entende um pouco de economia percebe que esse conflito entre crescimento e inflação é da natureza do jogo. O fundamental é que se tem que, a cada momento, fazer uma opção sobre o que se sobrepõe a quê.

Por exemplo, o Brasil passou 20 anos tentando trocar crescimento por inflação. Não crescemos e, considerando a origem desse processo de distribuição de renda perverso que temos, percebemos que ela se dá nesse período. Do mesmo modo, se formos buscar a origem da hipertrofia do mercado financeiro, veremos que ela se dá exatamente nesse período.

A minha geração de economistas foi a que começou a lutar contra isso – 1985, Plano Cruzado. Então, faço parte de uma geração que sofreu muito intelectualmente para tentar sair disso. Minha leitura é de que a sociedade brasileira chegou a isso. O problema da inflação é o seguinte: ela não pode ser instrumento de troca para o crescimento.

Economia é algo terrível, porque, mesmo tendo um conceito como esse, vamos divergir de forma absurda quando se for trocar isso. Quer dizer, o Paulo, que deve ter a mesma rodagem nessa estrada, desenvolveu um ceticismo maior em relação às pessoas. Confesso que já tive minhas decepções, mas continuo achando que há um interesse patriótico, um interesse maior pela sociedade, cada um evidentemente com o matiz da sua classe ou da sua atividade.

O que quero dizer é que, nesse processo de autonomia do Banco Central, estou convencido de que a dicotomia entre inflação e crescimento terá a chance de acontecer de forma mais correta do ponto de vista social.

Ninguém aqui está sabendo, mas há uma discussão no Governo sobre a meta de inflação que o Banco Central vai fixar no próximo mês. Pergunto: quem está participando disso? Fiz referência ao erro do Presidente Armínio Fraga. Por que o Banco Central assumiu o compromisso de 3% de inflação ao ano? O Brasil precisa disso? Não precisa. Aliás, não só não precisa como não se chega a ele, como está no paper do Armínio agora. Com o câmbio fluando da maneira como está, a possibilidade de se ter 3% de inflação é muito reduzida. Pior: se se estabelece isso como um ponto de referência, de credibilidade, vai-se impor o que estamos impondo hoje, ou seja, temos uma recessão muito maior do que precisaríamos para chegar a um nível razoável de inflação.

Quanto às acusações que o Paulo faz ao Banco Central autônomo, é a história dos últimos 20 anos no Brasil, com o Banco Central simplesmente dependendo do Governo. A minha leitura não é ideológica, é histórica, com base naquilo que efetivamente aconteceu.

Estou convencido disso e algumas pessoas acham que isso é um absurdo. Uma das coisas que mais ouvi foi o seguinte: “Você é maluco? Vai dar ao Congresso o poder de discutir essa questão? Isso tem que ficar no Executivo”. Respondo que, nos últimos 20 anos, o Executivo foi responsável por esse processo, e vejam o tipo de resultado que tivemos.

Acredito que abri esse debate. O Paulo vem, fala com os senhores; eu venho, meto o pau nesse pessoal, que será defendido por outros. Isso obriga esse pessoal a pelo menos fazer um exercício um pouco mais rigoroso sobre o que eles estão pensando. Garanto aos senhores que teríamos evitado erros cruciais de política econômica nos últimos anos, que foram cometidos exatamente sob esse pretenso véu da maior racionalidade de pessoas eleitas, de pessoas escolhidas a dedo, sem nenhum critério, sem nenhuma transparência, pelo próprio Executivo. Essa é a minha convicção.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Antes de passar a palavra ao próximo argüidor, gostaria de meter a minha colher de pau. Essa questão levantada pelo Deputado Ronaldo Dimas é muito interessante. O que os economistas sabem realmente sobre a relação entre inflação e crescimento?

Todas as pesquisas empíricas mostram o seguinte: existe uma relação que não é linear, é um tipo de curva muito interessante. Quer dizer, o que sabemos é que uma taxa de inflação até 8%, 9% não produz praticamente nenhum efeito sobre a taxa de crescimento. A partir daí, começa-se a ter um declínio. Até 20% de inflação ao ano, as coisas vão caminhando mais ou menos. A partir de 20%, o ramo da curva assume atitude decrescente, mas muito mais acelerada. Todo mundo crê nisso. Isso está virando uma norma. Quer dizer, inflação abaixo de 8% causa muito pouca perturbação para o crescimento econômico.

Armínio Fraga está escrevendo um artigo e deveria ter lido os que foram escritos quando se fixou o sistema de metas inflacionárias, porque alguns economistas do jurássico disseram exatamente isto: quando se tem essa dependência externa extraordinária, o ajuste da conta de capital com a conta corrente vai exigir mudanças imensas da taxa de câmbio real, e não há meta que resista. Isso aí está publicado desde 1998.

O SR. LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS – O Banco Central vai voltar a cometer o mesmo erro.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Por que estamos vivendo esse dilema? Porque o Banco Central teimou em fixar uma meta intermediária de 8,5% para dezembro de 2003, obviamente impossível de ser realizada. É uma questão de aritmética, não de economia, de filosofia. Não há nada disso. Para que se conseguisse atingir essa meta, seria preciso que a taxa de crescimento médio do IPCA fosse de 0,27% entre maio e dezembro, porque sai um mês mais alto, entra um mês mais baixo. Ora, isso é praticamente impossível. Por que fixar essa meta tão ambiciosa num horizonte tão curto, quando as expectativas do mercado mostram que provavelmente vamos atingir 8,5% em maio?

Essas observações são realmente críticas e mostram que as metas não podem ser fixadas interna corporis, principalmente hoje, quando já não existe o Conselho Monetário, que era um conjunto de três, em geral pertencentes à mesma escola, à mesma classe, para não terem dificuldade de entendimento, e o Banco Central não tem mais aquele tipo de participação de antigamente.

É preciso participação muito mais geral. Temos que levar para lá pessoas que realmente pensem diferente, pessoas que representam, inclusive, as economias regionais. O Brasil é um País federal. Não é possível imaginar apenas reuniões em Brasília. O gás desse lago é perigosíssimo, é inodoro; os senhores não percebem, mas ele destrói os neurônios. De forma que, se deixarmos essa gente toda confinada aqui, o resultado acaba sendo esse tipo de coisa.

Penso que temos uma salvação. Em julho, vão ter que ser fixadas as novas metas. Espero que se verifique uma abertura, quer dizer, esses defeitos serão reconhecidos. Então, o Executivo vai fixar metas factíveis, mesmo por-

que o custo social de uma meta não factível é imenso em termos de perda de PIB e de emprego.

O SR. LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS – Sou favorável ao controle interno. Não tenho ilusão de que isso vá acontecer. Acredito muito mais nas pessoas aqui dentro do que nas instituições internacionais. Lá fora, a possibilidade de se optar por algum controle de movimentação de capital é zero. Agora, aqui dentro, temos que fazê-lo. É evidente que, num modelo de banco central independente, quem vai fazer isso não será o Banco Central, mas o Governo, o Ministério da Fazenda, que será responsável pela dívida pública, pela conta corrente.

O que talvez não tenha conseguido expressar é que, por ter vivido essa hipertrofia, entendo que hoje só há uma solução, a atrofia do Banco Central. Isola-se o Banco Central e o resto fica no Governo, porque é evidente que não há como se retirar do Presidente eleito essa capacidade.

Duvido que o Presidente Lula tenha a percepção de que a próxima meta de inflação, que vai ser fixada pelo Banco Central, definirá o seu Governo. Se for fixada essa meta de 4% para o resto do seu mandato, o Governo do Presidente Lula estará fadado ao fracasso em termos de crescimento e de distribuição de renda. Essa não é uma opinião política, mas uma constatação óbvia, porque para ganhar os 4%, e esse pessoal que está no Banco Central vai buscar isso, as taxas de juros no Brasil continuarão muito altas e, portanto, não haverá crescimento. Agora, pergunto: isso está sendo debatido com a sociedade? Acredito que não.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Passo a palavra à Sr^a Flávia Borges. Não? Obrigado.

Passo a palavra à Sr^a Andréa.

Passo a palavra ao Sr. Adão Paulo.

O Sr. Daniel Brasil faz uma pergunta específica ao ilustre Paulo Nogueira Batista Júnior. Está presente quem fez a pergunta?

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – As perguntas são as seguintes: “A atividade regulatória do Banco Central poderia ser executada independente ou autonomamente? Que outras atividades, na sua opinião, poderiam ser tratadas dessa forma? Desregulação do sistema financeiro?”

É possível fazer um enxugamento do Banco Central, que é o que estava dizendo o Luiz Carlos, retirando funções que hoje ele exerce e transferindo-as para o Ministério da Fazenda ou para órgãos específicos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a supervisão bancária é compartilhada com outras duas instituições. O FED participa, mas outras duas instituições do Governo também atuam.

Volto a dizer que são tantas as funções que o Banco Central desempenha, e há tanto tempo, que tenho minhas dúvidas se é possível fazer um

remanejamento dessas funções para gerar uma instituição enxuta ideal, como aqui mencionado, que executaria apenas a meta de inflação definida pelo poder político. A curto prazo, não é.

Sabemos que o Governo Lula, paradoxalmente, está empenhado em mandar para o Congresso um projeto de lei, uma “lei de responsabilidade monetária” – seria esse o nome, aparentemente –, que chegaria aqui no segundo semestre. Daí a preocupação do Presidente desta comissão em realizar este debate hoje. Não há condições, nesse prazo, de se fazer o enxugamento que tantos consideram necessário para que o Banco Central não se torne um poder não eleito, gigantesco, basicamente à margem do controle do Poder Executivo.

Esta discussão está toda torta, porque não está levando em conta a realidade da distribuição de funções dentro do Governo. Por exemplo, controle sobre movimento de capital. Isso pode ser feito fora do Banco Central? Pode. Tem de se recriar a estrutura fora do Banco Central, e isso não é simples, não se faz rapidamente. Pode ser uma solução, mas vejo que estamos colocando o carro na frente dos bois. A discussão me parece apressada e mal conduzida, talvez para atender uma recomendação do Fundo Monetário ou gerar fato que agrade os mercados. Considero importante tranquilizar os mercados, mas não é necessário adulá-los com doses contínuas de notícias que eles consideram favoráveis.

Queria aproveitar a oportunidade para dizer que compartilho dessa preocupação que o Mendonça expôs sobre a fixação das metas de inflação. Por que não se pode pensar em algo mais razoável? Por exemplo: como a inflação, alcançou 12,5% em 2003, por que não fixar metas de 10 a 12% para 2004, 10% a 8% no ano que vem, 8% a 6% no ano seguinte? Como diria Paul Samuelson: *Grass is not going to grow in our streets*. Não vai crescer grama, capim nas nossas ruas e calçadas, se a inflação for gradualmente reduzida. Metas menos ambiciosas de inflação abririam espaço para maior preocupação com o crescimento, com o emprego.

Se o Banco Central e a Fazenda insistirem dogmaticamente nesse tipo de comportamento, creio que vão desgastar politicamente a própria idéia de autonomia do Banco Central. Quem vai querer dar autonomia a um grupo de tecnocratas que fixa metas dessa maneira, com uma ambição que é evidentemente exagerada?

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Concedo a palavra à Deputada Dr^a Clair.

Com a palavra o ilustre Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ilustres participantes deste seminário, quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Comissão de Economia e, de modo especial, o Deputado Léo Alcântara, ausente

neste momento, pela iniciativa deste seminário, extremamente oportuna.

Faria apenas um reparo preliminar ao título do seminário, que está estampado nessa faixa à frente da mesa: Banco Central – Autonomia x Independência. Creio que seria mais razoável se fosse Banco Central – Autonomia? Independência? Da maneira como está, a redação nos induz a pensar que aqui estamos para tratar das hipóteses autonomia e independência, necessariamente.

Pois bem, tenho lido muito a respeito desse tema. Coletei artigos, opiniões das mais diversas origens, para aprofundar o conhecimento sobre esse assunto que muito me interessa. Mas causa-me muita apreensão, Sr. Presidente, ilustres palestrantes, que todos os artigos e opiniões que vi a respeito da autonomia e mesmo da independência apontem, alguns mais discretamente, com mais pudor, outros nem tanto, para a necessidade – e isso é que me deixa bastante preocupado e arrepiado – de afastar a influência política da questão Banco Central.

Precisamos, segundo essas pessoas, proteger o Banco Central dos políticos ou, o que é mais grave, dos eleitos, porque essas pessoas em quem o povo vota, que o povo escolhe, seja o Presidente da República, sejam os deputados, sejam os senadores, seriam perigosamente inadequadas para gerir, no sentido macro, o Banco Central. Não encontrei nenhuma argumentação que necessariamente não mencionasse essa circunstância.

Portanto, neste momento, externo minha preocupação quanto a isso. Nós que estamos consolidando a democracia temos nos eleitos, nas suas propostas e idéias a legitimidade do exercício de suas funções.

Mas também não encontrei ainda explicação para o que me parece ser o mais básico. Afinal de contas, o que é o Banco Central hoje? O que será diferente quando vier a autonomia? E quando for consagrado o conceito de independência? Ninguém me disse isso com clareza, embora algumas nuances tenham sido apresentadas.

O aspecto da independência pareceu-me um pouco mais claro, porque está totalmente afastada. Quanto ao resto, vejo que se tenta, por meio de artifícios e palavreados, escamotear um pouco a situação.

Afinal de contas, o que vai ser diferente? O que muda? O que torna o Banco Central mais eficiente numa ou noutra hipótese, em comparação com a situação atual? Qual é o modelo exatamente? Vai haver mandato? E o que torna isso mais adequado?

Concretamente, se tivéssemos autonomia ou mesmo independência, será que o Dr. Armínio Fraga ou o Dr. Henrique Meirelles não seriam adequados para assumir o mandato de Presidente do Banco Central? Em sendo adequados – e o foram sem mandato –, o problema residiria no quê? No Presidente Fernando Henrique Cardoso e no ex-Ministro Pedro Malan, que atrapalhavam? No Presidente Lula e no Ministro Palocci, que atrapalham? Qual é então a diferença? Por que essas mesmas pessoas seriam mais eficientes com

mandato do que na qualidade de indicados, como é hoje, por exemplo, o Dr. Henrique Meirelles?

Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Agradeço a V. Ex^a.
Passo a palavra ao Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – Deputado Paulo Afonso, esse traço do debate que V. Ex^a menciona, da desconfiança em relação aos políticos e da preocupação em manter o Banco Central isolado da influência perniciosa dos políticos, mesmo quando eleitos, tem tradição secular no pensamento econômico ortodoxo. Segundo esse ponto de vista, o sistema político é imediatista, tem propensão a gastos excessivos e à geração de inflação.

Assim, na organização institucional da economia, seria preciso encontrar uma forma de preservar a gestão monetária dessa influência supostamente perniciosa. Isso foi tentado de várias maneiras ao longo dos séculos, como, por exemplo, durante certo período, por intermédio das regras rígidas do padrão ouro. Com o desenvolvimento e a sofisticação da economia, ficou impossível sustentar essas regras, sobretudo depois da grande depressão dos anos 30. Depois do colapso do padrão ouro, os economistas ficaram à cata de outras formas de isolar o Banco Central da influência política.

Os monetaristas, durante muito tempo, defenderam uma regra de expansão monetária predeterminada, a que o Banco Central apenas obedeceria, de forma mecânica. Essa abordagem não funcionou. Fracassou nos anos 70 e início dos 80. Depois tentou-se, para as economias periféricas ou de menor porte, a regra do câmbio mais ou menos rígido, chegando, no limite, ao *currency board*, como no caso argentino. Isso também não tem funcionado a contento, especialmente em economias maiores, mais sofisticadas. Com o insucesso da abordagem monetarista e da ancoragem cambial, a ênfase se deslocou para a defesa da autonomia ou independência do Banco Central.

Já se percebe que não é possível fixar regras simples e rígidas para a atuação do Banco Central; que o Banco Central deve ter certa discricionariedade. Mas o que se pretende é criar – na expressão utilizada pelo Presidente Henrique Meirelles, na abertura deste seminário – um espaço técnico asséptico, onde os economistas, à luz de teorias supostamente confiáveis, decidiriam isolados dos políticos. Creio ser isso uma grande ilusão. As teorias econômicas não têm essa confiabilidade. O grau de incerteza associado à teoria e à sua aplicação é enorme, como se pode perceber pela própria incapacidade que têm os economistas de antecipar o futuro. Nós somos excelentes profetas, mas do passado, só do passado.

Então, temos de encarar essa questão politicamente. O que está em curso, na realidade, é a tentativa de fazer uma espécie de blindagem de órgãos vitais do Estado, para isolá-los da influência do eleitor, que pode não ser muito

construtiva. O eleitor pode estar descontente, querendo mudar alguma coisa, votando contra – ignorância, provavelmente, do eleitor, que quer mudar e não percebe a sabedoria de certas políticas, de certas práticas. É contra isso que se quer fazer a blindagem de instituições como as agências reguladoras e o Banco Central. É como criar um sistema no qual o eleitor vota, mas não decide.

Deputado, repare o seguinte: quando surgiu o tema da independência ou da autonomia formal do Banco Central no Brasil? Depois que o então Ministro Delfim Netto destruiu a independência do Banco Central, no final dos anos 60, o assunto praticamente desapareceu no Brasil. Ressurgiu, se não me falha a memória, sintomaticamente, apenas duas vezes: em 1994, porque à época um certo metalúrgico liderava as pesquisas de intenção de voto para presidente; e, em 2002, quando esse mesmo metalúrgico ganhou as eleições. Durante os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, nada se fez para dar autonomia formal ao Banco Central. E agora estamos aí, com o metalúrgico instalado na Presidência da República e sendo pressionado por forças externas e internas a dar essa autonomia, o que, no fundo, significa abrir mão de poder. Essa a questão que está sendo discutida neste momento.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Com a palavra o Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros.

O SR. LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS – Tenho uma visão completamente oposta à do Paulo. Ele hoje está se revelando uma pessoa muito amarga. Sendo esse um problema dele, não podemos deixar que isso traspasse a instituição pública. No dia em que eu começar a reclamar de algumas amarguras que tive no passado, não me chamem, porque vou atrapalhar mais do que ajudar.

Deputado, vejo de outra forma. Vamos pegar como exemplo a Lei de Responsabilidade Fiscal. O que ela tem de mais importante? Ela isola os períodos dos mandatos dos eleitos. Isto é, um governador ou presidente da República eleito tem liberdade para operar na economia, na parte fiscal, nos seus quatro anos de mandato, mas não pode sacar sobre o futuro de outro possível eleito.

A questão é complexa, mas acho que nós, no Brasil, evoluímos de maneira muito adequada nesse sentido.

Os governadores, normalmente, no último ano, fazem alguns saques, e os governadores que os substituem são obrigados a passar dois anos pagando as contas relativas ao ano anterior àquele em que assumiram. Nos quatro anos de mandato, normalmente governam por dois anos e sacam nos dois anos seguintes. Não há ganhador nesse processo. Temos exemplos suficientes disso na nossa história.

Em que o Parlamento evoluiu? Ao fixar limites para esses saques em relação ao futuro. Hoje, temos limites muito claros. É evidente que uma geração de governadores perdeu com isso, mas hoje restabelecemos na plenitude os quatro anos de mandato.

Quanto à inflação, temos o mesmo processo. A inflação é uma forma fiscal de arrancar recursos da sociedade, e uma forma fiscal cuja defasagem é até maior que a do orçamento fiscal de um estado ou país.

A independência do Banco Central, na minha modesta opinião, não tem esse caráter de grande trama de interesses financeiros, nacionais ou estrangeiros, das pessoas que são contra a democracia. O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, é um democrata. Duvido que alguém possa dizer que ele conspira tirar do povo o direito de governar. Não acredito nisso. Não tenho indícios disso.

Se, por um lado, é necessário restringir a ação de um governo no tempo futuro, por outro, há de se estabelecer limites para essa restrição. Essa a idéia que preside o grupo de que participo, que tem clara visão das vantagens da autonomia do Banco Central. Além do que, disse e repito, a autonomia, na forma como pretendemos, vai aumentar a transparência da ação do Banco Central, contrariamente ao que o Paulo pensa. Essa a avaliação histórica de quem vive mais intensamente esse processo.

A caixa-preta, da qual tantas vezes se reclama, existe. Está operando inclusive no Governo do Presidente Lula. Tanto é verdade que alguns iluminados estão discutindo a meta de inflação, e a sociedade se encontra absolutamente marginalizada de uma decisão que vai comprometer seu futuro.

Na minha visão, não existe esse problema de eliminar ou reduzir a presença dos eleitos na discussão da política monetária. Simplesmente estamos partilhando essa influência entre o Executivo e o Congresso e, além disso, tornando muito mais transparente a ação da autoridade monetária.

Em relação ao outro ponto que o Paulo mencionou, sobre como se faz essa redução de poder do Banco Central, respondo: isso já aconteceu. Fui diretor de mercado de capitais no Banco Central, órgão que tinha a função da CVM hoje. Naquela época, a emissão de dívida pública estava no Banco Central. Não existia Secretaria do Tesouro Nacional. Ela foi criada e retirada. Não é difícil, basta simplesmente pegar as pessoas que estão exercendo certas atividades no Banco Central e colocá-las no Ministério da Fazenda.

Sinceramente, não vejo nenhuma grande armação de interesses internacionais. Não percebo, na motivação do projeto do Banco Central autônomo, nenhum tipo de restrição à atuação do político ou a intenção de diminuir sua influência. Pelo contrário, essa proposta aumenta, por meio do Legislativo, essa influência. Além disso, na minha opinião, dá à área monetária uma transparência infinitamente maior do que a atual, em termos de decisão.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Antes de prosseguir, digo ao Paulo, cuja posição foi extrema, que é muito pouco provável que os europeus tenham constituído a Comunidade Econômica Européia primeiro fazendo o Tratado de Maastricht, que é na verdade a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, depois

instituindo o Banco Central, como o caso em que estamos vivendo. De forma que não há nenhuma restrição ao processo democrático nessas instituições.

Digo ainda que há equívoco em dizer que se tira do político o poder. Quem fixa as metas é o Congresso. Quem fixa os objetivos é a LDO, portanto, o Congresso. De forma que isso tudo, no fim, fica na mão do Congresso. Ele, ao cabo, vai ter uma responsabilidade maior, porque dirá se quer uma inflação de 12% ou de 7%. E não creio que nenhum sujeito que venha a ser eleito vá dizer que deseja inflação de 50%.

Então, o argumento do Paulo, apesar de muito bem elaborado, é terrorista demais.

Concedo a palavra ao Sr. Alberto Alves Rodrigues.

O SR. ALBERTO ALVES RODRIGUES – Bom-dia. Sou economista. Primeiro, lembro ao Prof. Mendonça de Barros que ele disse que trataria de quatro questões, mas só mencionou três. Gostaria que S. S^a falasse a respeito.

Segundo, pergunto a ambos os palestrantes: quais seriam as influências da adoção da proposta de autonomia ou independência do Banco Central sobre as políticas sociais ou sobre o mercado de trabalho, já que a política monetária, basicamente a taxa de juros, é mais instantânea que a política fiscal, dado o processo de discussão da LDO?

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Passo a palavra ao Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros.

O SR. LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS – A quarta pergunta dizia respeito às condições e me referi exatamente à questão da legitimidade política. Um Banco Central autônomo não tem legitimidade política intrínseca, porque não é eleito pelo povo. Então, é preciso criar um mecanismo de legitimidade reflexa dada pelo Congresso à indicação do Governo Central, do Executivo, até para se ter uma separação de poderes – como se faz hoje com o embaixador e outros altos funcionários públicos, sujeitos à aprovação do Congresso –, para buscar uma determinada política monetária aprovada também pelo Congresso. É como uma função de responsabilidade técnica para executar aquilo que foi estabelecido.

A Nova Zelândia, país que nossos economistas liberais adoram citar – só falta explicitar que ela tem três milhões de habitantes e produz os melhores carneiros do mundo –, inovou nesse processo. Ela estabelece o cúmulo da determinação: há um prêmio de 500 mil dólares anuais para os diretores do Banco Central independente que atingirem determinada meta. Isso não faz sentido, mas a questão da legitimidade é fundamental.

Repito: sei como isso se processa. Vivi essa situação por duas vezes. A questão da transparência será infinitamente maior do que a que temos tido nos últimos governos, em relação ao Banco Central.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Concedo a palavra ao Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – A influência sobre o mercado de trabalho depende muito da execução da política monetária nesse novo Banco Central. O meu receio é que um Banco Central mais protegido, com mandatos fixos, com estabilidade no emprego para sua direção, possa ser rígido demais e acabar desempregando boa parte dos outros brasileiros. Estabilidade no emprego e direito de demitir os outros. Até pergunto aos parlamentares e aos demais presentes se o que está acontecendo nas últimas semanas no Brasil não está enfraquecendo ainda mais essa idéia de autonomia do Banco Central.

Estamos vendo um Banco Central que resiste, de maneira exagerada, a meu ver, às evidências de que estamos precisando de uma gradual redução da taxa de juros, levando em conta o estado real da economia – não quero ser enfático demais para não ser chamado de extremista e terrorista.

Quero ainda dizer que não usei a palavra conspiração, e não foi por acaso. Não é uma conspiração, pois está acontecendo à vista de todos! É um processo de dominação política e controle, por certos lobbies, das alavancas da política econômica em muitos países em desenvolvimento. Então, não é o caso de falar em conspiração.

Se a preocupação é com a falta de transparência do Banco Central, não vejo por que vinculá-la à concessão de mandatos fixos à diretoria do Banco. O Congresso pode muito bem estabelecer regras e leis que aumentem a obrigação do Banco Central de prestar contas à sociedade e ao Congresso. Não é preciso mandatos fixos para que isso ocorra.

Falou-se aqui que, com o Banco Central autônomo, quem fixaria as metas seria o Congresso. Isso não sabemos ainda, não está definido.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – É uma possibilidade.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – É uma possibilidade, mas o que se comenta mais freqüentemente é que a meta seria fixada pelo Executivo. Determinar que ela seja fixada pelo Congresso talvez seja uma alteração interessante. Nessa hipótese, mais uma vez, não seria preciso dar mandatos fixos à diretoria do Banco Central. Uma coisa não depende da outra.

Assim, fico um pouco preocupado ao ver que corremos o risco de agravar alguns problemas que já vivemos ao ter no comando do Banco Central um conjunto de pessoas, que passariam a estar protegidas por estabilidade no emprego, e que não levam suficientemente em conta o lado real da economia, em especial o mercado de trabalho.

A última ata do Copom, aquela que explicou a manutenção da taxa de juros em 26,5%, tem cinqüenta e tantos parágrafos. Apenas dois tratam do mercado de trabalho, como observou o Senador Suplicy. É um sintoma da

hierarquia de prioridades dessa tecnocracia financeira que dirige os Bancos Centrais em países como o Brasil.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Muito obrigado. Concedo a palavra ao nobre Deputado Enéas.

O SR. DEPUTADO ENÉAS – Senhores conferencistas e ilustre platéia, primeiro, apesar de não me ter outorgado o direito de defender o Prof. Paulo Nogueira, que estou conhecendo hoje, ouvi menção específica a seu caráter amargo – meu colega, Deputado Delfim Netto, disse que S. S^a estava falando em catástrofe – e quero dizer a todos que ele não é amargo. Ao contrário, chega a ser doce. Amargo sou eu, e vamos ver por quê.

Ele fala muito por alto, em passant, em catástrofe, com muito cuidado – eu entendo que ele o tenha. Não quer entrar em números. Vamos falar de números? O País não é este em que estamos. Estamos numa redoma de vidro em que especialistas de alto coturno, de alto gabarito tratam de questões da mais alta relevância nacional com o conhecimento que têm, mas a realidade da rua é bem diferente.

Vejam: após S. Ex^a a nosso Presidente... Não vou falar aqui sobre ninguém em particular. Prof. Nogueira, não há ninguém em particular que deva ser citado. O problema é este modelo perverso, cruel, concentrador de renda, que faz do Brasil uma colônia cujo papel precípua é mandar recursos para a metrópole. A metrópole não são os Estados Unidos, mas as potências hegemônicas.

Há uma análise a fazer antes de formular minha pergunta ao Dr. Nogueira. A questão principal é: como estamos de fato? Temos dados oficiais dessa coisa estranha que se chama caixa-preta e que apresenta balanços de tremenda dificuldade de análise – dito não por mim, que sou professor de Medicina, mas por economistas do porte de Décio Munhoz e Adriano Benayon do Amaral; eles é que dizem da dificuldade de análise de dados muitas vezes escamoteados ali.

Pois bem, a realidade oficial é que, no ano transato de 2002, para um orçamento de pouco mais que o dobro disto, foram remetidos para o exterior ou para seus representantes aqui dentro 113,9 bilhões, um número astronômico.

Muito mais do que os gastos com saúde, com a Marinha, com educação – essa palavra pode ser repetida cinco, seis vezes.

Concordo em gênero, número e grau com o Dr. Paulo Afonso, nosso colega Deputado, quando fala sobre o tema deste seminário, Banco Central – autonomia x independência. Senhores, o prato está feito, o pudim está à mesa. Não há solução. Ninguém está aqui com a ilusão infantil de que vamos mudar a regra. Isso já está decidido, vamos deixar de ser crianças, como foi decidido – todo mundo viu, no Congresso, pelo menos na Câmara, onde eu

estava – que se iria mexer no art. 192 da Constituição. Discursos homéricos, vozes tonitruantes e, no fim, 13 entre nós se manifestaram contra aquela verdadeira heresia: quebrar-se o direito constitucional de não ir adiante. Tornou-se infinitamente mais fácil fazer o que se pretende fazer.

Na verdade, falei apenas de recurso financeiro mandado para fora ou para representantes estrangeiros estabelecidos aqui dentro. O problema é que estamos assistindo à reprise de um filme.

Quando se mencionava aos quatro ventos as privatizações – eu me recordo, era um espectador, estava do lado de fora –, muito ouvi falar sobre a Vale do Rio Doce. O argumento que se tinha era de que ela iria produzir mais e que os recursos iriam ser maiores. Ouvi muitas discussões a respeito. De que adiantaram? Se nos detivermos um pouco a analisar o que representava e representa a Vale do Rio Doce para a economia nacional, veremos que ela é um gigante da produção mineral.

Se atentarmos para o fato de que nossas riquezas são mandadas para o exterior a preço de banana; se lembrarmos que somos o maior produtor mundial de nióbio – com 98% da produção –, sem o qual não se constroem aviões supersônicos, e que ele vai embora; se pensarmos que a tonelada do ferro ou do alumínio lá fora vale menos do que uma noite num hotel cinco estrelas em Nova Iorque; se imaginarmos que o quartzo é vendido in natura a menos de meio dólar o quilograma e que voltam os chips a quatro mil dólares o quilograma, pelos céus! O que falta para reconhecermos que somos colônia? O que se quer é agigantar o fosso, isso, sim. É fazer que o mínimo poder que ainda tem Sua Excelência o Presidente seja dele retirado.

Os senhores me dirão: por que está falando isso se a questão está resolvida? É o jus spernandi, o direito de esperar. Já que esse direito nos é dado, que pelo menos o utilizemos em bom vernáculo, para que não sejamos alcunhados, como o meu ilustre colega Delfim Netto, de jurássicos, de pertencentes ao período mesozóico, onde todos andávamos...

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Onde éramos companheiros.

O SR. DEPUTADO ENÉAS – Eu também não uso essa expressão, Dr. Delfim Netto, porque não penso estar numa república bolchevista, com todo o respeito a V. Ex^a. Não me sinto nela.

Tenho todo o respeito por Sua Excelência o Presidente. Tenho todo o cuidado de, quando me dirijo a ele, tratá-lo com o respeito que merece. Mas, lamentavelmente, nesses quatro meses, Sua Excelência fez com que o desemprego, que era de 10,5% da população economicamente ativa – e já tem muita coisa no termo mal definida, o senhor sabe melhor do que eu, porque sou professor de Medicina e o senhor, economista –, chegasse a 12,4%. E quem tem coragem de dizer que as taxas de juros são defensáveis? Será possível que

certas pessoas não percebem que isso é um abuso à inteligência humana?

Se a inflação brasileira fosse de custos, se todas as pessoas comprassem videocassetes etc., tudo bem, detém-se o custo, mas numa população em que quase dois terços vivem numa economia de subsistência! Pelos céus! Isso é apenas um aceno de mão, isso é apenas um contraponto na orquestra.

Pode-se dizer: senhores detentores do poder mundial, estamos de acordo, não vamos mudar nada. E o que se quer é agigantar ainda mais o fosso, cada vez mais. Reparem: quanto maiores as taxas de juros, claro, mas vai cair a produção. Quem tem coragem de negar isso? Como o empresário pode produzir, esmagado, com uma tributação extraordinária?

Ouvi sorrisos também quando se falou em um país com carneiros. Pelo amor de Deus! O Dr. Mahathir, da Malásia, já teve coragem de dizer chega. Chega! Até quando vamos continuar servos, de joelhos? Alguém dirá: “O senhor só fala em catástrofe”. Mas o que vemos no País? Prostituição infantil, prostituição juvenil, desemprego.

Nos pontos onde os ônibus param – não estou falando de Brasília, não conheço tão bem a cidade para falar –, em São Paulo, em pontos de cruzamentos de veículos, nos semáforos, vi indivíduos com uniformes do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos. Meu Deus! Aonde chegamos? No ponto onde os ônibus cruzam, no semáforo, ou no sinal, ou no sinaleiro, ou como se chame, depende do lugar no País, há pessoas vendendo, para sobreviver, quinquilharia, produtos importados, enquanto a indústria nacional está patinando. Meu Deus! Os senhores dirão: “Catástrofe”. Tudo bem. Eu aceito o epíteto e outorgo ao professor a defesa.

Não sou doce, sou amargo. Vejo uma realidade dura, terrível da Nação. Há 14 anos digo as mesmas coisas. Não há solução à vista, não tenham a ilusão. Enganam-nos outra vez, com eufemismo: autonomia e independência, palavras lindas. No fundo, o que se quer com o sistema financeiro internacional? Uso a expressão de maneira bem abrangente. O FMI é um braço apenas, é um octópode que suga as entranhas das nações. Falo do Banco Mundial e do Banco Interamericano, que, nos últimos sete anos, para cada dólar que aqui deixaram, levaram 1,4 dólar. Corrijam-me se o dado estiver errado.

Investimentos para quê? Somos uma potência gigantesca, que tem talvez uma condição insólita, inusitada, única de sobreviver ao bloqueio. Temos condição de ditar nossas próprias regras. E dirão a cada instante – agora, sim, os modernos: “Não, o mundo é global. Temos de estar integrados. Precisamos de zircônio, por exemplo, sem o qual não fazemos nada em Angra”. Muito bem, conversamos com a França. A França não precisa de alguma coisa? A França tem zircônio. Qual é o problema? O que custa darmos o grito de independência? O que custa termos coragem, livrarmo-nos dessa condição de servos, desse sistema pútrido que movimenta por dia mais de um trilhão – e bem mais, sabem os professores.

Tempo esgotado? Muito bem. A pergunta é para o Prof. Nogueira. Obrigado, Dr. Delfim, sou disciplinado. Sou extremamente disciplinado, gosto de ordem. Desagrada-me quando estou na Câmara, um colega fala e está todo mundo conversando.

Dr. Paulo, a pergunta é simples, específica ao senhor – tenho a minha resposta e quero ouvir a sua. O senhor acredita, com sinceridade, na possibilidade de, em algum tempo no futuro próximo, o sistema financeiro internacional romper-se como uma grande bolha especulativa que sangra os recursos das potências que pretendem estar em ascensão? O senhor acredita que, de uma forma ou de outra, teremos novo acordo de Bretton Woods, rompido em 1971 pelo Presidente Richard Nixon? O senhor acredita que haverá condição – eu quero a sua opinião – para que países como o nosso, a Argentina, todos os irmãos da América Latina e da África, possam levantar-se e ter um lugar ao sol, ou, na sua opinião, a caminhada para o abismo é definitiva?

Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra o Sr. Paulo Nogueira Batista.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – Deputado, eu não acredito que vá haver um novo acordo de Bretton Woods ou uma reforma abrangente da arquitetura financeira internacional, a menos que ocorra uma implosão de tal ordem na economia e nas finanças internacionais que viesse a prejudicar os interesses dos países desenvolvidos. Enquanto isso não ocorrer, as crises que às vezes sacodem violentamente as nações da periferia – nós passamos por isso, como vários outros países – não serão suficientes para mobilizar os principais países para essa reforma.

Essa discussão, na verdade, não saiu da retórica. Nada de muito importante foi feito. Mas convém ao Brasil construir alianças pontuais – não digo uma aliança global dos países em desenvolvimento, porque seria pedir demais – mas alianças como as que estão sendo esboçadas pelo Governo Lula com outros países da América do Sul, como a Argentina, agora sob outro governo, com a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul. Sem romper relações com os países desenvolvidos, porque isso seria absurdo, o Brasil pode muito bem trilhar um caminho diferente, de maior autonomia. Não para o Banco Central, mas para o País.

Esta é a autonomia que devemos buscar, uma autonomia perfeitamente factível do ponto de vista econômico-financeiro. Trata-se, por exemplo, de preservar com cuidado os ganhos espetaculares, que obtivemos em termos de ajustamento externo nos últimos 12 meses. Reduziu-se dramaticamente a nossa dependência em relação a capitais externos graças à queda do déficit em conta corrente. Não vamos permitir que isso seja desfeito por uma revalorização exagerada do real. É perfeitamente possível conceber um sistema de

controles seletivos, cuidadosos, da entrada e da saída de capitais na economia brasileira. O Brasil pode aumentar suas reservas internacionais. Elas são baixas demais. Não sei por que não se aproveitou essa conjuntura um pouco mais favorável dos últimos meses para começar a aumentar essas reservas. Enfim, o Brasil pode fazer muito para sair do atoleiro em que se encontra.

Eu não adotei um tom amargo, mas até teria motivos para adotar, porque o Brasil está há mais de 20 anos sem crescer de forma sustentada. Esse caminho da integração dependente em relação aos mercados financeiros internacionais não trouxe resultados para o País. Ao contrário, trouxe prejuízos.

Quanto ao Banco Central, eu queria dizer o seguinte: o Banco Central precisa honrar o seu nome: Banco Central do Brasil.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Muito obrigado.

Agora vou inverter a ordem e conceder a palavra ao ilustre Deputado Jairo Carneiro. Depois, o auditório, infelizmente, devido ao adiantado da hora, fará só mais uma pergunta.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Deputado Léo Alcântara, Ministro Delfim Netto, senhores expositores, senhoras e senhores, entendo que nenhuma instituição ou poder pode ser incontestável ao controle social. Não haverá legitimidade para nenhuma instituição ou poder na democracia sem transparência. A obrigatoriedade de prestação de contas e avaliação periódica do desempenho dos dirigentes do Banco Central haverá de ser uma exigência impostergável do poder político nacional.

Espero que o Governo entenda isso como imperativo, como exigência da sociedade brasileira no que diz respeito à proposta que seguramente chegará ao Congresso Nacional.

Quero ouvir a crítica dos ilustres conferencistas a essas afirmações.

Entendo também que, como guardião da moeda, que é um bem da sociedade, assim afirmou com muita pertinência e propriedade o Dr. Luiz Carlos, não pode estar sujeito a flutuações e oscilações contingenciais da política de um mandato governamental.

Por isso, creio que as metas de crescimento e de inflação devam ser submetidas ao juízo do poder político do Congresso Nacional, com definição de planos estratégicos de médio ou longo prazos, com avaliações periódicas e com margem de liberdade e de discricção do Banco Central, no curto prazo, para que possa estabelecer mecanismos de oscilações, sem perda do marco referencial das metas políticas definidas pelo Poder Legislativo a serem atingidas no horizonte de cinco ou dez anos.

Então, essas metas de curto prazo poderão oscilar. Contudo, os dirigentes também estarão sujeitos à avaliação periódica do seu desempenho e das repercussões das suas decisões no conjunto da sociedade. Serão avaliados os

efeitos das políticas públicas na economia do País e no campo social. Sobre esse modo de pensar, desejo ouvir a avaliação e as críticas.

Quanto ao nome do seminário, não sou contra ou a favor, mas creio que estamos entre esses dois limites. O Governo passado tentou a modificação do art. 192 da Constituição Federal, e eu era a favor. O PT votava contra, mas hoje assumiu a bandeira em prol da PEC sobre o assunto, a qual já foi transformada em emenda constitucional. Sem dúvida, há compromisso não apenas do FMI nas tais famosas cartas-compromisso, mas também do Governo Lula – não estou falando pelo Governo –, que vai honrar com o FMI a busca dessa autonomia do Banco Central. O projeto vai chegar à Câmara e ao Senado Federal.

Quanto aos mandatos, não tenho nada a opor, desde que possa haver destituição. O próprio Presidente Henrique Meirelles não se afasta dessa possibilidade de substituição, mesmo com mandato de dirigente do Banco Central. A destituição ocorreria por questões relacionadas à improbidade administrativa ou mau desempenho, não só por iniciativa do Executivo – assim entendo –, mas até por maioria qualificada do Senado Federal. Não nos podemos abstrair do exercício compactuado do controle da atividade da política monetária, exercida pelo Banco Central.

Na Constituinte, defendia a possibilidade de parlamentar exercer a direção do Banco Central sem perder o mandato. Creio que poderíamos introduzir na Constituição Federal essa disposição, porque ninguém melhor do que o político que tem sensibilidade, é expert em economia e finanças e veste a camisa deste País para administrar uma instituição desse porte, de grande responsabilidade para a Nação.

Estou apresentando minhas idéias que também merecem juízo crítico dos nobres membros da Mesa. Desejo ouvir as manifestações dos conferencistas e, se possível, do eminente ex-Ministro Delfim Netto, pelo seu saber, pela sua competência e experiência acumulada.

De algum modo, até louvo a decisão do Presidente Lula, no momento em que nomeia um político eleito, Henrique Meirelles, para presidir o Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Passo a palavra ao Dr. Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS – Aproveito a provocação do deputado para fazer condensado resumo daquilo que, a meu juízo, parece fundamental em relação à proposta da autonomia do Banco Central.

O Paulo tem misturado dois importantes tipos de argumentos sobre os riscos associados à autonomia. O primeiro é o conceito, a própria idéia da autonomia; o segundo, problemas operacionais para se transitar do nosso atual

sistema para um sistema autônomo. São duas diferentes questões, a serem analisadas de modo diverso. A primeira parece ser política, na relação do Banco Central com o Legislativo, o Executivo e a sociedade.

Nesse aspecto, é importante fazermos uma reflexão histórica sobre o que aconteceu no Brasil e no exterior. Evidentemente, procuro dar à nossa rica experiência força maior do que a que ocorre em outras sociedades.

Quem teve condições profissionais e possibilidade de viver esse período possui grande convicção, deputado, sobre a necessidade de evoluirmos para um sistema mais fechado em termos de regras. A tal caixa-preta do Banco Central, de que tanto se fala, está muito associada à falta de regras. No começo, há 10, 20 anos, tentou-se fazer essa amarração via Conselho Monetário Internacional.

Nesse conselho, desde as suas origens, tinha-se a idéia de reproduzir nesse órgão, de alguma forma, o equilíbrio de interesses dentro da sociedade em relação ao crescimento e à inflação. Então, o Governo era representado pelos Ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio e da Agricultura, e a sociedade, por órgãos de classe, por sindicatos.

Essa pequena fração da sociedade tinha como objetivo a reprodução de todos esses interesses, a fim de se chegar à melhor condição possível. Isso foi abandonado ao longo do tempo, porque a experiência mostrou que a legitimidade de órgãos escolhidos dessa forma é muito menor do que a própria legitimidade do Congresso. Perdeu-se no tempo essa experiência de ter vozes dissonantes na busca desse equilíbrio tão difícil e necessário entre inflação e crescimento.

Nesse longo período de escuridão, esse processo se restringiu apenas a uma fração. Realmente – talvez este seja um dos poucos pontos em que concordo com o Paulo – houve a dominância de escola de pensamento ideológico que exerceu sua influência de maneira decisiva e tentou moldar uma forma de entendimento da política econômica no Brasil.

O pior é que hoje ainda vivemos rescaldos em relação a esse período. Cito o jornalista Luís Nassif, que chegou à conclusão de que 85% dos jornalistas econômicos pensam que essa opção de política econômica para o Brasil é a única existente. Na nossa história, é a ocasião em que se verifica o maior fechamento do debate sobre opções de política econômica.

Por isso, a possibilidade de hoje rediscutirmos a questão do Banco Central é fundamental, para trazer de novo certo pluralismo e maior transparência sobre o pensamento econômico de determinado governo.

A meu ver, seria um erro, seja à direita, seja à esquerda, evitar essa questão, abordada por outros países, sobre conflito entre racionalidade econômica, transparência e democracia.

Na minha opinião, esse é o grande desafio que os senhores vão ter, conforme podemos ver escrito na faixa à nossa frente.

Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR (Deputado Delfim Netto) – Tem a palavra o Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – Deputado, foi importante sua observação sobre o Fundo Monetário Internacional, porque esse aspecto ainda não havia sido discutido.

De fato, no acordo entre o Brasil e o FMI, de agosto de 2002, na carta de intenções assinada pelo Ministro Pedro Malan, e agora na revisão do acordo, já no Governo Lula, na carta de intenções assinada pelo Ministro Palocci, há menção à autonomia do Banco Central. O texto que tenho aqui comigo está em inglês – parece que o original é em inglês mesmo – vou traduzir parte dele para o português.

Diz a carta assinada pelo Ministro Palocci:

“O Governo tentará assegurar uma aprovação rápida pelo Congresso da emenda constitucional que facilita a regulamentação do setor financeiro.”

Aí vem a passagem decisiva:

“É um passo necessário para passar a lei de banco central pretendida, que formaliza a autonomia operacional e aumenta a prestação de contas por parte do Banco Central.”

É importante entender a natureza desse compromisso, que consta de uma carta de intenções. O Ministro Delfim conhece esse assunto melhor do que ninguém.

Embora os Governos brasileiros não queiram mais, por razões históricas, usar o termo carta de intenções, na documentação oficial do Fundo Monetário o termo continua sendo Brazil-Letter of Intent. Os objetivos e compromissos que constam da carta de intenções não têm o mesmo significado que os critérios de desempenho, performance criteria, aos quais estão vinculados os desembolsos de recursos. Esses critérios de desempenho constam de memorandos técnicos anexados às cartas de intenção. A autonomia do Banco Central não é um critério de desempenho. Então, essa intenção anunciada na carta assinada pelo Ministro Palocci não tem a mesma importância que, por exemplo, a meta de superávit primário para as contas públicas, que constitui um dos critérios de performance.

O Congresso brasileiro não está obrigado a aprovar a autonomia do Banco Central. Lembro, também, que o atual acordo do Brasil com o Fundo Monetário termina no final de 2003.

Se o Brasil trabalhar direito, consolidar o ajustamento externo já ocorrido – inclusive, poderia ter feito mais nesses primeiros meses de governo para tornar sólida a posição externa da economia brasileira –, terá condições de no fim do ano, de forma gentil, convidar o Fundo Monetário para um jantar comemorativo e dispensá-lo de futuros auxílios. Estou entrando talvez no ter-

reno da utopia, mas isso seria perfeitamente possível para um governo com clara noção de autonomia nacional.

Finalmente, há certo paradoxo nessa preferência do Fundo Monetário pela autonomia do Banco Central em vários países, inclusive no Brasil. O próprio Fundo é uma instituição monetária estritamente dependente de um pequeno grupo de países que o controlam, especialmente os Estados Unidos. Os diretores executivos do Fundo não têm mandato fixo e podem ser substituídos a qualquer momento pelos governos que os nomeiam.

O conhecido economista americano Barry Eichengreen sugeriu, em recente artigo, que o FMI seja despolitizado, seguindo o modelo do Banco Central independente.

Escreveu ele:

“Os diretores executivos do Fundo seriam nomeados para mandatos longos, proporcionando efetiva segurança no emprego, e, em seguida, proibidos de receber instruções politicamente motivadas dos governos de seus países de origem.”

Por que, antes de virem aqui nos pressionar a dar autonomia, eles não cuidam da sua própria situação? Evidentemente, a sugestão de Eichengreen caiu num vazio total.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Nosso moderador, o ilustre ex-Ministro Delfim Netto, pede licença para se retirar, pois tem um compromisso.

Passaremos agora ao último questionamento. Peço aos expositores que respondam no prazo estipulado.

O Sr. Marcos Coronato pergunta o seguinte aos Srs. Luiz Carlos Mendonça de Barros e Paulo Nogueira Batista Júnior: “Os senhores não acham que o problema mais sério e urgente, que é a inclusão do fator político nas decisões do Banco Central, é o questionamento aos modelos matemáticos que o Banco Central e o Copom estão utilizando para projetar a inflação e definir a taxa básica de juros? Como o Governo, democraticamente eleito, pode influir na decisão sobre qual modelo usar?”

Com a palavra o ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros.

O SR. LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS – A questão do modelo do Copom é um claro exemplo de que, na relação atual do Banco Central com o Legislativo e o Executivo, é possível criar certos buracos negros de racionalidade.

Para quem não está afeito ao objeto da pergunta, é complicado falar de inflação, porque é preciso se chegar a uma medida em que não haja influências externas incontroláveis sobre o aumento de preço. É adotada, na maioria dos países do mundo, tradicionalmente, uma conta simples: retira-se do índice de preços o efeito do aumento ou da redução do preço de certos produtos – combustíveis li-

gados ao petróleo; a agricultura, que possui sazonalidades muito fortes – e outros preços fixados arbitrariamente. Daí se chega ao chamado núcleo da inflação.

No Brasil, há cerca de quatro anos, esses grupos nomeados pelo Banco Central acharam muito modesta, muito tosca a forma de aferir essa medida de inflação e resolveram desenvolver modelo estatístico altamente sofisticado, chamado de médias aparadas, com utilização do filtro de Kalman. Resolveram que essa seria a forma de se medir o núcleo da inflação no Brasil. A partir de 2000, então, começaram a usar esse modelo, sequer sem estabelecer período mais longo de avaliação de resultado.

O que aconteceu? Usando-se o critério dos bancos centrais dos países mais avançados, estamos hoje com um núcleo de inflação da ordem de 0,5%. Usando-se o filtro de Kalman, temos uma inflação estabilizada de 1,1%. Eles decidiram que isso era um sinal de inércia inflacionária, da persistência de inflação, e, portanto, de manutenção da taxa de juros. A pergunta normalmente feita é: se todos fazem dessa forma, por que vamos fazer diferente?

Os números de hoje apontam claramente para um erro nesse modelo. Como resultado, mantém-se a taxa de juros muito superior à necessária. Como não se vai cobrar do Sr. Armínio Fraga essa revisão feita por ele após sair do Governo, introduz-se no Banco Central um sistema absolutamente estranho.

Os erros por excesso de conservadorismo, ou dele derivados, ou seja, fixar meta de inflação muito inferior àquela que seria razoável, usar mecanismos estatísticos excêntricos para se chegar a determinada mensuração, feita em outros países de outra forma, acaba-se impondo um custo social extraordinário. E ninguém é responsabilizado por isso.

Apesar de lhe dar autonomia, a partir de determinado instante se lhe impõe a necessidade de prestação de contas. Se isso tivesse ocorrido, certamente não teríamos tido esse tipo de problema nos últimos dois anos.

Muitos críticos dizem que a autonomia significaria perda de controle político e social sobre a ação do Banco Central. A prova dos últimos anos é exatamente o oposto. O sistema atual é que permite esses experimentalismos ideológicos em cima da sociedade. O Executivo tem muito pouco espaço para lidar com essas questões, porque é constantemente ameaçado pelo medo da perda da credibilidade, dos ataques do mercado. Talvez este seja meu único comentário mais negro que o do Paulo, e é muito bem explorado na imprensa: “Olha, não façam isso, porque o mercado vai reagir mal, e o País vai sofrer”. Temos de acabar com esse tipo de comentário.

É uma posição amadurecida há anos, e, à medida que discutimos mais, os fatos ficam evidentemente mais claros. Essa caixa-preta existe há mais de 20 anos no Brasil e é sempre interpretada de maneira errônea, como se uma evolução de regras mais claras fosse na direção da privatização do Estado ou da perda de autonomia dos governos. A meu ver, é exatamente o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Com a palavra o Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – O questionamento sobre os modelos usados pelo Banco Central é muito válido. O grau de incerteza na aplicação desses modelos, mesmo em economias mais estáveis do que a brasileira, é muito grande. Então, a aplicação desse tipo de modelo deve ser feita com muito cuidado. Não creio que o Banco Central esteja seguindo cegamente um modelo específico. De qualquer maneira, essa discussão deve ser aperfeiçoada e tornar-se mais transparente.

A prestação de contas perante o Congresso precisa envolver debate mais profundo desses aspectos. É fácil falar, mas difícil praticar, porque o Congresso brasileiro não tem tradição de examinar esses temas em profundidade. Mas, aos poucos, isso vai acontecer, é parte do processo de desenvolvimento de uma sociedade, de um sistema político. Em futuro mais distante, em que o Brasil seja mais estável, mais desenvolvido e mais autônomo, talvez a idéia de um Banco Central formalmente autônomo seja menos estranha, para uma pessoa como eu, do que hoje parece.

Os vários temas abordados pelo Deputado Delfim Netto, pelo Luiz Carlos e por mim ficaram um pouco no ar, porque ainda temos de saber como será a forma exata do projeto que está por ser enviado ao Congresso. Por isso é importante que a discussão seja feita de forma transparente.

Outros seminários deste tipo, em relação ao projeto, devem ser realizados, confrontando-se opiniões divergentes, dos defensores do projeto, dos críticos do projeto, sem que o Congresso se sinta intimidado por comentários como: “Cuidado, o mercado vai reagir mal! Cuidado, o Fundo Monetário vai nos negar um próximo desembolso”. Sabemos quais são os nossos limites, mas devemos procurar discutir a questão em detalhe. Poderemos fazer isso com mais clareza quando chegar o projeto. Tenho até esperança de que ele não chegue, embora haja certa insistência da Fazenda e do Banco Central nesse assunto. Por outro lado, o Presidente da República parece se dar conta de certas realidades.

O Presidente inclusive se sente um pouco incomodado com certos comportamentos do Banco Central e, também, com a autonomia das agências reguladoras, cujos diretores têm mandatos fixos. O Presidente, já falou em terceirização das agências, em terceirização do Governo. Enfim, será que ele vai querer também a terceirização do Banco Central? É uma questão que precisa ser analisada a fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Registro a presença de representantes das Embaixadas do México, Trinidad e Tobago, Alemanha e Romênia e do Presidente do Conselho Federal de Economia, Sr. Carlos Castro.

Agradeço aos ilustres debatedores Luiz Carlos Mendonça de Barros e Paulo Nogueira Batista Júnior a presença e a boa vontade.

Lembro a todos que o outro painel terá início às 14h30min e contará com a participação dos Srs. ex-Presidentes do Banco Central Carlos Langoni e Ibrahim Eris.

Mais uma vez agradeço a todos a presença e os aguardo a partir das 14h30min.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Dando continuidade ao seminário em curso, convido a compor a Mesa do II Painel o Sr. Carlos Langoni, economista e ex-Presidente do Banco Central, atualmente na Fundação Getúlio Vargas, e o Sr. Ibrahim Eris, economista e também ex-Presidente do Banco Central.

Esclareço que, por motivo de saúde, o Sr. Gustavo Franco não poderá participar deste evento.

Os convidados disporão de 20 minutos para as respectivas exposições. Em seguida, daremos início aos debates. As falas serão intercaladas: um deputado e um convidado. Informo ainda que está aberta a lista de inscrições.

Este debate terá de encerrar-se, impreterivelmente, às 16h, devido a compromissos previamente assumidos pelo Sr. Carlos Langoni e à realização de outro painel.

Com a palavra o Sr. Carlos Langoni.

S.Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. CARLOS LANGONI – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Léo Alcântara.

Constitui grande honra comparecer a este seminário promovido pela Comissão da Economia da Câmara dos Deputados e participar de debate tão importante e atual acerca do processo de transformação e globalização da economia brasileira.

Discutir independência ou autonomia do Banco Central equivale, na minha opinião, a discutir a importância da estabilidade macroeconômica, em especial do controle da inflação. Não podemos dissociar os dois temas.

A história da economia de desenvolvimento, em particular a brasileira, tem deixado claro os elevados custos alocativos e distributivos de processos inflacionários crônicos, que muitas vezes beiram a ante-sala da hiperinflação.

Também aprendemos que não é mais possível imaginar fórmulas de convivência pacífica com a inflação. O Brasil teve longa experiência em processo de indexação generalizada, processo que não evitou os custos e as distorções associadas, por exemplo, à concentração da poupança no curto prazo, ao de-

sestímulo ao investimento ou à distorção de preços relativos, nem tampouco foi capaz de proteger o salário real das classes menos favorecidas.

Resta, portanto, uma alternativa: trazer a inflação para patamares baixos e, se possível, mantê-la sistematicamente nesses níveis por longo período de tempo.

Também diria que há hoje evidência empírica – mas que considero bastante sólida – que nos sugere ser impossível crescimento sustentado com inflação crônica. Nem faz parte da literatura a idéia de que alguma pequena inflação ajude o desenvolvimento. Na realidade, os países que obtiveram sucesso no processo de crescimento sustentado – refiro-me principalmente a alguns países asiáticos, como a Coréia do Sul, e defino crescimento sustentado como uma taxa de crescimento próxima à taxa potencial, mantida contínua ao longo do tempo, com pequenas variações – foram também bem-sucedidos em manter a inflação sob controle: só assim se consegue tirar um país do estágio de subdesenvolvimento e alçá-lo à categoria de país desenvolvido.

Por outro lado, é bom chamar a atenção para que inflação baixa é condição necessária mas não suficiente para haver crescimento. Crescimento e desenvolvimento no sentido mais amplo são processos muito mais complexos que envolvem estabilidade política, modernidade institucional, acumulação de capital humano, ciência locativa, enfim, são processos que envolvem muitas variáveis do que apenas a inflação. Portanto, a inflação inviabiliza o processo de crescimento sustentado, mas o controle da inflação, por si só, não assegura crescimento.

Perguntas importantes seriam quão baixa deve ser a inflação e se existe alguma informação relevante que nos dê idéia do que seja inflação baixa. Diria que, um pouco como conseqüência das crises enfrentadas por países desenvolvidos no fim dos anos 70 e início dos anos 80 e das várias hiperinflações crônicas vividas por países em desenvolvimento, inclusive aqui na América Latina – há o caso exemplar da Argentina –, hoje em dia uma inflação baixa é, para países desenvolvidos, abaixo de 3% ao ano e, para países em desenvolvimento, não superior a 5% ao ano. Ou seja, qualquer taxa de inflação acima de 5% ao ano – já nem menciono inflação de dois dígitos, atual realidade do Brasil – é claramente perigosa, pois inibe o crescimento e penaliza a distribuição de renda, tendo, portanto, de ser combatida de todas as formas.

Vejamos por que a idéia de Banco Central independente ou autônomo – depois discutirei independência e autonomia com mais detalhes. Chamo a atenção de V. Ex^{as} para que a idéia de autonomia de Banco Central é relativamente recente. A safra de Bancos Centrais independentes começou a surgir no período pós-guerra, e o melhor exemplo é o do Bundesbank, o Banco Central da Alemanha, que experimentara duas terríveis hiperinflações que quase des-

truíram a economia do país. Também não foi por coincidência que a forte independência do Bundesbank – se possível, relatarei experiência pessoal que tive com a instituição – ocorreu quando houve a democratização daquele país.

Então, a primeira conclusão importante – e pode servir de tema de reflexão para os nobres deputados – é que autonomia e independência do Banco Central são conseqüências diretas do processo de democratização; logo, em regimes autoritários não há Bancos Centrais independentes. Ou seja, foi o processo democrático que acabou gerando certa demanda por autonomia do Banco Central, exatamente para tentar conciliar o jogo político, que faz parte da democracia – pressões, contrapressões e interesses diversos –, com o bem público representado pela estabilidade monetária, cuja preservação está acima de quaisquer conflitos ou interesses políticos e ideológicos, tão óbvios são seus benefícios em termos de bem-estar social.

Mas isso foi resultado de processo de aprendizado, não surgiu de uma hora para outra, mas também como conseqüência direta das profundas crises econômicas por que passaram várias economias. Foi-se, então, percebendo que a forma de conciliar democracia, alternância de poder e descontinuidade da visão macroeconômica com a preservação da estabilidade monetária seria delegar a uma instituição certo grau de autonomia e a responsabilidade perante a sociedade assegurar tal estabilidade. Essa é toda a idéia conceitual por trás da autonomia do Banco Central.

Chamo também a atenção de V. Ex^{as} para o fato de que, nesse sentido, a autonomia do Banco Central constitui uma espécie de âncora constitucional com a qual se assegura que a estabilidade não será descontinuada ou interrompida apenas por interesses políticos de curto prazo. De certa maneira, é uma forma de conciliar o horizonte político com o horizonte econômico: o horizonte da estabilidade é de longo prazo, o horizonte político é necessariamente associado ao calendário eleitoral. Como conciliar essa simetria temporal numa sociedade democrática moderna? Delegando certo grau de autonomia aos bancos centrais.

Quando relacionamos estabilidade à autonomia do Banco Central, estamos dando importância à política monetária, como grande instrumento para atingir esse objetivo. Lógico que a política monetária não é o único instrumento. Na realidade, a experiência também nos tem mostrado que os países que obtiveram sucesso em atingir a estabilidade e em mantê-la por longo tempo foram os que conseguiram coordenar, de forma muito eficiente, a política monetária, a política fiscal e outras políticas – como, por exemplo, a de abertura comercial – para criar ambiente competitivo. É esse conjunto de políticas em geral que resulta na combinação macroeconômica ótima: inflação baixa e crescimento sustentável.

O Banco Central, portanto, mesmo que tenha autonomia ou até mesmo total independência, poderá não ter sucesso em alcançar a estabilidade se não tiver o apoio da complementação de políticas fiscais responsáveis, sobretudo a

eliminação de déficits públicos crônicos e crescentes e certo nível de competição na economia que evite a formação de cartéis e monopólios, que pressionam preços e distorcem as próprias expectativas em relação à inflação.

O Banco Central autônomo ou independente não é uma panacéia, não é sua criação por si só que assegurará a otimização de políticas macroeconômicas ou o alcance do objetivo de manter a inflação sob controle.

Mencionarei rapidamente três formas alternativas de autonomia/independência de Bancos Centrais.

A primeira é a autonomia versus independência conquistada ao longo do tempo com credibilidade, com resultados objetivos no combate à inflação. Isso aconteceu em Bancos Centrais de muitos países. Quer dizer, não existe autonomia de fato, legal, mas, sim, uma autonomia que foi sendo conquistada ao longo do tempo, como se deu com o Banco Central da Inglaterra, até os trabalhistas assumirem o poder – a primeira coisa que fez Tony Blair foi formalizar a independência do Banco Central, para dar um choque de credibilidade adicional à mudança de poder, depois dos longos anos em que os conservadores dominaram.

Esse é um processo lento, a conquista da autonomia. Evidentemente, numa economia como a brasileira – em transição política e econômica, ainda muito longe de consolidar sua reestruturação –, isso exige tempo e gera incertezas. Temos exemplo bastante claro das incertezas associadas à eventual mudança na orientação da política econômica no último período eleitoral. Tivemos a explosão do risco-país com impactos diretos sobre a taxa de câmbio e sobre a taxa de juros, o que em grande parte refletia as dúvidas do mercado em relação à continuidade ou não da política monetária austera, de responsabilidade monetária e da prioridade atribuída ao combate à inflação. E, quando há esse tipo de dúvida, os mercados operam muitas vezes de forma especulativa, gerando custos que não são só financeiros, mas reais do ponto de vista de redução de investimento privado e da penalização do rendimento sob a forma de queda do salário real.

Isso seria mais ou menos deixar como está, quer dizer, para que então discutir a autonomia formal do Banco Central do Brasil? É melhor simplesmente deixá-lo ir, pouco a pouco, aprendendo, numa espécie de tentativa e erro.

O fato é que o Banco Central conquistou certa autonomia na época do Armínio Fraga e mais um pouco agora sob o comando de Henrique Meirelles. No entanto, essa autonomia concedida pelo Presidente Lula pode ser a qualquer momento retirada. Na minha opinião, essa incerteza prejudica as expectativas e torna mais difícil o impacto, por exemplo, do aperto monetário em termos da redução da inflação.

A segunda alternativa é extrema: não falamos em autonomia, mas em independência do Banco Central. Nesse modelo, o Bundesbank é o caso mais extremo. Peço um minuto para contar uma história interessante. Como se deu

com Ibrahim Eris, também minha primeira visita a um Banco Central foi ao Bundesbank – não é por acaso que os Bancos Centrais vão visitar o Bundesbank.

Pois bem. Cheguei ao Banco Central alemão, um Banco Central totalmente independente localizado em Frankfurt – bem distante de Bonn e também de Berlim, portanto fisicamente distante do Governo –, e fui recebido pelo então Presidente Pöhl, que se desculpou pelo atraso de uma hora; disse que normalmente não se atrasava, mas aquele era um dia muito importante, porque tinha estado em reunião conjunta com os sindicatos patronais, com os sindicatos empresariais e com o Governo para decidir a política monetária, as metas de inflação e as taxas de juros. Fiquei impressionado.

Quer dizer, tão grande era o trauma com as hiperinflações, tão alto o custo social, que, na nova Constituição, os alemães do pós-guerra decidiram pela única forma de provocar um choque de credibilidade imediato: dar ao seu Banco Central autonomia e independência para definir metas de inflação, sem nenhuma qualificação.

O objetivo do Banco Central alemão era manter a estabilidade do marco e ponto – não tinha preocupações com geração de empregos, crescimento, senão assegurar a estabilidade da moeda. E isso tem uma explicação histórica: o país viveu, como disse, duas hiperinflações devastadoras.

Nesse caso, evidentemente, a situação é de um mínimo de incertezas: a prioridade de controle da inflação, assegurada e garantida em lei, não muda, independentemente de quem for o primeiro-ministro da Alemanha. E a história do Bundesbank é realmente de grande sucesso em termos de estabilidade macroeconômica, tanto que foi ela a âncora da independência concedida ao Banco Central europeu com a criação do euro. Ou seja, a força da estabilidade alemã era tão grande que um dos grandes atrativos da união monetária era que todas as taxas de juros convergiram para a menor taxa, a do país de menor risco, a Alemanha, que tinha longa história de credibilidade construída em torno do seu Banco Central independente.

O caso recente de reforma institucional nessa direção mais espetacular que conheço é o do Banco Central europeu, que tem pouco mais de dois anos, independente e multilateral. Imaginem V. Ex^{as} que França, Alemanha, Portugal, Itália, Espanha abriram mão de sua política monetária e delegaram-na a um Banco Central multilateral e independente, cuja diretoria é composta por membros de vários países com mandato fixo e cuja responsabilidade é manter a inflação na Europa não superior a 2%, meta bastante apertada.

A União Européia é hoje, aliás – depois podemos conversar mais sobre isso –, exemplo de como as variáveis macroeconômicas críticas já saíram da discussão política do plano doméstico para um nível multilateral: amarraram a política fiscal com um déficit nominal não superior a 3% do PIB e a política monetária com uma taxa de inflação não superior a 2% ao ano.

Temos, no meio, o terceiro modelo de Banco Central, em que há autonomia operacional que varia em maior ou menor grau de importância. Trata-se de um modelo misto, em que a arquitetura macroeconômica e as metas de inflação são definidas pelo Governo, cabendo ao Banco Central, que tem blindagem institucional para tanto, fazer cumprir essas metas.

Há, portanto, nesse modelo, uma vantagem: ele obriga a uma maior coordenação entre as políticas macroeconômicas; a política monetária tem de estar coordenada com a política fiscal e vice-versa. Por outro lado, ainda gera certo grau de incertezas – lógico que as incertezas são maiores do que num modelo de extrema independência –, porque cada Governo eleito poderá mudar a prioridade que atribui à inflação. Para alguns Governos combater a inflação será a maior prioridade; para outros, nem tanto; ou seja, ainda permanece certo nível de incerteza. Há um meio termo interessante: não chega aos extremos do Bundesbank ou do Banco Central europeu.

Vou rapidamente falar sobre o caso brasileiro. O Brasil hoje está maduro para avançar na direção dessa modernização institucional. Digo isso porque temos longa história de estabilidade macroeconômica; aprendemos, sofrendo, como é penoso o processo de inflação acelerada e crônica e conquistamos com muita dificuldade relativa estabilidade – porque a inflação voltou a dois dígitos. O brasileiro aprendeu o valor da estabilidade, e existe clara preferência politicamente por estabilidade monetária e inflação baixa – ninguém mais discute isso. Se pudermos fazer uma reforma institucional que ajude a ancorar essa estabilidade, tanto melhor.

O segundo ponto importante é combater a inflação, na verdade, gerenciar expectativas. E há evidência, mais ou menos óbvia, de que se um Banco Central tem mais autonomia, está mais protegido e tem delegação explícita para combater a inflação, a inversão de expectativas se dá mais rapidamente e o custo econômico e social de combate à inflação é menor, pois a defasagem entre aperto monetário, elevação de juros e queda da inflação é mais curta. Ganharíamos, portanto, em termos de eficiência no manejo da política monetária.

O terceiro aspecto, que justifica esse passo brasileiro, provavelmente nesse modelo de autonomia operacional, é o da arquitetura macroeconômica que temos, após muita tentativa e erro. Apanhamos muito e aprendemos que a melhor arquitetura macroeconômica para um país em desenvolvimento como o Brasil, em um mundo globalizado, com alta volatilidade de capital é: campo flexível, que funciona como protetor de choques externos – impede que eles provoquem processos recessivos e depressivos –, e política monetária baseada em metas de inflação. Essa experiência é ainda nova, mas muito interessante, porque cria o compromisso público do Governo e do Banco Central com objetivo de inflação, mesmo que essa meta, na minha opinião, tenha de ser um pouco mais a médio prazo, não tão curta, como um ano. Defendo um

procedimento de inflação para dois anos, um ano e meio. Mas, de qualquer maneira, é um avanço, principalmente ao se gerar no público preocupação relativamente à importância de se manter a inflação sob controle.

A terceira alternativa é uma política fiscal responsável, ancorada – esse foi um grande avanço que devemos ao Congresso Nacional – em uma Lei de Responsabilidade Fiscal. Falta ancorar a política monetária, porque tanto o manejo da taxa de câmbio quanto uma política monetária eficiente, em que os custos do combate à inflação sejam os menores possíveis, a meu ver, ganhariam com essa autonomia do Banco Central, mesmo operacional.

Rapidamente, para encerrar, faço dois comentários sobre experiência bem-sucedida do Banco Central do Chile. A experiência do Banco Central do Chile reforça a tese de que Bancos Centrais autônomos estão associados a processos democráticos. O Banco Central chileno foi aprovado em 1989, exatamente no limite da transição política, quando se estava encerrando o capítulo do regime ditatorial do Presidente Pinochet. A economia e a sociedade chilena foram redemocratizadas. Então, não foi mera coincidência, porque havia a idéia de que a democratização da economia chilena não iria afetar os fundamentos macroeconômicos em funcionamento relativamente bom, principalmente com o objetivo de manter a inflação sob controle.

O caso chileno é curioso, porque o Banco Central possui autonomia financeira, base de capital própria, independência de instrumentos – mais ou menos o que estamos discutindo no Brasil –, e as metas são definidas após consulta com o ministro da Fazenda. Nesse sentido, o Banco Central do Chile se parece muito com o Banco Central do Canadá, dos Países Baixos, da Suécia e da Suíça. São cinco diretores, com dez anos de mandato, com possibilidade de reeleição; o presidente tem cinco anos, com possibilidade de renovar o mandato. Existem alguns aspectos, como a mudança de dois em dois anos, para evitar descontinuidade muito grande na diretoria. Interessante é que ele não é isolado da sociedade, mas obrigado a prestar contas e reportar-se ao Senado. Os diretores são indicados pelo Presidente da República, aprovados pelo Senado. Eles têm de prestar contas pelo menos três vezes ao ano ao Senado e dar informações mensais a repórteres sobre as decisões de política monetária.

Vou colocar um pouco de molho na exposição, a fim de ela não ficar muito teórica. O interessante é que o ministro da Fazenda é convidado para participar das reuniões de diretoria do Banco Central, tem direito de falar, mas não tem voto. Por outro lado, ele pode propor uma agenda e medidas de políticas específicas. Ele pode tomar iniciativa e dizer: “Olha, acho que as medidas devem ser essas”. Se a decisão da diretoria do Banco Central não for unânime, ele pode suspender a decisão por 15 dias, como forma de criar uma certa pressão.

Os senhores podem perguntar: por que isso tudo? Para obrigar a coordenação entre política fiscal e política monetária. Ou seja, o Banco Central não está em uma torre de marfim, isolado do mundo, fazendo o que quer, mas tem

que, de fato, não só prestar contas à sociedade, mas se entender com o ministro da Fazenda, para que a política macroeconômica seja bem executada.

Qual a evidência do Chile? Não vou generalizar e dizer que porque aconteceu no Chile vai acontecer no Brasil, mas a verdade é que, desde 1990 até agora, aquele país experimentou queda sistemática de inflação. Eles começaram com 22%, quando o Banco Central não era independente. Este ano, estão com uma inflação em torno de 3% e fixaram metas de inflação anuais gradativamente menores. O Chile, como os senhores sabem, é o único país da América do Sul que obteve sucesso na transição da estabilidade para o crescimento sustentado.

É lógico que isso não é só Banco Central autônomo, mas também consequência de uma série de reformas estruturais da economia chilena, como a tributária, da Previdência, com fundo de pensão, que alavancou a poupança doméstica. Todos os sistemas que estão hoje na nossa agenda, o Chile foi o único país que já os fez há algum tempo. É verdade também que não teve muita vantagem; fez isso, em grande parte, durante o regime ditatorial, autoritário de Pinochet, mas, de qualquer maneira, a democracia chilena preservou essas reformas. O Banco Central independente chileno é hoje um modelo de bom funcionamento e pode ser referência interessante para nossos debates.

Por último, Srs. Deputados, quero dizer que nós, economistas, não temos competência para engenharia institucional tão complexa como a reforma do Banco Central. Podemos, no máximo, dar a V. Ex^{as} alguns elementos e conceitos, mas, em última instância, é o debate político que fará a lapidação desse novo Banco Central, se é que esse é o desejo da nossa sociedade, por intermédio de seus representantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Agradeço ao Dr. Carlos Langoni. Passo a palavra ao Dr. Ibrahim Eris, por igual tempo: 25 minutos.

O SR. IBRAHIM ERIS – Obrigado, Sr. Deputado. Agradeço a todos a oportunidade de poder expor minhas dúvidas, mais do que certezas, sobre o tema que discutimos hoje. Aliás, não só eu as tenho; na verdade, todos os economistas as têm.

A literatura é altamente controversa sobre o assunto, que, como o Dr. Langoni disse, é muito recente. Os assuntos que discutimos foram desenvolvidos, na verdade, nos últimos 20 anos, e a experiência acumulada, seja na área de autonomia e independência dos Bancos Centrais, seja na de metas inflacionárias, ainda é muito precária, pequena, para termos conclusões definitivas.

Vou começar exatamente como o Dr. Langoni. Curiosamente, nós dois pensamos a respeito do tema com a mesma pergunta: por que independência do Banco Central e não de outras instituições, como por exemplo, da Receita

Federal, que não discutimos aqui? Nossas conclusões vão ser talvez um pouco diferentes.

Na verdade, a origem da idéia, na literatura, veio depois das primeiras experiências de independência de Banco Central. Por exemplo, a experiência do Bundesbank é anterior às primeiras exposições sobre necessidade de independência e autonomia dos bancos centrais na literatura econômica.

Na verdade, quando o Dr. Langoni foi Presidente do Banco Central, o debate de independência dessa instituição mal havia começado, talvez nem tivesse acontecido. Quando também fui Presidente do Banco Central, as metas inflacionárias ainda não tinham sido adotadas em nenhum país. Então, realmente o assunto ainda é muito recente, e a literatura ainda está engatinhando, diria, sobre ele.

Toda a defesa de independência de banco central na literatura é teórica. Na verdade, os estudos empíricos feitos para justificar a independência ou a desejabilidade da independência dos Bancos Centrais não apresentaram os resultados esperados. Teoricamente, como o Dr. Langoni muito bem expôs, independência ou autonomia de Banco Central, em algum grau ou em alto grau, em princípio, deveria ser atribuída à política monetária praticada por essa instituição. Há maior credibilidade onde há independência. Como resultado, a inflação, em princípio, deve baixar, mais rapidamente e com custos sobre produto e emprego menores do que em países onde não há independência do banco central.

Vários autores já se debruçaram sobre a questão. Verificou-se que realmente quanto mais alto o grau de independência do Banco Central menor a inflação. Isso foi entendido, num primeiro momento, como prova de que efetivamente independência de Banco Central é uma variável importante na determinação da inflação.

Só que rapidamente os economistas chegaram à conclusão de que tal correlação entre as duas variáveis, baixa inflação e alta independência do Banco Central, pode ser espúria. Pode ser verdade, por exemplo, que os países que adotaram a independência do seu Banco Central tenham sido exatamente aqueles que já haviam desenvolvido a consciência de estabilização econômica ou haviam desenvolvido política macroeconômica mais ampla, anti-inflacionária. Logo, na verdade, a independência do Banco Central era o coroamento de um processo muito maior.

Realmente, se examinarmos os casos, rapidamente chegaremos à conclusão de que isso é um fato. Em geral, a independência do Banco Central é o coroamento de um processo maior. Não há nenhuma razão para supormos que exista causalidade entre baixa inflação e independência do Banco Central. Isso é impossível provar. Não estou dizendo que não exista, mas é impossível provar.

Os economistas tentaram outros caminhos para verificar que papel a independência do Banco Central desempenha. O Dr. Langoni fez duas afirmações – curiosamente foram as duas afirmações que eu tinha me preparado para negar. Disse que a independência do Banco Central tem como resultado custos menores no processo de desinflação, no combate à inflação e que, em geral, se observa que quanto maior a independência do Banco Central mais rapidamente cai a inflação.

Exatamente esses dois corolários de teoria, de expectativas racionais e últimas teorias de política monetária foram testados por economistas, e nenhum deles conseguiu achar evidência empírica que confirmasse essas duas afirmações. Pelo contrário, um dos autores achou que, em casos em que a independência é maior, o custo de estabilização também é maior. A rapidez de queda da inflação também não foi confirmada. Esse debate, inclusive, pôs em xeque, para certos autores, a própria base teórica da teoria da inflação expectacional etc., mas aqui não é o fórum para discutirmos controvérsias teóricas.

Na verdade, não temos elementos empíricos definitivos para dizer que é indispensável que haja independência do Banco Central para alcançar resultados desejados em matéria de inflação. Mas, ao mesmo tempo, também tenho de dizer que não há nenhuma evidência em contrário. Resumindo, nós, economistas, cientistas, em fóruns com esses, não temos condições de fazer afirmações como as que algumas vezes são feitas, especialmente por presidentes do Banco Central, os ex ou os atuais.

Isso me coloca contra algum grau de autonomia ou independência do Banco Central? Não. Pelo contrário. Existem fatos que acontecem na economia que se tornam quase obrigatórios para os países adotarem. Infelizmente, ou felizmente, não adotar algum grau de independência hoje é entendido, em larga medida, por economistas, por políticos e por agentes financeiros do mundo, como falta de compromisso com a estabilidade econômica. Isso ninguém pode negar. Não adianta se a teoria é assim ou assado, se o empirismo é assim ou assado etc., esse é um fato. Todos os países que, em algum grau, querem afirmar seu compromisso com a estabilidade têm dado algum grau de independência a seus bancos centrais. Nesse sentido, é altamente recomendável que o Brasil caminhe nessa direção também. Na verdade, já caminhamos e estamos caminhando.

Vou dar um depoimento. O Dr. Langoni disse que desde Armínio Fraga temos alguma independência do Banco Central. Eu diria que desde minha gestão. Pelo menos eu posso dizer que fui um Presidente do Banco Central totalmente independente. Em nenhum momento nem a Ministra da Fazenda nem o Presidente da República à época pediram-me alguma coisa no tocante à política monetária. E eu diria que, exceção feita ao curto período do Presidente Itamar Franco, o Banco Central tem sido independente desde pelo menos 1990. Anteriormente a isso, eu não sei.

Eu me lembro, o Dr. Langoni sofreu bastante nas nossas mãos, embora também tenha conseguido manter as linhas básicas da sua política monetária, apesar dos protestos das assessorias do Ministro Delfim Netto e do Ministro Ernâni Galvêas, etc.

Na verdade, quando falamos em autonomia do Banco Central, não estamos falando em algo novo no Brasil. Efetivamente, adotamos algum grau de autonomia do Banco Central. Talvez o que precisamos hoje seja formalizar isso, e talvez formalizar importe menos independência ao Banco Central do que temos hoje. Por exemplo: hoje, o Banco Central tem praticamente total liberdade em matéria de juros e de câmbio. Nem está sendo discutido, nos jornais, nas revistas, etc., se o Banco Central tem autonomia para fixar política cambial ou não. Se tem, quem deu isso a ele eu não sei. Assim como na minha época, a política monetária e a política cambial são vistas como de exclusivo domínio do Banco Central. Depois voltarei a esse assunto.

Mas precisamos debater se a autonomia do Banco Central deve incluir política cambial ou não, porque em muitos países não inclui. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Banco Central não decide política cambial; quem decide é o Tesouro americano. Na Inglaterra, idem, o Banco Central não tem autonomia para fixar política cambial, assim como em “n” outros países. Depois também voltaremos a essa questão.

Deixem-me manifestar minha posição: sou a favor de algum grau de autonomia, algum desenho de autonomia do Banco Central, o que acho inevitável, e precisamos dar esse passo à frente para dizer ao mundo e ao povo brasileiro que nosso compromisso com a estabilidade é real, é sério.

Há mais um detalhe que considero importante mencionar. Recentemente, nosso Vice-Presidente disse que decisão de política monetária é decisão política. Eu acho que ele exagerou. Tem aspectos políticos, sem dúvida. Mas não podemos deixar de reconhecer que nós, economistas, apesar da nossa ignorância nos assuntos que estamos tentando tratar, sabemos algumas coisas que o leigo não sabe; temos experiências e pesquisas extremamente complexas difíceis de serem transmitidas aos leigos, assim como o médico tem suas incertezas sobre diagnóstico, etc., mas sabe algo mais do que qualquer um de nós aqui – não sei se há médicos presentes.

Atribuir alguma autonomia ao Banco Central é também reconhecer o fato de que há assuntos técnicos que é melhor deixar aos técnicos do que aos políticos. Com isso, não quero tirar de jeito nenhum o aspecto político envolvido nas decisões, aspecto a que vou voltar depois.

Uma vez decidido dar algum grau de autonomia ao Banco Central, cabe a pergunta: mas de que autonomia e independência estamos falando? Se recorrermos à literatura, vamos verificar que três itens são considerados importantes para considerarmos independente um Banco Central. Se esses três elementos são atribuídos ao Banco Central, ele é considerado independente.

Primeiro, o presidente e os diretores devem ter mandato fixo. Esses dirigentes não podem ser facilmente demissíveis. Haveria mais de uma instância que, na verdade, determinaria se o Presidente do Banco Central ou qualquer dos seus diretores pode ser demitido ou não. A demissão deve ser difícil de tal maneira que fique para a sociedade a idéia de que o sujeito é praticamente não-demissível.

Segundo, o Banco Central não deve ter nenhuma relação incestuosa com Tesouros, federal, estadual ou municipal. Não deve, de nenhuma maneira, monetizar déficits desses Governos e em nenhum momento financiar esses ou outros agentes na economia. Enfatizo outros, porque isso diz respeito não apenas aos Governos, mas também à indústria, ao comércio. Eu fui ameaçado de processo porque alguém entendeu que eu tinha indiretamente, por intermédio do Banco do Brasil, financiado a indústria. Depois, foi esclarecido que não, mas de qualquer jeito isso não pode ficar em aberto. Nossa Constituição, aliás, já garante esse segundo item. Não poderia ser mais rígido do que já é aqui.

O terceiro item, considerado importante, é a independência. Que ao Banco Central seja atribuída basicamente uma função só: a estabilidade monetária, estabilidade dos preços ou compromisso de baixa inflação.

Eu digo basicamente porque se olharmos exemplos de Bancos Centrais independentes, veremos que tal pureza não existe na verdade, e graças a Deus não existe. Os Estados Unidos, por exemplo, país em que ninguém pode negar que haja um Banco Central independente, atribuem a seu Banco Central a seguinte função: promover emprego máximo, preços estáveis e juros de longo prazo moderados.

Não vou entrar na discussão se há contradição entre esses três objetivos, mas certamente aqui está um tradicional Banco Central independente que tem como atribuição algo mais do que estabilidade dos preços.

Na Inglaterra a questão é mais recente. Com a independência, foi escrito no estatuto do Banco Central o seguinte: sem prejuízo da meta inflacionária, o Banco Central deve fixar os juros em linha com políticas gerais do Governo, incluindo entre seus objetivos crescimento e emprego. De novo, há uma qualificação sobre o que o Banco Central pode fazer em matéria de fixação de juros ou de combate à inflação. O mesmo sucede na Nova Zelândia etc. Poderemos estender a lista. Talvez o Banco Central da Alemanha seja o caso mais dramático, pois tem, exclusivamente, o objetivo de estabilizar os preços. Logo os senhores vão ter de decidir que atribuições vão conferir ao Banco Central.

Atendidos esses três itens, podemos dizer, em princípio, que temos alguma coisa que poderia ser chamada independência.

Os países resolvem adotar cada um desses itens em maior ou menor grau. No caso brasileiro, quando falamos de autonomia e independência do

Banco Central, junto com isso me parece que sempre temos na cabeça meta inflacionária, uma vez que nossa experiência tem se desenvolvido dessa maneira. Na verdade, já temos uma meta inflacionária atribuída ao Banco Central, junto com autonomia, independência; temos quase um contrato de gestão com o Banco Central.

Isso não é válido em todos os países. Nos Estados Unidos não há nenhuma meta inflacionária, o Bundesbank não tem, a Inglaterra tem e assim por diante. No caso do Brasil, temos a meta inflacionária.

É muito fácil falar de meta inflacionária e muito difícil, quando entramos em detalhes, implementá-la. É muito fácil o Governo dizer ao Banco Central que tem de mirar 4% daqui a dois anos ou daqui a um ano, ou que, no primeiro ano, a meta será 5%, depois 4%, depois 3%. Em geral, isso é fácil em países desenvolvidos, que têm estabilidade macroeconômica por muitos anos e onde o sistema já funciona com relativa facilidade. A Inglaterra, por exemplo, fixou em 2,5% a meta, e o Governo disse ao Banco Central inglês que deve mirar 2,5% permanentemente. Se olharmos os movimentos de preço, produto e emprego naquele país, veremos que a volatilidade é mínima; idem nos Estados Unidos, na Alemanha, etc.

Muito recentemente, Armínio Fraga, com dois amigos, publicou artigo no qual argumentava que talvez a história seja um pouco diferente em países emergentes, onde a volatilidade tende a ser muito maior, seja nos juros, seja nos preços, seja no câmbio, seja no produto, seja no emprego. Logo, ele acha, com razão, inteligente que é, que talvez metas inflacionárias, no caso de países emergentes, devam ser abordadas com um pouco mais de leniência, um pouco mais de cuidado, etc.

Eis aí a grande tarefa dos senhores, o que o Dr. Langoni chamou “engenharia institucional”, que tem de ser feita de tal modo que possamos responder ao desafio de implementar metas inflacionárias em um país que mostra altíssima volatilidade, por várias razões em suas variáveis.

Por exemplo, a meta do Banco Central para 2003 era 4%, mas ocorreu um choque, houve paralisação de entrada de capitais e enorme desvalorização da moeda. Como resultado, ocorreu grande subida nos preços, além de inércia nos anos de 2002 e 2003.

O que fez o Banco Central? Naquele momento não estava claro de quem era a responsabilidade de tomar uma providência, uma vez que 4% não era mais razoável. Em princípio, quem deveria fazer isso não era o Banco Central, mas o Presidente da República, o Congresso Nacional, o Ministério da Fazenda ou quem quer que fosse. Certamente, o Banco Central não deve ser o órgão, no nosso modelo, para decidir qual será a meta de inflação para o próximo ano.

O Banco Central disse o seguinte: estou passando de 4% para 8,5%, porque tenho de acomodar o choque de não sei quê, tenho de acomodar par-

te de inércia. Maravilha! Ótimo! Mas esse cálculo foi feito alguns meses antes de o novo Governo assumir. Desde então, a situação piorou. Infelizmente, o novo Governo não teve coragem de rever as metas. Como resultado, há enorme controvérsia sobre níveis de juros, crescimento e inflação.

Temos de responder às seguintes perguntas: dada a meta de inflação para o Banco Central, que deve ser ditada por alguém de fora, o Banco Central terá total liberdade de usar os instrumentos que julgar adequados para atingi-la? Se houver choques no meio do caminho, que mecanismos adotaremos para voltar a discutir as metas? Quem provoca tal discussão, com que visão se discute o choque e quem altera e como se alteram as metas prefixadas?

O mais freqüente diante de tais revisões é menor a independência do Banco Central. O mercado perceberá como menor, por quê? Se a cada três meses o Ministro da Fazenda senta com o Presidente do Banco Central e diz: "Tínhamos combinado há 3 meses que seria 5%, mas agora passou a ser 6,25%. Vá embora e baixe os juros". Imediatamente irão dizer que quem está fazendo política não é mais o Banco Central, mas a situação política que domina.

Como resolver isso? Não há solução ideal. Parece-me que uma alternativa, melhor do que a atual, seria a seguinte: talvez o Brasil devesse ter, como a Inglaterra, meta fixa e não aquela fixada ano após ano. Por exemplo, nossa meta pode ser 4% de inflação, de acordo com o que sugeriu Carlos Langoni. Para isso, deveremos ter um prazo de no máximo 3 anos para atingi-la. Pediríamos ao Banco Central que nos desenhasse opções e trajetórias para chegar a esse percentual ao longo dos próximos 3 anos – ele pode propor até dois anos para atingir essa meta.

Esse desenho seria apresentado à sociedade na forma de trajetória de inflação, que acaba em 4%, e uma trajetória de produto que resulta dessa trajetória – isso já está sendo feito na Nova Zelândia e na Inglaterra. O que ligaria essa trajetória de inflação ao produto seriam os juros. Se devemos pedir ao Banco Central que explicita juros ou não – ele tinha isso na cabeça quando nos apresentou esse duplo – é uma questão controvertida na literatura. A Nova Zelândia explicita os juros, mas nenhum outro país os explicita. Acho que não deveria ser feito isso. Seria uma caixa preta de onde sairiam diversas trajetórias de inflação e produto.

E quem decidiria qual dessas trajetórias seria um órgão fora do Banco Central, talvez um Conselho Monetário Nacional um pouco maior do que existe atualmente – o que temos hoje é uma piada – onde representantes da sociedade, de alguma maneira, seriam apresentados como os demais estavam apresentando à sociedade. A trajetória seria dada para o Banco Central como aquela que queremos, que seria, como eu disse, não somente a da inflação, mas também a do produto. A sociedade optaria também por esse caminho de produto, o qual, eventualmente, poderia até envolver recessão, dependendo da situação.

Eu sugeriria revisões semestrais desses trajetões pelo mesmo grupo, junto com o Banco Central. Por quê? Porque, infelizmente, economistas adotam políticas prevendo o que pode acontecer daqui há dois anos, um ano ou seis meses. Só que nesse período as coisas mudam e os modelos não captam muito bem isso. Estamos sendo modestos, mas não sabemos exatamente como vão ser as trajetórias. Deveria haver uma revisão semestral ou anual, eu diria semestral, mediante a qual Banco Central, em vista do ocorrido nos últimos 6 meses e do que talvez pudesse acontecer nos próximos 24, 36 meses, traria novas trajetórias, que poderiam ser idênticas ao já previsto ou diferentes.

Se tivesse havido um choque no meio do período, por exemplo, o Banco Central admitiria: "Seguir a mesma trajetória de inflação agora, em vista desse choque, resultaria numa recessão de 8% no ano que vem. Os senhores querem? Se não, eu tenho a seguinte alternativa". Seria uma relação entre sociedade e Banco Central, na qual haveria troca de informações contínuas, mudando-se a trajetória de inflação quando necessário.

Para não tirarmos do Banco Central toda e qualquer autonomia, porque há esse perigo, sugeriria que só fossem admissíveis alterações na trajetória quando ocorressem determinado tipos de choques, que seriam especificados. O resultado da reunião seria publicado e justificado, a exemplo do que faz hoje o Copom.

Apesar de já ter ultrapassado três minutos do meu tempo, quero apresentar a seguinte questão: em um país como o Brasil, infelizmente não podemos adotar nem o modelo do Bundesbank, nem o da Inglaterra ou de qualquer outro país. Temos de fazer nossa engenharia institucional, de maneira que compatibilizemos a autonomia do Banco Central com os choques que possam ocorrer nos próximos anos. A segunda questão é que temos de debater como ficará o câmbio nisso tudo, quem vai cuidar da política cambial e como.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Agradeço ao Dr. Ibrahim Eris.

Passamos agora às perguntas. Cada inscrito terá dois minutos para fazer suas perguntas, assim como os senhores expositores para respondê-las.

Vou usar a condição de Presidente da comissão para perguntar primeiro.

Pergunto ao Dr. Carlos Langoni e ao Dr. Ibrahim Eris o seguinte: a autonomia do Banco Central, que hoje V. S^{as} defendem, deveria ser no formato atual, fiscalizando o sistema financeiro, atuando na política cambial, estabelecendo metas inflacionárias e a política de juros? A autonomia permitiria ao Banco Central continuar com todas essas funções?

A segunda pergunta refere-se ao que disse hoje pela manhã o Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior acerca de consenso entre economistas. Disse S. S^a. que se alguém afirmar que os economistas chegaram a um consenso é mentira, que os economistas nunca vão chegar a um consenso.

O ex-Ministro Delfim Netto disse hoje pela manhã que o País suportaria uma inflação em torno de 8%, 8,5% sem nenhum problema. Mas vêm o Dr. Carlos Langoni e o Dr. Ibrahim Eris e chegam à conclusão de que o ideal seria 4%. Em que os economistas se baseiam para dizer qual a inflação suportável por determinado país?

Com a palavra o Dr. Carlos Langoni.

O SR. CARLOS LANGONI – Com relação a quais atribuições seriam retiradas e quais seriam mantidas no Banco Central nesse conceito de autonomia, aqui também a experiência é muito variada no âmbito, por exemplo, de outros países. Em alguns países, independentemente, aliás, de o Banco Central ser autônomo ou independente, há a separação das funções de fiscalização das de simples autoridade monetária.

Nos Estados Unidos, como os senhores sabem, o controle de currency é feito por um órgão independente do Federal Reserve; ele cuida da fiscalidade bancária e a SEC cuida da fiscalização do mercado de capitais. É um modelo em que o Federal Reserve é basicamente o lender, o prestador de última instância, o Lender of Last Resort, e ele se concentra, como disse muito bem o Dr. Ibrahim, exclusivamente na questão da política monetária, inclusive sem anunciar metas de inflação. Quer dizer, é um modelo bem específico.

No caso brasileiro, acho que se pode estudar um Banco Central mais enxuto e, ao mesmo tempo, separar as funções de fiscalização das de autoridade monetária. Isso talvez crie, entretanto, dificuldades de implementação. Também não sei se faz muita diferença.

No que diz respeito aos objetivos do Banco Central, entendo o seguinte: no caso brasileiro, o Banco Central deveria continuar tendo responsabilidade, lógico, no gerenciamento das metas de inflação. Concordo em grande parte com o que disse o Dr. Ibrahim em relação a metas de inflação permanentes, mais de longo prazo. Aliás é essa conclusão a que chegou também o Banco Central chileno, que agora tem meta de inflação entre 2% e 4%. Pode ser também uma faixa, não precisa ser determinada. Pode ser não superior a 5% ou não superior a 4%, por exemplo, e deixar que a trajetória seja implementada mediante revisões semestrais e mesmo dos próprios informes mensais de política monetária.

Na realidade, já existe comunicação com a sociedade. Aliás, o Banco Central do Brasil hoje é considerado um dos bancos centrais mais transparentes do mundo. É muito bom mesmo o sistema de informação do Banco Central. No Chile, por exemplo, eles divulgam os relatórios de política monetária com defasagem de três meses. No Brasil, a defasagem é de algumas semanas. Estamos muito bem no aspecto da transparência.

Assim sendo, se há informação do que está acontecendo, através desses informes poderá ser avaliada a questão dos choques externos ou internos,

como foi o caso do racionamento de energia elétrica. Portanto, tem-se uma política que consolida o combate à inflação como prioritário e, ao mesmo tempo, flexibilidade na sua implementação, o que é necessário, concordo, senão podemos cair no oposto, isto é, desmoralizar o sistema de metas. Se as metas não são cumpridas, depois de dois anos as pessoas vão questionar para que serve meta de inflação?

Por outro lado, acho a meta de inflação bastante factível. Quer dizer, não sendo superior a 5%, elimina a incerteza com referência à priorização do combate à inflação.

No caso brasileiro, eu também incluiria a questão do câmbio. O Dr. Ibrahim destacou muito bem: quem deu autonomia ao Banco Central para operar a taxa de câmbio? Na verdade, fomos conquistando isso ao longo do tempo, em razão de crises cambiais. Quem administra a crise cambial é o Banco Central. Na hora em que o País não tem reserva, na hora em que não tem liquidez, quem vai lá fora negociar as linhas com o FMI, em grande parte, é o presidente do Banco Central.

Portanto, de certa forma, a sucessão de crises cambiais – o Brasil tem longa experiência em crises cambiais – empurrou a responsabilidade da política cambial para o Banco Central. Seria muito bom, neste aspecto, repetir o modelo chileno, segundo o qual o objetivo do Banco Central é manter a estabilidade monetária e uma administração – eles usam a expressão – sadia da liquidez doméstica e da liquidez internacional. Com isso, de certa maneira, eles transferiram para o Banco Central a responsabilidade de gerenciar a taxa de câmbio. Lá também eles tinham um sistema de banda cambial e, em setembro de 1999, logo depois da crise brasileira, eles executaram uma bem-sucedida flutuação cambial. Como não tiveram crise cambial, a inflação estava em queda e a balança de pagamento em situação razoável, puderam fazer a mudança cambial sem trauma.

Portanto, eles gerenciam a taxa de câmbio segundo o conceito de manter a liquidez internacional em níveis saudios, assim como é função do Banco Central manter a liquidez doméstica em níveis saudios. No fundo, as duas coisas estão interligadas. No caso brasileiro, seria interessante juntar as duas peças.

Com relação à meta de inflação – inflação ótima, suportável –, não existe número preciso. O Deputado Delfim Netto tem uma visão talvez mais leniente com a inflação, em termos de 8% ou 9%. Existe, a propósito, uma frase famosa: “Uma pequena inflação é como uma pequena gravidez”, que, de fato, encerra uma grande lição da história. Se alguém aceita inflação de 8%, de repente acha que 9% ou 10% também é suportável, e aí logo se está de volta aos dois dígitos e às pressões políticas legítimas para reindexação compulsória de salários – e é difícil não ceder a essas pressões – e de novo com o drama da indexação compulsória generalizada que criou enorme dificuldades para o País.

Portanto, minha visão com referência à inflação hoje – trouxe, inclusive, uma tabela, que vou deixar com o Sr. Presidente –, é que, entre 25 países emergentes, somente cinco têm inflação de dois dígitos, que são Venezuela – não preciso dizer o porquê –, Turquia, que também vive crise política e econômica séria, Argentina – saindo de forma traumática de um regime de câmbio fixo –, Brasil e Rússia.

Se fizermos uma seleção de quais são os países com melhor desempenho econômico, vamos encontrar uma correlação muito forte entre países de grande crescimento e países com inflação mais baixa, em geral abaixo de 5%. Estou usando apenas o bom senso da evidência empírica e da história recente de países em desenvolvimento, ou seja, países como a China Continental, 10% de crescimento, inflação de 1%. Ao aceitar qualquer inflação acima de 5%, parece-me, iríamos entrar na categoria perigosa da pequena gravidez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Concedo a palavra ao Dr. Ibrahim Eris.

O SR. IBRAHIM ERIS – Independentemente de o Banco Central ter autonomia ou independência, ou o que for, acho que o Banco Central tem de abrir mão da função de fiscalização e de liquidação dos bancos.

Falo por experiência própria. Trata-se de atividade estranha ao Banco Central, que lhe tem causado seriíssimas dores de cabeça, inclusive em certos momentos há conflitos de interesses envolvidos nessas questões. Eu suprimiria, numa reforma do Banco Central, essas duas atividades.

No tocante ao câmbio, sou adepto do câmbio flutuante. Defendi-o bem antes de o Governo tê-lo adotado. Sou insuspeito em relação ao que vou dizer. Ao mesmo tempo, sou adepto de intervenções periódicas no câmbio pelo Banco Central. Flutuação de câmbio não significa não-intervenção do Banco Central. Podemos ter flutuação “suja”. Muitas literaturas têm reconhecido que em países menores, emergentes, intervenção no câmbio talvez seja uma política eficiente, eficaz, enquanto em países grandes, cujas moedas têm alta liquidez, tal eficiência e eficácias sejam duvidosas.

Não deixaria exclusivamente para o Banco Central a política cambial. O câmbio talvez seja importante demais para ficar só nas mãos do Banco Central. Eu adotaria o modelo da Inglaterra ou dos Estados Unidos, embora desse um pouco mais importância ao Banco Central do que nos Estados Unidos. Certamente, de novo, eu criaria um fórum em que pudesse ser discutida essa questão – o Banco Central somente executaria as decisões desse fórum.

A terceira questão: taxa de inflação. Não endossei 4%. Acho que o Deputado Léo Alcântara me entendeu mal. Eu simplesmente citei como exemplo. Não me sinto muito confortável com 4%. Inflação baixa para mim é quando as pessoas a pensam nos últimos três anos e somam ao invés de com-

por. Deve-se somar os três anos de inflação ao invés de tomar a taxa de inflação e multiplicar. Juros composto para mim é bom demais.

No caso brasileiro, 8%, 9% parece-me um pouco alto, mas 4% é um pouco baixo. Os economistas têm estimativas do que chamam taxa de inflação natural, taxa de inflação de equilíbrio etc. Não dou muito valor a essas estimativas, mas elas existem. Para a Inglaterra, por exemplo, esse número foi calculado entre 1% e 3%. Logo, a taxa foi fixada em 2,5%. Dá-se a impressão geral de que em países emergentes, sujeitos a choques, esse número de equilíbrio tende a ser um pouco maior do que nos países desenvolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Tem a palavra o Sr. Carlos de Castro.

O SR. CARLOS ROBERTO DE CASTRO – Pretendia fazer a pergunta, mas não agora. Sou Presidente do Conselho Federal de Economia. Achei muito interessante as afirmações dos expositores de hoje de manhã. Seria até recomendável que tivéssemos feito uma intercalação, porque tivemos duas exposições extremamente técnicas de dois economistas renomados, ex-Presidentes do Banco Central. Pela manhã tivemos também dois experientes economistas, abordando, além do aspecto técnico que dominam, aspectos políticos.

Lembro-me de que um dos deputados federais propôs que o tema do seminário, ao invés de Banco Central: autonomia versus dependência, fosse Banco Central: autonomia? independência? Acho que deveríamos mudar: Banco Central: autonomia/independência versus estatização.

Pelas exposições da manhã e pelo pouco que foi dito e pude apreender, o Banco Central, além de todos esses poderes, foi absorvendo certas atribuições que nem nos países mais desenvolvidos são de sua competência, como é o caso do câmbio. A taxa de câmbio dos Estados Unidos não é o Federal Reserve que estabelece, mas o Tesouro americano.

A proposta ideal é que o Banco Central tenha autonomia para cumprir a meta política de estabilidade monetária desejável, de inflação desejável, mas que não fosse definida por tecnocratas da mesma escola e da mesma classe, como disse hoje de manhã numa brincadeira. Caso contrário, fica muito difícil e técnico demais.

A economia evoluiu bastante nos últimos 20 anos. Vale-se muito dos métodos quantitativos, mas, como disse muito bem o Dr. Ibrahim Eris, tem um pouco de arte, não é apenas ciência e técnica.

O Banco Central, portanto, teria de cumprir a meta de inflação. A estabilidade monetária é desejável. Países com inflação acima de dois dígitos estão fora de moda, como foi dito aqui. Porém, coincidentemente, dos cinco países citados, três são sul-americanos: Brasil, Argentina e Venezuela. Dos cinco, três seguiram o Consenso.

O Banco Central tem de ser estatizado porque é independente demais, na minha opinião. Hoje, o Banco Central faz o que bem entende. A transparência das metas e o fato de o relatório do Copom sair em 15 dias, como mencionou o Dr. Langoni, para mim nada significam. O Banco Central divulga o que resolveu, mas a decisão é simplesmente dele, que é autônomo, na minha opinião.

Faço a seguinte pergunta aos senhores. Além da meta inflacionária, que deveria ser de estabilidade monetária, função fundamental do Banco Central, como poderia ser feita a compatibilização entre estabilidade monetária, crescimento econômico e geração de emprego?

Parece-me que se estamos em um modelo de taxa de câmbio flutuante, que, pelas características do nosso País, pode oscilar violentamente, e tem-se como único instrumento de contenção a taxa de juros, como já estamos assistindo, o que compromete de maneira decisiva o crescimento e a geração de empregos. Quero saber quem seria o responsável por essa orientação, que acho não deveria ficar restrita ao Banco Central?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Passo a palavra ao Dr. Carlos Langoni por apenas dois minutos. São praticamente 16h e há vários inscritos.

O SR. CARLOS LANGONI – O Sr. Carlos de Castro levantou um ponto fundamental: o Banco Central não pode ser responsável por toda a política, por toda a estratégia de desenvolvimento econômico do País. O Banco Central é apenas um instrumento, talvez limitado, para assegurar o funcionamento adequado do sistema financeiro, por exemplo, com nível mínimo de liquidez internacional, fundamental para se evitar crises cambiais. Porém, a política macroeconômica tem de ser fixada pelo Governo como um todo.

Comecei minha exposição chamando atenção para o fato de que, mesmo para o objetivo de estabilidade associada a crescimento, é fundamental complementar a política monetária com política fiscal e política adequada de abertura comercial, negociada que seja. Há uma série de instrumentos, além dos aspectos que dizem respeito ao financiamento do desenvolvimento, acumulação de poupança doméstica, aumento de prazo da poupança, em resumo, toda a questão alocativa dos gastos públicos, a própria estrutura tributária.

Na realidade, o crescimento do emprego associado a inflação baixa vai exigir arquitetura macroeconômica muito mais complexa do que apenas os três pilares, que são importantes, mas insuficientes: estabilidade monetária/meta de inflação, responsabilidade monetária/responsabilidade fiscal e política de abertura econômica bem implementada.

O Banco Central tem de ter suas funções bem definidas. Existem nuances. Qual a parcela de participação do Banco Central na gestão cam-

bial, cujo debate é mais amplo por ser questão muito delicada. Concordo em que o Banco Central tem de ter autonomia definida em razão do que faz melhor. E o que faz melhor, hoje consagrado na literatura acadêmica e na experiência prática, é assegurar a estabilidade macroeconômica, com inflação baixa, por meio da administração consistente de políticas monetárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Com a palavra o Dr. Ibrahim Eris.

O SR. IBRAHIM ERIS – Insisto, a política monetária brasileira hoje é tão controversa porque enfrentamos volatilidade extremamente elevada em condições macroeconômicas. Por isso, esta é uma grande oportunidade para o Congresso Nacional desenhar institucionalmente que a intervenção nas decisões do Banco Central por autoridade fora do Banco Central seja disciplinada e viável, sem prejudicar a busca da estabilidade monetária.

Na verdade, hoje, podemos divergir do Banco Central, como o faço, sobre política monetária. O Banco Central está errado no seu diagnóstico, está atrasado nas suas reações etc., mas não podemos negar que o Banco Central age baseado nas melhores técnicas econômicas conhecidas. O Banco Central está equivocado na avaliação do momento e na projeção da economia. São erros perfeitamente viáveis de ocorrer com qualquer um, seja em Banco Central independente ou não.

Concordo com Dr. Langoni que o Banco Central do Brasil hoje é um dos mais transparentes do mundo. Está claríssimo, estava claríssimo, na época do Armínio Fraga, pelo menos nas suas metas e nos instrumentos que utilizava. Hoje, ficamos um pouco em dúvida sobre o que orienta as decisões do Banco Central. Mas não há Banco Central que não fique sujeito a críticas gravíssimas com essa volatilidade que vivemos.

Na verdade, estamos pedindo demais do Banco Central. Estamos pedindo que ele fixe metas, administre-as, administre os instrumentos em uma situação de choque gravíssimo. Na virada do Governo, este Governo que está aí deveria ter refixado as metas, e esse absurdo de 8,5% nem deveria ter ficado como meta eventual. Hoje, estou convencido de que, de vez em quando, o Banco Central e o Ministério da Fazenda são tentados a achar – quem sabe? – que no final do ano ainda vão conseguir, se não 8,5%, pelo menos 8,75%. Se mantiverem o juro em 26,5% por mais um tempinho talvez gerem uma deflaçãozinha em algum índice e consigam.

Essa tentação sempre permanecerá enquanto houver a meta de 8,5%, porque oficialmente o Banco Central está trabalhando para atingir 8,5% de inflação no ano de 2003, enquanto todos sabemos que isso é quase impossível. Diria impossível, mas, na cabeça deles, provavelmente quase impossível – aquele “quase” é que atrapalha as coisas.

Sou muito crítico de Banco Central, deixem-me dizer isso, mas compreendo o tipo de erro que ele está cometendo, porque estamos pedindo demais do Banco Central. Estamos pedindo que ele sozinho combata o enorme choque que a economia brasileira enfrentou no ano passado e, infelizmente, o Governo como um todo não reagiu com a devida rapidez e intensidade a esse choque.

Por isso, insisto: devemos montar mecanismos formais oficiais, canais de comunicação entre o Banco Central e a sociedade, a fim de que nos momentos de choque a ação seja mais rápida e também tenha maior legitimidade, que será dada pela sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Temos tempo para mais uma rápida pergunta. O próximo inscrito é o Deputado Jairo Carneiro, a quem passo a palavra.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Deputado Léo Alcântara, senhoras e senhores, Dr. Ibrahim Eris, em face do raciocínio final de V. S^a, quero saber qual o papel que o Poder Legislativo poderia desempenhar de sorte que o Banco Central não restasse solitário na tomada dessas decisões.

A segunda questão seria a seguinte: o senhor fala sobre a sua convicção de que o Banco Central não deveria exercer a fiscalização do Sistema Financeiro Nacional. Concordo, sem ter argumentos sólidos para tanto, mas gostaria que o Prof. Langoni pudesse se manifestar a respeito. Seria interessante, porque o Sistema Financeiro Nacional e o internacional exercem grande influência sobre as decisões do Banco Central.

Seria fundamental manter o Banco Central equidistante desse tipo de embate, por isso gostaria de ouvi-los a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Com a palavra o Dr. Ibrahim Eris.

O SR. IBRAHIM ERIS – Começo enfatizando o que Dr. Langoni disse: engenharia institucional não é conosco. Mas acredito que o Poder Executivo, obviamente, não vai abrir mão da sua prerrogativa de fazer política econômica. A intervenção direta do Legislativo na comunicação entre a sociedade e o Banco Central terá papel secundário. Eventualmente, algum representante do Congresso Nacional pode ter lugar no Conselho Monetário Nacional como ouvinte ou mesmo com direito a voto.

É importante admitirmos que mecânica de metas inflacionárias em países sujeitos a freqüentes e profundos choques têm de ser diferente de países onde tais choques não existem ou não influenciam a economia com a profundidade com que influenciam a economia de países emergentes. Condições são alteradas com muita rapidez e muito profundamente em nosso País. Quando se fixa uma meta inflacionária e se começa com taxas de

juros mirando essa inflação, pode-se até estar dando início a uma política perfeitamente razoável, na qual a perda de produto para atingir essa meta seja quase negligenciada. Mas as condições podem mudar com rapidez e violência tal que o que era razoável fica insustentável, como aconteceu no Brasil na segunda metade de 2002, e ainda vivemos isso.

Naquele momento, algum mecanismo tem de existir para que o Banco Central receba a ordem, receba a sugestão de que a situação foi inviabilizada; logo, a meta, em vez de dois anos, deve passar talvez para três anos, e a trajetória de aproximação, em vez de ambiciosamente no primeiro ano, caia dois, depois um e depois meio, ou talvez devesse cair meio, depois um, depois dois.

O fórum desse debate tem de existir, e dele não devem participar somente membros do Congresso Nacional, mas também representantes de outros segmentos da sociedade, como ouvintes e como fiscalizadores do que se passa nessas reuniões.

Recentemente, alguém sugeriu – creio que foi o Senador Mercadante – que as reuniões do Copom fossem transmitidas ao vivo. Parece até uma brincadeira, mas tem certa lógica. Em princípio, o Copom não deveria ter nada a esconder de nós, sociedade. A única razão por que não defenderia essa idéia é que não sei se trajetória de juros deve ser explicitada claramente à sociedade – dessa experiência ainda não estou convencido; quanto ao resto – por exemplo, projeções de inflação, projeções de produtos e ligação entre os dois via política monetária –, não vejo por que não possa ser explicitado e ouvido por representantes da sociedade.

No tocante à fiscalização, tenho a convicção de que se trata de atividade estranha ao Banco Central. Quando o Banco Central toma medidas que fragilizam, por exemplo, o sistema bancário, ao mesmo tempo tem a condição de fiscalizar e decidir se alguma instituição vai quebrar ou não.

Há um conflito – e não sei por que devemos pedir ao Banco Central que o vivencie. Para todos os presidentes e diretores do Banco Central sempre foi uma dor de cabeça fiscalização e liquidação de bancos.

Quando entrei no Banco Central, a primeira coisa que fiz foi chamar meu diretor de fiscalização e dizer: “Vamos acabar com essas liquidações. Diga-me como e o que fazemos, e vamos liquidar esse negócio!” No primeiro caso que ele me trouxe – não vou dar o nome do banco –, eu tinha de optar por uma operação monetária que resultasse em déficit de 10 bilhões da moeda da época ou por outra correção monetária que também era perfeitamente legítima; e isso significava que o Banco Central devia aos proprietários do banco 30 milhões. Perguntei ao meu departamento jurídico qual era o critério. Perguntei: “E se eu assinar qualquer um deles”? “Perfeito!” “Depois posso ser processado?” Ele disse: “Claro!” “Posso ser preso?” “Pode”. Aí eu disse: “Leva!” Tal caso a que me refiro até hoje não foi resolvido.

Essa competência tem de ser retirada do Banco Central, que não tem autoridade para isso. A liquidação tem de ser ordinária; a justiça tem de decidir, e ponto final.

A fiscalização também entra em conflito com outras atividades do Banco Central. Novamente, acho que o Banco Central não está preparado para isso. Creio que um organismo completamente independente desse órgão faria um serviço melhor do que está sendo feito hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Com a palavra o Dr. Carlos Langoni.

O SR. CARLOS LANGONI – Rapidamente, quanto à fiscalização, concordo plenamente com o Ibrahim Eris: é isso mesmo. O Deputado levantou um ponto que daria maior eficiência à ação do Banco Central, autoridade monetária, se essas atividades fossem dele desagregadas. E o momento ideal é o da autonomia.

Quanto à participação do Congresso Nacional na execução da política monetária, é necessário construir um ritual no relacionamento entre autoridade monetária, o Banco Central, com a autonomia que lhe será concedida pelo Poder Legislativo, e o Congresso Nacional.

Gostaria de fazer um paralelo com o ritual hoje existente em relação ao orçamento fiscal. Ora, por que não, no momento em que o Banco Central definir uma meta de inflação? E isso deve ser um trabalho basicamente técnico. Concordo com o Ibrahim Eris. Não é uma visão apenas política, levando em consideração o andamento da economia, a perspectiva de crescimento, etc. É indispensável que o Banco Central vá ao Congresso Nacional, ao Senado ou à uma Comissão predeterminada fazer uma exposição detalhada do porquê dessa meta, qual a justificativa, a expectativa de trajetória de crescimento no que se refere à sua implementação e qual deve ser o impacto sobre sua taxa de juros, de modo que haja um debate democrático.

A decisão já foi tomada, mas isso aumentará muito a interface entre o Banco Central e o Congresso Nacional. Os Srs. Deputados e os Srs. Senadores terão, a priori, uma visão clara de qual será essa política monetária; há espaço, inclusive, em um debate público, crítico, etc. Isso só pode melhorar a administração monetária ao longo do tempo e criar mecanismo de co-responsabilidade, apesar de que, em última instância, quem estará decidindo será o Banco Central. O Congresso Nacional pelo menos estará, a priori, sendo informado da estratégia de política monetária, como é informado da natureza do ajuste ou da política fiscal.

Nessa reengenharia institucional em que os senhores serão os grandes responsáveis, faz sentido definir de forma muito clara o ritual entre o Banco Central e o Congresso Nacional, atuando-se de forma um pouco mais ex ante, não apenas com relatórios ex post.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Agradeço ao Dr. Carlos Langoni e ao Dr. Ibrahim Eris por terem vindo à Câmara dos Deputados participar deste seminário proposto pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Sempre que tiverem algo a contribuir para com esta Comissão, serão muito bem recebidos!

Agradeço a presença a todos. Às 16h30min, haverá o terceiro painel, que será presidido pelo Deputado Jairo Carneiro. Estarão presentes os parlamentares que mais debatem esse tema na Câmara dos Deputados: os Deputados Paulo Afonso, do PMDB, Rodrigo Maia, do PFL, Virgílio Guimarães, do PT, e Yeda Crusius, do PSDB.

(O painel é encerrado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Nossos cumprimentos a todos os presentes. Daremos seqüência ao seminário com o último painel, o Painel 3, que conta com as seguintes honrosas presenças à Mesa: Deputada Yeda Crusius, do PSDB do Rio Grande do Sul; Deputado Paulo Afonso, do PMDB de Santa Catarina; Deputado Rodrigo Maia, do PFL do Rio de Janeiro; Deputado Virgílio Guimarães, do PT de Minas Gerais – e espero que S. Ex^a fale também em nome do Governo.

Serão concedidos dez minutos a cada expositor, prorrogáveis por igual período. Depois das apresentações, haverá os debates. As inscrições podem ser feitas com os assessores da Comissão de Economia. O nosso Presidente, Deputado Léo Alcântara, teve um compromisso inadiável e não pôde retornar a tempo.

Concedo a palavra à Sr^a Deputada Yeda Crusius.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Deputado Jairo Carneiro, agradeço a gentileza. Normalmente, a palavra é concedida seguindo-se a ordem alfabética, e sou sempre a última.

Início parabenizando a Comissão de Economia por mais este seminário. A juventude do Deputado Léo Alcântara é contrabalançada perfeitamente por sua maturidade na condução dos trabalhos de importantíssima Comissão.

Temos feito anualmente debates a respeito do sistema financeiro, sublinhando sua falta de regulamentação. Falta para a regulamentação do art. 192 uma série de possibilidades, seja por denunciamento, interesse ou preocupação quanto a regras claras para o sistema financeiro, que permitam a compreensão aos agentes e também aos usuários, pois que são todos os brasileiros. A falta de regulamentação do art. 192 gerou uma fileira anual de seminários sobre autonomia do Banco Central, regulamentação do sistema financeiro e taxa de juros.

Tive o privilégio de ser Relatora do seminário realizado pelas Comissões de Economia e de Finanças, em 1995, que consta dos Anais do fórum de debates sobre o sistema financeiro nacional. Dentre as questões apresentadas

aos participantes daquele fórum estava a da autonomia versus independência do Banco Central. Se isso permanece até hoje é porque havia o impedimento da liberdade de discutir os fatos e as propostas, por não ter ainda sido aprovada a PEC nº 53, de autoria do então Senador José Serra, o que aconteceu neste ano. Assim, creio ser mais produtivo o caráter deste seminário, no que tange ao resultado.

Àquele tempo, Ibrahim Eris – a quem cumprimento neste momento — veio falar para nós, assim como alguém a quem quero reverenciar por ter exposto o tema, já naquele tempo, com muita simplicidade e propriedade: Mário Henrique Simonsen, que não está mais entre nós. As históricas idéias dele estão presentes nos Anais do fórum.

Faço referência ao que aconteceu de lá para cá e que nos permitiu ter todas as condições objetivas de, num debate como este, dar andamento às propostas a um dos itens do art. 192 que se refere ao Banco Central.

Chamo a atenção para dois fatores fundamentais que permitem descartar a alternativa da independência do Banco Central. A independência significa outro poder. Talvez pela falta de contato com questões sobre a moeda, pareça que ela é um poder em si. Mas não o é. Na verdade, é o telhado de uma casa construída socialmente, que, quando funciona mal, desaba. Todavia, ela não é em si um poder; é quase um símbolo. Tem interferências concretas no dia-a-dia, mas é um símbolo, tanto quanto o são a Bandeira e o Hino Nacional.

Ou temos a moeda nacional, ou falta um dos itens que nos permite responder com muito mais simplicidade, sem nenhum viés ideológico, à pergunta que permeia a discussão sobre o Banco Central autônomo, qual seja: a de controlar a inflação ou crescer. No fundo de toda a discussão a respeito da moeda e do Banco Central está a aparente incompatibilidade entre controlar a inflação ou crescer.

Em 1995, havia claras indicações de que controlar a inflação não era um bicho-de-sete-cabeças, mas resultado de um conjunto de reformas que levariam à estabilidade sustentável e sustentada. O que aconteceu de 1995 em diante dá condições objetivas para o andamento da proposta de autonomia do Banco Central, que é autônomo de acordo com circunstâncias a que vou me referir.

Houve a coragem de reestruturar o sistema financeiro bancário. O Proer foi a primeira condição para que a estabilidade não fosse sujeita a surtos e ataques internos, em relação à confiança que havia sobre o fazer e o gerenciar a moeda.

A reestruturação foi feita de maneira transparente, e seu primeiro subproduto foi o Proer. Seguiram-se outras reestruturações, a exemplo da reestruturação dos bancos estaduais, ainda incompleta. Ali se criou e aplicou idéia que em 1995 ainda não estava presente de modo institucional: o seguro-depósito, item fundamental para dar segurança ao sistema financeiro e a seus

usuários. Constituiu-se um conjunto de fundos do seguro-depósito. A discussão em 1995 entre todos os participantes do seminário foi de que, à falta de um seguro-depósito, não se podia falar em gerência de moeda e em sistema financeiro próprio das relações sociais.

Em segundo lugar, houve um início da autonomia do Banco Central como autoridade monetária. Houve praticamente a separação entre o Banco Central e o Tesouro Nacional. Evoluíram várias medidas para isso, já que estabilidade é um processo que assegura a sustentabilidade do crescimento. Separou-se definitivamente o Tesouro Nacional do Banco Central. Em 1995, as discussões se referiam a essa separação, que não era completa; mas hoje é.

O outro objetivo foi a crise de 1999 e sua forma de superação. Até 1999, a política central que norteava o controle da estabilidade econômica, enquanto as reformas eram processadas, eram a política cambial e a gerência do câmbio pelo Banco Central. Com a crise de 1999, gera-se um novo modelo, presente até hoje: a gestão do Banco Central relativa à moeda, e não ao câmbio, por meio do modelo de metas inflacionárias; e, portanto, a gestão do controle da economia no que se refere à inflação, por meio da taxa de juros – muda-se de câmbio para juros.

Testado, mais do que testado, em franco processo de continuidade, o modelo das metas inflacionárias garante reação a choques. E temos visto choques uma vez por ano, ou mais. O último foi o eleitoral de 2002.

Por último, aprovamos, no período 1995/2002, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que inclui a obrigação – muito desejada pela gestão do Banco Central, à época – de o Banco Central dar sua explicação, o seu relatório, prestar contas ao Congresso Nacional de quatro em quatro meses. Acho que acabou se constituindo uma prestação de contas, sob a gerência de Armínio Fraga, de seis em seis meses.

Depois de aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal e de Armínio Fraga ter vindo aqui de seis meses em seis meses apresentar seu relatório, sobrou a pergunta sobre que tipo de autonomia existe. Não vou falar mais nada sobre isso porque os dados estão no relatório dos Anais do fórum de 1995.

Autonomia do Banco Central refere-se a mandato de prazo fixo da diretoria e diz respeito também à transparência com que são apresentadas as contas. Todas as condições foram dadas. Não ocorreu, a exemplo de outras reformas tão necessárias e não concluídas – a democracia pediu o seu tempo –, a reestruturação do Banco Central. Na gestão de Armínio Fraga tiveram início a reestruturação de planos de carreira, a retirada da fiscalização do banco, a questão de ser agência nacional, mas sem a presença física em outros lugares, e a sua modernização. Enfim, houve quase uma paralisação no Congresso Nacional, em 1999, do programa de reestruturação do Banco Central.

Cabe ao novo Governo completar essa e outras tarefas. E não tenho dúvida de que a economia está no caminho da ampla discussão para plena aprovação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, senhoras e senhores participantes, para indicar meu posicionamento, deixo registrado que fui um dos poucos a votar contra o que modificou o art. 192. Tenho dito, meio brincando, que não errei os botões de votação. Esse foi o meu posicionamento nos dois turnos. Vou explicitar o meu posicionamento, o qual expliquei hoje pela manhã, ainda que rapidamente, quando fiz indagação aos ilustres economistas que fizeram parte da primeira etapa deste seminário.

Comecei questionando, evidentemente de forma respeitosa, o título do seminário. O Sr. Presidente dos economistas brasileiros fez referência no mesmo sentido. Da forma como é apresentada, tipo partida de futebol, autonomia versus independência, pressupõe-se que só esses dois times estão em jogo no campeonato. Na realidade, sugeri: “Autonomia — Independência?” Eventualmente, o sistema atual, ou parecido, que chamaríamos de dependência ou algo parecido, mais ou menos a regra hoje existente. E o Sr. Presidente dos economistas fez referência à expressão estatização, parece-me que como uma alternativa.

Não devemos nem caminhar para a independência, cujo conceito me parece bastante claro nem para essa tal autonomia, cujo conceito é bastante difuso.

Se os senhores virem o material existente a respeito — debrucei-me sobre ele não só por causa do seminário, mas porque tenho procurado estudar –, perceberão que essa idéia de autonomia é bastante ambígua e dúbia. Por isso a minha pergunta de hoje de manhã foi bastante simples. Infelizmente, ela não foi respondida, ou foi respondida em parte. Afinal de contas, o que é autonomia? É bem claro o que significa independência: total afastamento, total independência – é redundante – em relação à autoridade; ou seja, a capacidade de decidir e de implementar suas decisões, independente do governante. No caso da independência, isso é muito claro, é o funcionamento do Banco Central europeu, suíço, alemão e de outros que guardam elevado nível de independência, se é que podemos dizer isso. No caso da autonomia, navega-se um pouco por mandato de diretores, por implementação autônoma de políticas traçadas pelo Governo, mas não é clara a diferenciação do que existe atualmente. E perguntei a vantagem, o que melhoraria com a autonomia, já que me parece que a independência – evidentemente, não estou a defendê-la; pelo contrário, estou questionando-a – está descartada nesta conversa.

O título do seminário nos leva a crer – digo respeitosamente ao nosso Presidente – que a situação é inexorável, que caminhamos para decidir entre a autonomia e a independência. Parece-me que, infelizmente, assim o é porque há exigência do FMI, já ratificada, expressa e manifestada pelo Governo Fernando Henrique e, em seguida, também pelo Governo Lula.

Não estamos discutindo proposta ou projeto; podemos discutir teoricamente, pois não haverá votação. E, uma vez que a discussão é teórica, nada me impede de ser contrário a esse posicionamento, que, aparentemente, é o do Governo atual, nem o fato de o PMDB fazer parte de sua base de sustentação, o que sem dúvida me satisfaz.

Por que sou contra? Pela razão que apresentei hoje de manhã. O único argumento que encontro é a idéia de afastar dos políticos, dos eleitos, do voto popular, o comando sobre esse setor da nacionalidade. Todas as justificativas, as construções teóricas, as equações matemáticas, o que seja, que li em vários artigos, são apenas fachada, invólucro ou perfumaria, para dizer que isso é bom.

Há alguns dias, de forma respeitosa, fiz uma pergunta ao Dr. Henrique Meirelles em uma das nossas Comissões. Perguntei-lhe se essa idéia não era um risco que o Brasil corria pelo fato de o brasileiro ter eleito um líder sindical Presidente da República. Isso é um negócio extremamente complicado para o sistema financeiro internacional!

Gostaria de citar a Comissão de Economia, que muito diligentemente ofereceu minuta de estudos como base para esta nossa discussão. Farei uma citação que exemplifica o que estou dizendo:

“Ainda assim há críticos que afirmam que a autonomia implica perda de independência do Governo, sem explicitar a que tipo de independência se referem. Convém lembrar que independência, ordinariamente, refere-se tanto à proteção de interesses do País como de seu Governo, implicitamente assumindo que ambos se confundem. Na prática, isso não acontece, porque os interesses imediatos – leia-se popularidade – e pressões – leia-se politicagem – do governante se contrapõem aos interesses duradouros da sociedade.”

Ou seja, o eleito se contrapõe ao interesse da sociedade, enquanto o iluminado, nomeado, indicado, formado e pós-graduado reflete e conhece o interesse maior da sociedade.

Quero crer, salvo melhor juízo, que temos aí total inversão das coisas. Evidentemente, há bons e maus governantes. Nós, eleitores, erramos e acertamos, isso é da essência do ser humano, e os povos têm essa história. Todavia, imaginar que possamos ter uma elite de iluminados, que, mais do que o eleito, mais do que aqueles que fazem atividade pública, têm condição de dizer o que é melhor para a sociedade e, mais do que isso, afastar o eleito da gestão daquele tema, parece-me um despropósito total.

Vou trabalhar em cima dessa circunstância, fazendo outra citação que colhi também num dos artigos:

“A autonomia do Banco Central, na avaliação do Executivo, do sistema financeiro, trará mais estabilidade para a economia, sobretudo nos períodos eleitorais. Uma das principais vantagens seria a maior tranquilidade para os investidores nos períodos de alternância do poder.

Com o BC independente, se amanhã Hugo Chávez resolver se candidatar à Presidência do Brasil, o mercado não se sentirá tão inseguro.”

Na verdade, a questão é essencialmente política. Tanto é que vou fazer mais uma menção de quanto isso é verdadeiro, de quanto a autonomia ou a independência do Banco Central representa em termos de retirada do poder do eleito e, no caso específico, do Presidente Lula. Por isso me insurjo com mais veemência. O Presidente foi eleito com meu voto e com o voto de mais de 50 milhões de eleitores para fazer mudanças. Não vou mencionar o nome para ver se é possível a platéia se situar no tempo. A matéria é de uma revista de circulação nacional e diz o seguinte:

“Os presidenciais da Oposição falam em golpe branco. Para o Governo, é apenas uma reforma para perpetuar a estabilidade monetária. O tema em questão é a independência do Banco Central, que pode garantir mandatos fixos aos seus diretores e isolar suas decisões de pressões políticas.

Pela promessa do Presidente da Câmara dos Deputados, o texto regulamentando o art. 192 da Constituição, que rege o sistema financeiro, será votado até o fim deste mês. É uma discussão que já se arrasta há 11 anos, mas que, ao que tudo indica, agora é para valer. Está tudo acertado na base governista, e o Congresso tem pressa – avalia um relator da matéria.

É a primeira etapa de uma partida em 2 tempos. O passo seguinte será a apresentação de um projeto pelo Executivo colocando os termos da autonomia do Banco Central, que também será votada na Câmara e no Senado.”

Os presidenciais da Oposição falam em golpe branco.

Um prócer representante da Oposição diz o seguinte, no decorrer de uma matéria:

“No apagar das luzes, o Governo está tentando empurrar para o sucessor uma política econômica repudiada pela população.”

Vou inserir o que foi lido no contexto histórico: o Presidente da Câmara era o Deputado Aécio Neves. Isso aconteceu em 2001. A preocupação era dos opositores, principalmente do Presidente Lula; e essa última declaração, bastante sugestiva, é do economista Guido Mantega, atual Ministro do Planejamento.

Que sentimento havia? Setores do sistema financeiro, preocupados com a iminente ou muito provável eleição do Presidente Lula, queriam criar um Banco Central blindado – já usei essa expressão outro dia na Comissão, e ela foi usada hoje pelo Prof. Paulo Nogueira – para impedir transformações que pudessem ocorrer através de um dos principais mecanismos de política à disposição do Presidente eleito.

Apesar de ler e perguntar, ainda não consegui entender em que base a autonomia vai tornar as coisas diferentes, seja do ponto de vista positivo, de resultados, em relação ao que temos hoje.

Ouvi hoje do Prof. Mendonça de Barros algo que me pareceu um grande contra-senso – digo isto com sinceridade, embora eu vá refletir sobre o assunto. Foi dito que a autonomia permite maior transparência, que vamos ter maior controle do Legislativo e do Executivo.

Várias autoridades falaram em caixa preta do Banco Central. O presidente pode demitir, exonerar e substituir. Temos a idéia aparentemente consensual de que o Banco Central anda meio sozinho, de que os presidentes são apenas avisados das suas decisões. Embora o Presidente do Banco Central e seus diretores sejam subordinados e a qualquer instante possam ser substituídos, há neles uma autoridade. Evidentemente, imaginamos que os presidentes não têm obrigatoriamente de conhecer de ciência econômica, mas têm autoridade política e administrativa.

Se o Banco Central está por conta própria com sua caixa preta, sinceramente, com todo o respeito, não consigo ver, num processo de autonomia, porque o Presidente do Banco Central teria mandato. Parece-me que essa é a diferença das coisas. Existe a história de que se define a política e, depois, o Banco Central a implementa. Não consigo entender que isso possa ser mais transparente. Não consigo entender que isso seja a mudança que dê abertura e mais entendimento da sociedade em relação ao Banco Central.

Para mim, é uma exigência do sistema financeiro internacional, materializada através do FMI em exigências aos dois governos, ao anterior e ao atual. Como não se tem da parte de todos nós a coragem de falar na independência, fala-se, então, na autonomia como um certo eufemismo, uma pintura, uma perfumaria, para, quem sabe, tentar agradar esses interesses.

Continuo entendendo que o Presidente Lula, neste estágio, porque essa era a regra do jogo, foi eleito para governar o Brasil, inclusive o Banco Central. Alguém pode dizer que ele tem direito de abrir mão desse poder. Acho que não tem. A sociedade, quando deu a ele essa estrondosa manifestação de apoio, tem a expectativa de que ele tenha, ao longo dos seus quatro anos – não no primeiro ou no segundo mês –, determinadas ações. Se ele abre mão de uma instância de poder essencial à execução dessas políticas, creio que está dizendo que não vai levar a bom termo, na plenitude, aquilo a que ele se comprometeu, porque um segmento essencial na execução do seu trabalho, do seu programa,

da sua proposta e das suas promessas passa a ser dirigido de forma autônoma, e sua capacidade de interferência será extremamente relativa, se é que existente.

Concluo minhas palavras dizendo que meu posicionamento não é teimosia nem radicalismo. Não sou radical, pelo contrário; nem xiita ou coisa do gênero. No entanto, tenho esse convencimento. Alguém disse que o Deputado Paulo Afonso é da base do Governo, mas votou contra o Governo. Não. E não vale aquela história da mãe que viu o filho marchando com passo errado e disse que só o filho estava com o passo certo. Não é isso. No entanto, fui dos poucos que defendi o mandato do Presidente na sua plenitude, da maneira como foi outorgado pelo povo brasileiro no ano passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Tentarei ser breve, porque estou ansioso para ouvir o que o Governo tem a dizer sobre a matéria.

De forma educada, quero apenas dar uma opinião. Acho que o deputado está na base de sustentação do Governo errado. S. Ex^a apoiou o Lula de antes da eleição. Depois da eleição, ficou com o Presidente banqueiro. Propõe-se independência do Banco Central, sua autonomia, de forma tão transparente, tão clara, que era preciso trocar os nomes e ter deixado isso para antes da eleição.

Independência ou autonomia? É claro que há grande diferença entre independência e autonomia. Na independência, o Banco Central tem todas as atribuições, propõe e implementa as políticas de forma independente, como diz a própria palavra. Na autonomia, o Banco Central executa política encaminhada pelo Governo, ratificada pelo Congresso, e restringe o seu poder.

As regras estabelecidas num projeto de lei que deverá ser discutido nesta Casa – e o PFL tem a sua proposta – restringem o poder do Banco Central, não o ampliam, muito pelo contrário. O Presidente do Banco Central e os seus diretores têm a obrigação de cumprir as regras estabelecidas na lei, encaminhadas pelo Governo e aprovadas pelo Congresso. É fortalecido o Congresso Nacional, que passa a ter atuação mais ativa no encaminhamento das metas da política monetária do Governo. Assim entendemos será o caminho em que se dá uma blindagem, uma proteção ao Governo, a fim de que a politicagem não prejudique a estabilidade da moeda brasileira, a vitória mais importante do Brasil nos últimos anos.

Na minha opinião, temos dois momentos claros no Brasil. O primeiro, antes do Presidente Armínio Fraga e, o segundo, depois dele. O PFL, de forma sistemática, sempre esteve ao lado do Presidente Armínio Fraga em reuniões permanentes e também na Comissão de Finanças. Eu era um dos representantes do Partido da Frente Liberal na Legislatura passada.

Com relação ao projeto, o Banco Central não pode ter orçamento que possa ser contingenciado. Caso contrário, não estaríamos tratando de autonomia. Como uma autarquia vai ser autônoma, no nosso caso, se o orçamento é contingenciado e em alguns momentos o Banco Central fica sem recursos para emitir papel moeda?

Um ponto básico, na minha opinião, é que o Banco Central tem de ter o seu orçamento sem restrições. O Orçamento aprovado nesta Casa tem de ser executado sem restrições pelo Governo.

Outro ponto importante que entendemos relevante e que deve constar do projeto sobre o Central é a questão do mandato. Na nossa proposta, o Presidente do Banco Central teria mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido. Os diretores, a cada seis anos. O mandato começaria sempre no meio do mandato presidencial. Acho que isso é muito importante. Depois, regras prevendo a perda de mandato pelo Presidente e pelos seus diretores por desempenho insuficiente, qualquer tipo de problema mental que possa ocorrer; regras que prevêem hipóteses em que o Presidente do Banco Central e seus diretores percam seu mandato. Essa é uma questão relevante. Eles têm uma função de executar metas, e as metas têm de ser cumpridas. Caso contrário, não têm condições de se manterem no cargo.

Outro ponto importante é a criação do Sistema Brasileiro de Pagamentos. Fala-se muito pouco disso. Na aprovação da CPMF, quando isentamos o Sistema Brasileiro de Pagamentos, que era fundamental, foi apresentado destaque de um dos partidos da Oposição. Na época, alertamos que o destaque inviabilizaria o sistema. O Sistema Brasileiro de Pagamentos acabou com a antiga discussão do risco, da exposição do Banco Central ao fechamento da posição do sistema na noite anterior. Isso foi um avanço que tem de ficar registrado e uma vitória da equipe anterior do Banco Central.

Agência Fiscalizadora. O exemplo mais próximo e novo que temos é o da Inglaterra. Segundo os economistas que o partido consulta e consultou, acabou-se gerando duplicidade de ação. O Banco Central de forma nenhuma pode abrir mão de acompanhar as instituições financeiras. Era uma proposta que estudamos. Pelo menos da parte do PFL, na nossa discussão, queremos, por isso apresentamos o projeto, ver discutida a proposta. Achamos que a desculpa de que temos duas reformas tramitando é mera vontade de fugir do tema. As duas reformas tramitam em Comissões Especiais. O projeto de lei complementar tramitará pelas Comissões temáticas. Então, uma coisa de forma nenhuma inviabiliza a outra. Os exemplos que temos de autonomia ou de independência do Banco Central mostraram que um dos instrumentos para queda da taxa de juros é a garantia que o Banco Central tem em alguns países e terá no Brasil, a execução das suas metas de política monetária, para que o brasileiro possa ver a manutenção de vitória tão importante, a estabilidade da moeda brasileira.

Autonomia e independência são coisas completamente distintas. Autonomia operacional significa restrição ao Banco Central. Hoje não existem regras estabelecidas sobre a função do Banco Central quanto a esse tema. O Banco Central é muito mais autônomo do que será depois de aprovada a regulamentação do art. 192. Tenho certeza de que a autonomia significa restrição de ação, obrigação de execução de regras específicas e maior participação do Congresso Nacional.

Nossa idéia é de que o Governo encaminhe a proposta e o Congresso a ratifique. Qualquer modificação nas metas tem de ser ratificada pelo Congresso Nacional, e a função básica do Banco Central, nesse tema específico, será apenas a execução das metas encaminhadas pelo Governo eleito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, fico muito à vontade para discutir a autonomia do Banco Central, até porque talvez esteja entre aqueles mais antigos que se vêm debruçando sobre o assunto. Fui colega do Deputado Jairo Carneiro na Constituinte, e já naquela ocasião apresentamos projeto para constitucionalizar a autonomia do Banco Central; não houve imposição do Fundo Monetário Internacional. Apresentamos, à época, emenda substitutiva à Constituição. Votamos a favor de emenda substitutiva, votamos um projeto integral. Realizamos encontro nacional do PT, discutimos as emendas. Foi um momento de extrema participação.

Consagramos posição discutida pelo nosso partido, com o apoio de todos os demais. Votamos a autonomia do Banco Central. O projeto de emenda substitutiva integral à Constituição, que apresentamos, em 1987, serviu de fonte para as emendas apresentadas nas Comissões e em plenário. Na Comissão específica, éramos representados pelo então Deputado Luiz Gushiken. Os Anais registram todas os destaques que incidiram sobre o tema.

Disputamos nas Comissões e em plenário posição que não foi fugaz e de momento. Ela, depois, foi reiterada num congresso muito importante da Confederação Nacional dos Bancários, vinculada à CUT, tendo sido aprovada posteriormente pelo congresso da CUT, em 1992, ocasião em que votamos, em função até do art. 192 da Constituição Federal, na CNB – Confederação Nacional dos Bancários, a proposta incorporada por nós num substitutivo integral, numa regulamentação integral do art. 192. Foi a resposta dada à imposição da interpretação do Supremo Tribunal Federal, que entendia que só poderia ser regulamentado o art. 192 de forma absolutamente inteira.

Essa proposta foi apresentada e votada pelos bancários e pelo sistema CNB/CUT. A mesma proposta aprovada foi assinada ainda pelo então Depu-

tado Luiz Gushiken, pelo Deputado Paulo Bernardo e por uma série de outros deputados.

O projeto de lei foi apresentado a esta Casa. Posteriormente, outros foram apresentados, consagrando idéia muito adequada ao pensamento de um partido que defende controle social sobre administração pública e aspectos de autonomia do Banco Central, órgão tão importante que não pode ter um modelo subordinado, não transparente, fruto da ditadura. O nosso modelo de Banco Central é o rosto, o corpo e a alma da ditadura. Para nós, isso é inaceitável!

Deputado Paulo Afonso, fui autor de projetos de lei na Legislatura passada. Logo que cheguei aqui, percebendo que qualquer projeto de lei complementar fatalmente morreria a qualquer tentativa de regulamentação, numa tentativa – lá em Minas Gerais, chamamos golpe do João-sem-braço: faz-se de bobo para ver se consegue tapear os outros –, apresentei projeto de lei ordinária muito curtinho que só regulamentava o mandato do Presidente do Banco Central; não falava mais nada. Era uma tentativa. Afirmei que não tinha nada a ver com o art. 192, mas com a legislação e com o Direito Administrativo. E não venham barrar! Não venham pensar meu projeto, não!

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação só tem cobra criada. A minha tentativa foi frustrada. Disseram: “Volta para trás.” E eu fui obrigado a enfiar o rabo entre as pernas e a reapresentar o mesmo projeto, que já está tramitando, apenas para que fique registrado, sem nenhum empenho ou entusiasmo. Evidentemente, não perderia meu tempo fazendo projeto mais completo, porque ele fatalmente seria apensado ao PLP nº 200, de 1989, de autoria do então Senador Itamar Franco, proposição essa que estava recebendo tudo como apensado.

Portanto, é uma luta que temos travado desde há muito tempo. Eu estava pessoalmente nela em 1987, em 1999, 2000 ou 2001, não me lembro exatamente.

Esse projeto que apresentei provavelmente vai tramitar em conjunto com o do PFL. Parece-me que deputados já pediram seu desarquivamento logo no início da aprovação do desbloqueio proporcionado pelo substitutivo do Senador Jefferson Péres, aprovado aqui, logo no início deste ano com o nosso empenho.

Por que esse projeto é importante? Primeiro, deixo claro que concordo com o que disse o Deputado Paulo Afonso; só que ele atacou o alvo errado. Ele atacou a independência do Banco Central – às vezes, chama de independência, e outras vezes, de autonomia.

No mesmo dia em que apresentei o projeto, que eu já sabia que seria apensado. Mas o fiz por dever de ofício, e apresentei uma série de projetos. Todos estão aí. É só consultar a Intranet da Câmara dos Deputados. Entrei com uma série de projetos a respeito das agências. Essas, sim, têm um viés de independência lhes possibilita fazer blindagens. Entrei também simultane-

amente com projeto de autonomia do Banco Central e com projeto tirando esse poder das agências.

Por que um projeto tão simples já pretendia a autonomia do Banco Central? Porque a Constituição brasileira atribui ao Banco Central determinadas funções em relação ao câmbio, à moeda e aos juros.

O meu projeto muito simples, tão simples que eu tive a vã pretensão de burlar a atenta CCJ da Casa, propunha estabilidade à direção do Banco Central. É evidente que estava tratando do sistema financeiro mesmo, porque, se eu desse estabilidade à direção do banco pelas atribuições exclusivas dele, evidentemente estaria ali atribuindo determinadas regras de condução de parcela fundamental do Sistema Financeiro Nacional, que é o Banco Central, a nossa moeda.

Por que a independência do Banco Central não nos serve? Porque ela faz a blindagem, desvincula a política do Banco Central das macrodiretrizes do governo eleito. Nesse sentido, concordo inteiramente com os demais.

Mas por que a autonomia – gostemos ou não do nome — é importante? Primeiro, quero definir o que entendo por autonomia. Para que haja entendimento mais fácil, apresento uma fórmula. Dizem que relator de sistema tributário tem de ouvir muito e falar pouco – eu talvez não tenha sido uma boa escolha, pois minha voz já está acabando. Eis a fórmula matemática: $A = E + C + V$. A é autonomia – pelo menos o que entendo por autonomia – e é igual a estabilidade, mais controle, mais vinculação. Isso é autonomia. Esses três elementos têm de estar presentes na autonomia.

O Banco Central precisa ter estabilidade de metas e de direção. Isso é fundamental para o desenvolvimento de economia sustentável voltada para o mercado interno com investimentos produtivos, que tem de ter regras do jogo. Uma situação sem regras do jogo favorece o capital especulativo, o volátil de curto prazo que tenha informações privilegiadas.

A idéia de que o Banco Central tem de ter regras estáveis, tem de ter estabilidade de metas é fundamental, se quisermos desenvolver bem o nosso controle monetário e ter regras saudáveis de desenvolvimento econômico sustentável.

Não adianta falar que isso é bom para o mercado. Mercado é tudo. Mercado são os investidores externos, é verdade.

Conseguiremos atrair investimentos a juros menores dos nossos papéis da dívida pública? É claro, desde que tendo transparência, estabilidade de metas, de direção conhecida, e também maior confiabilidade.

O controle social é importante. O Banco Central do Brasil é uma aberração. Fico por entender como alguém pode querer bloquear, Deputado Paulo Afonso, com todo o respeito, a possibilidade de reformular o Banco Central, que não é definido em lei complementar, nem em lei ordinária, nem decreto, nem portaria; são circulares. No meio da madrugada, se o Presidente Lula ou

o Ministro Antonio Palocci quiserem, pode-se reformular toda a estrutura do Banco Central. Não é preciso nem publicar.

Mas não consigo defender esse modelo, porque então estaria fugindo da minha história de querer uma sociedade democrática, de defender transparência e controle social – e para quê? Para defender um Banco Central que pode, no meio da madrugada, enterrar bilhões de reais na mão de um tamboretinho de um banco.

Por favor, é preciso que haja controle social! Todos os bancos centrais têm controle social. Os que têm modelo de independência não são prisioneiros do mercado. Prisioneiro do mercado é esse que está aí, porque tem autonomia concedida e, ao mesmo tempo, não tem os controles claros com mandato.

Defendo a idéia de construir um Banco Central que tenha controle superior, com composição de representantes claramente conhecidos, com competência, e com possibilidade de vetos – seria um crivo por onde passaria a interrupção de mandato dos dirigentes do Banco Central.

Por último, precisamos do elemento V: vinculação. Do contrário, seria independência. O País fez opção por um governo, por um modelo e por uma política. A política macroeconômica em geral é decisiva. Do contrário, teríamos de usar aquela velha e surrada expressão dos economistas: “O rabo abanando o cachorro.” Ou seja, alguém dominando o mercado.

Essa discussão é importante. Quando ela é feita por Parlamentares Federais que têm hoje a responsabilidade de elaborar leis, torna-se uma polêmica mais fácil. Um debate acadêmico cria confusão muito grande.

Qual a diferença de autonomia e independência? Eu me lembro de discussão em que foi criticada minha proposta de autonomia. Perguntei: “O que você defende?” Ele disse: “Eu defendo controles sociais e que os trabalhadores tenham o controle do Banco Central”. Eu disse: “Mas esses trabalhadores poderão ser afastados a qualquer momento pelo Governo?” “Não”. “E eles têm poder?” “Têm.” Então, pode-se votar o que quiser. Se aprovar projeto assim, não se escapará da sina inexorável de, amanhã, algum analista europeu ou norte-americano escrever tese sobre modelo brasileiro de autonomia do Banco Central.

Autonomia do Banco Central é exatamente o Governo não poder fazer o que bem entender, na hora que bem entender. Essa é a autonomia do Banco Central.

Quando o PT defende orçamento participativo, de alguma maneira, os instrumentos de orçamento têm alguma autonomia em relação à vontade imperial do Ministro do Planejamento. Essa é a questão da autonomia do Banco Central.

Precisamos de um Banco Central com essas características. Não quero ficar debatendo. Nos meus projetos não aparece a palavra autonomia. Os

outros têm; o do PT tem, o de 1992; o do Presidente Fernando Henrique não tem a palavra autonomia. É um projeto de autonomia apresentado não pelo Senador Fernando Henrique, mas pelo Presidente. É um projeto do Executivo. Está tramitando. Se pedirem para desarquivá-lo, verão que ele ainda está tramitando. Não aparece a palavra porque não precisa. A Constituição brasileira já vincula as atribuições ao Banco Central.

Já tenho um modelo detalhado que vou apresentar como emenda ao meu singelo projeto apresentado na legislatura passada, que vou manter até por respeito a mim próprio e aos que lutaram por ele.

Defendo o mandato com a possibilidade de sua interrupção. O Lula resolveu manter isso, mas poderia ter retirado. Estive com o ex-Ministro Marcos Tavares, que foi mantido, mas o novo Presidente poderia destituí-lo, se quisesse. Preferiu respeitar o mandato. Ótimo, assim também eu defendi o Banco Central. O novo Presidente pegaria o mandato em andamento; poderia mantê-lo ou destituí-lo do cargo. Mas, ao nomear o primeiro, o mandato passa a existir. E também há uma série de outros aspectos. Mas, como o tempo já se esgotou, espero que, com o debate, fatalmente, essas questões sejam esclarecidas aqui.

Vamos trabalhar juntos. Inclusive, Deputado Paulo Afonso, tenho certeza de que nosso projeto irá corresponder às expectativas e iremos construir um projeto que seja do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Antes de iniciar os debates, gostaria de convidar o Deputado Léo Alcântara para compor a Mesa. S. Ex^a é Presidente da nossa Comissão.

Estão inscritas oito pessoas, entre elas o Deputado Osório Adriano. Segundo as normas do Seminário, V. Ex^a dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Senhores da Mesa, demais presentes aqui neste nosso debate, gostaria de fazer um elogio rápido aos Presidentes que sugeriram a realização deste seminário, que tem sido muito bom, embora eu tenha ficado mais em dúvida ainda.

Hoje cedo ouviu-se muita coisa aqui, inclusive que os economistas haviam chegado a um consenso no País. Mas logo encontramos alguém que nos apresentou os fatos de maneira diversa: o brilhante economista Paulo Nogueira Batista. A ele se juntaram o Ministro Delfim Netto e o Sr. Luiz Carlos Barros de Mendonça. Os debates foram intensos e muita coisa foi dita. À tarde tivemos aqui o Ibrahim Eris e o Carlos Langoni. O Ibrahim Eris afirmou que “maior a independência, menor a inflação”. Não sei se isso é verdade. Acredito que o Banco Central sempre teve independência. Recentemente – V. Ex^{as}. estão lembrados – a independência era tal que alguém segurou o câmbio e, quando pensou que não, já estava fora. Ele não conseguiu manter a sua política, porque os acontecimentos o colocaram para fora.

Disseram que, com a independência do Banco Central, controlam-se juros e empregos, do que discordo tremendamente, porque é de acordo com o corpo de cada um que se ministra a dosagem do remédio. E me refiro especialmente quando se fala em fixar a inflação. Cita-se a Inglaterra, com a meta de 2,5%, enquanto nós aqui estamos procurando chegar aos 8,5%. E há a meta de 4% para não sei quem, que seria a ideal para o Brasil. Mas creio que a coisa não funciona assim. Não podemos fixar uma meta de inflação, comparando-nos a outros países totalmente diferentes do que somos.

Acho que a inflação é consequência da política que vamos colocar em prática. Mas há momentos em que temos de afrouxar, porque há o problema social, que é muito grave e para o qual temos de olhar inicialmente. Vejam o que acontece em nosso País agora: o desenvolvimento parou. Estamos numa situação calamitosa.

Fui empresário a vida inteira e não sou novo: portanto, estou sentindo o que está acontecendo. Será que ninguém está vendo?! Claro que está. Vejam aí a produção industrial caindo. Daqui a pouco o desemprego vai aumentar e o nosso Presidente Lula não vai poder gerar os 10 milhões de empregos que prometeu.

Meus amigos, a prática da política econômica é relativa. Para mim, homem prático da vida, não se fixa inflação. Talvez se consiga, mas será por acaso; vai-se trabalhar em cima disso, mas cuidado com a dose do remédio, porque pode acontecer com você o que aconteceu com o Presidente do Banco Central quando do episódio do câmbio: ele tentou, e, quando pensou que não, foi engolfado por uma série de problemas e de pronto estava na rua.

Foi citada também uma coisa muito interessante. Essa autonomia do Banco Central está nas cartas-compromisso do nosso País. Não sei se estão fazendo isso em razão dos compromissos, mas o economista Paulo Nogueira Batista, que questionou essa carta-compromisso, perguntou por que o FMI não se tornava autônomo. Alguém perguntou: por que o FMI também não elege um Presidente? Ora, porque eles querem ter o controle, meus amigos.

Estou repensando minha posição quanto a essa questão da autonomia, diante do que tenho ouvido ultimamente. Em relação a isso não há nenhum consenso. Isso é conversa de imprensa. Não existe consenso coisa nenhuma, porque os economistas respondem muito bem a tudo isso.

De modo que eu queria apenas fazer esses comentários. Talvez o nosso companheiro, Deputado Paulo Afonso, possa nos responder melhor, juntamente com o nosso representante do PT, o Deputado Virgílio Guimarães, a respeito dessas colocações sobre a fixação de metas de inflação. É isso possível?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – O Deputado Rodrigo Maia tem um compromisso e pede licença.

Vamos ouvir o Deputado Paulo Afonso e o Deputado Virgílio Guimarães também, por dois minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Serei rápido. Eu gostaria de aproveitar, Sr. Presidente, senhores participantes, para fazer uma observação em relação às colocações do eminente Deputado Virgílio Guimarães, meu caro amigo.

Caso não me tenha feito entender, quero corrigir: quando critiquei a autonomia e a independência, não quis dar a entender – longe de mim – que eu estava defendendo o atual modelo. Pelo contrário, estou criticando a autonomia e a independência, porque defendo – e cunhei esse nome agora – o modelo da “obediência”. O Banco Central hoje já é muito autônomo, pelo menos para o que entendo e julgo correto. Acho que temos de mexer no Banco Central. E não é onda nem jogar o abacaxi ou a bomba para o colo do outro. Acho efetivamente que o Governo do PT tem condições de fazer isso, tem credibilidade e respaldo. Essa é uma verdade. E o Governo tem que aproveitar a oportunidade.

Veja, deputado, foi dado um exemplo bastante concreto em suas colocações sobre a atitude do Banco Central e de seus dirigentes: na calada da noite, injetaram recursos em um banco problemático. E aqueles dirigentes deviam satisfação às autoridades; imaginem o caso em que eles não tivessem de mostrar essa obediência e subordinação, que eles tivessem a capacidade de agir por conta própria. Seria mais complicado ainda. Vejo dessa maneira.

Vou concluir este raciocínio, lembrando que faço questões do ponto de vista prático. Primeiro, será que o Presidente Lula – ou o Presidente Fernando Henrique, quando escolheu o Dr. Armínio Fraga –, quando escolheu o Dr. Henrique Meirelles, teria outra escolha, caso o Banco Central fosse autônomo?

Ele poderia escolher outra pessoa? O Presidente Lula poderia, então, impedir a posse do Dr. Henrique Meirelles? Ou será que o Presidente Fernando Henrique poderia escolher outro que não o Dr. Armínio Fraga? Acredito que a escolha recairá no melhor que o Presidente, a seu juízo e de seus colaboradores, tenha. E não creio que o Dr. Henrique ou o Dr. Armínio tenham feito corpo mole no cargo porque a função não era independente, como também não posso imaginar – posso receber críticas e opiniões divergentes – que o Ministro Malan e o ex-Presidente Fernando Henrique ou o Ministro Palocci e o Presidente Lula atralhem o Banco Central. Não consigo também imaginar o ex-Presidente Itamar Franco ou até mesmo – aqui está o Sr. Ibrahim Eris – o ex-Presidente Collor assim o fazendo; e este último porque a razão do epílogo de seu governo foi outra, que não a questão da política econômica. Pelo contrário, houve ações empreendidas por aquele governo que conservamos até hoje. Cito como exemplo a abertura da economia e a mudança de nossos parâmetros. Não consigo enxergar de outra maneira.

Por fim, Deputado Virgílio, só para nossa reflexão, eu também me pergunto, e pergunto à platéia, o seguinte: já que isso era tão importante, crucial e essencial – pelo FMI ou por qualquer outra razão –, por que o ex-Presidente Fernando Henrique não implementou essa medida em seu Governo? Por quê?

Teve toda condição, todo o tempo, todo o apoio, enfim, todas as razões. Não digo que na véspera da eleição, para ganhar do então candidato Lula, poderia fazê-lo; mas poderia antes ter implementado. Por que isso não foi feito?

É uma questão para a qual julgo ter alguma resposta, mas acho que merece a reflexão de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Eu gostaria de esclarecer um pouco mais essa questão. O uso das palavras “autonomia” e “independência”, às vezes, mais confunde do que esclarece.

Eu gostaria de ver, Deputado Paulo Afonso, o projeto de lei de V. Ex^a. Não podemos ficar discutindo como os analistas e comentaristas; temos de dizer qual é o art. 1º e o § 1º; enfim, como serão eles redigidos. Qualquer opinião, partindo de deputados federais, tem de estar consubstanciada numa proposta, numa emenda, numa redação.

Não quero discutir se o que defendemos é autonomia, independência, obediência ou subordinação. Considero importante para a sociedade que haja mecanismos de controle social sobre o Banco Central para que o mesmo tenha transparência; que ele seja regulamentado por meio de leis.

A questão da autonomia, Deputado Paulo Afonso, não significa o Meirelles fazer o que bem entender; não é isso. Quando se concebe um Banco Central com maiores elementos de autonomia, deve essa idéia fazer parte da instituição como um todo, inclusive do seu Conselho Monetário que vai exercer o controle sobre aquilo que está sendo feito. E existem regras claras para o Executivo e o Congresso Nacional efetuarem a cobrança. Hoje, o Banco é subordinado no que se refere ao Governo, mas, em sua ação cotidiana, ele é absolutamente caixa-preta. Não há controle de ninguém.

Tenho um projeto aqui, que oportunamente vou apresentar, emendando o que já tenho. Mas acha V. Ex^a que pode haver mandato, com regras claras de interrupção do mandato? Considero isso importante. Acredito que as agências estão erradas, porque têm mandatos de seis anos, que ultrapassam o mandato da presidência da República, de quatro anos, e isso conflita com o Ministério. Proponho uma maneira clara – que não sei se a devemos chamar de obediência ou autonomia – de se fazer a proposta: mandato de três anos, renováveis. O novo Presidente – por sucessão, reeleição, renúncia, falecimento ou impedimento de alguém – poderá interromper, se quiser, o mandato. Creio que isso está de bom tamanho. Ele não vai blindar, como V. Ex^a disse, o Banco Central em relação à política macroeconômica do Governo, mas este deverá estabelecer metas claras.

Hoje, o Governo pode dar ao Banco Central instruções não muito claras. Quem é que garante que o Banco Central fez o que fez, naquela madrugada,

por conta própria ou por instrução de alguém? Em um Banco Central com as características que defendemos isso jamais ocorreria, mesmo porque não faz parte das atribuições do Banco Central esse tipo de coisa. O Banco Central passa a ser mais focado, ou seja, passa a se submeter às regras do jogo.

Não quero ficar discutindo se isso é autonomia ou se é obediência. Quero discutir o Banco Central que queremos. Se for um Banco Central com estabilidade de direções de metas, se estiver submetido ao controle social e tiver, portanto, transparência e vinculação com as diretrizes da política macroeconômica, tanto pela definição das metas, quanto pela possibilidade de interrupção do mandato, então, para mim, está bem. Se querem chamar isso de obediência, ou de autonomia, isso não importa.

Vou traduzir, no meu projeto de lei, um banco central regulado por leis e que preste contas ao Parlamento, preste contas ao País, tenha estabilidade, esteja vinculado à política macroeconômica — mas que esteja submetido ao controle social .

É isso o que quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Vamos ouvir os inscritos não-parlamentares. Vamos convidar os três primeiros; depois, ouviremos os membros da Mesa a respeito.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos de Castro.

O SR. CARLOS ROBERTO DE CASTRO – Vou falar bem rapidamente. Creio que hoje ouvimos – e me associo ao entendimento aqui expresso pelos palestrantes – muitas críticas no que concerne a uma meta de inflação extremamente reduzida, que, ao que tudo indica – o Dr. Ibrahim Eris disse “quase impossível” –, é impossível de ser cumprida, uma vez que está muito abaixo do contexto da nossa realidade.

Esse sistema de metas de inflação vem sendo adotado já há alguns anos em vários países, mas me parece que o razoável seria que a meta fixada fosse um pouco mais consoante com a realidade que nos envolve. Alguém poderia dizer: “mas se disserem que o ideal é 9%, aí vamos ficar satisfeitos com 11%”. Na verdade, o ideal seriam 7%. Até admito que sim, como aquelas coisas que puxamos para baixo para tentarmos segurar um outro número.

Mas, inegavelmente, não poderemos cumprir essas metas tão reduzidas, e as estamos impondo, pelo menos até agora, com taxas de juros elevadas, em meio a um processo já de recessão, que não é apenas por ouvir dizer, mas por sentir.

Deputado Léo Alcântara, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizá-lo pela iniciativa deste seminário. Acredito que iniciativas dessa natureza devem ser incentivadas. Lamento apenas não termos presente um número maior de membros da Comissão que vai votar um assunto tão impor-

tante como esse, embora na parte da manhã houvesse mais deputados – talvez pelo fato de o período da tarde ser reservado às votações do Plenário da Câmara dos Deputados.

Já fiz algumas considerações, mas tenho uma preocupação: acredito que o Banco Central hoje tem muito poder, tem poder demais. O fato de se atribuir ao Banco Central o mandato de prazo fixo e a prestação de contas significa dar-lhe mais poder ainda. Se for essa a proposta, de dar o mandato fixo e prestação de contas, mantidas as atuais atribuições do Banco Central, ele vai ficar com um poder sobrenatural; vai ser o maior poder da República!

É evidente que concordo com a proposta do Deputado Virgílio quando ele fala de metas, regras, vinculações e controle social. A função precípua do Banco Central moderno é perseguir metas de inflação, ele vai usar os instrumentos técnicos de que dispõe para atingir aquelas metas, mas não é ele que vai formular essas metas, nem definir as taxas de câmbio ou de juros. Hoje, quem faz tudo isso é o Banco Central: ele tem controle sobre o câmbio, sobre as reservas, sobre a fiscalização e sobre o fluxo de capital.

O que temos de realizar está mais ou menos relacionado àquela observação do Sr. Mendonça de Barros, quando ele disse que, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, os governadores sacavam contra o futuro. Portanto, era uma irresponsabilidade fiscal que havia no País. E quem vai estabelecer essas metas a serem perseguidas pelo Banco Central é o Executivo, aprovadas pelo Legislativo. Como acontece nos Estados Unidos: o Presidente do Federal Reserve presta contas de seis em seis meses ao Congresso Americano.

Penso que os Srs. Deputados têm uma grande oportunidade para criar regras bem claras e definidas de responsabilidade. O Banco Central tem que ter mais responsabilidade – e os senhores terão muito mais responsabilidade também – ao formular os mecanismos de controle social e vinculação. É o que espero e é minha expectativa a respeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – O Dr. Carlos Roberto de Castro é o Presidente do Conselho Federal de Economia.

Vamos ouvir o Sr. Carlos Saraiva, representante da CUT.

O SR. CARLOS SARAIVA – Não sou representante de nada. Colocaram aí, mas tudo bem. Não tenho nada contra a CUT; sou um militante, médico. Mas também sou um aspirante a cidadão, e é por isso que estou hoje aqui. Estou meio confuso. Meu pensamento havia mais ou menos se clareado pela manhã, mas agora passei a ficar extremamente confuso, inclusive com a observação do companheiro Virgílio Guimarães. Confesso que fiquei totalmente perdido!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Um momento. Consulto a possibilidade de o Deputado Virgílio Guimarães estar presente.

O SR. CARLOS SARAIVA – Entre outras coisas que ouvi hoje foi a palavra “credibilidade”. Ouvi falar em credibilidade, em termos de lidar com as

incertezas e com uma série de coisas. Fiquei me perguntando: credibilidade e incerteza vis-à-vis a quem? E, depois, ouço autonomia e independência; indago: autonomia e independência em relação a quem?

O ex-Ministro Carlos Langoni falou sobre a falta de credibilidade e do grande problema, do grande turbilhão ocorrido na véspera das eleições. Fiquei pensando: bom, havia uma falta de credibilidade e uma incerteza por parte de quem? Do mercado internacional, porque o que aconteceu no Brasil não era a mesma coisa que estava pensando o mercado internacional, tanto que se elegeu um candidato metalúrgico, com uma votação estrondosa?! Então há alguma coisa errada. A credibilidade que se está querendo é para o mercado e não para o Brasil?!

Quando falo em autonomia e independência do Banco Central estou falando o quê? Autonomia e independência vis-à-vis a quem? Ao Governo, para deixar o Banco Central livre para o mercado? Então, as duas coisas estão se batendo.

Quero credibilidade e autonomia. Parece que a palavra “independência” saiu e ficou só “autonomia”, porque “independência” é muito ruim, enquanto “autonomia” é meio obscura. Mas autonomia em relação a quem? Ao Estado? Então, estou entregando tudo ao mercado. Tudo bem.

Companheiro Virgílio Guimarães, estou confuso. E por quê? Porque V. Ex^a disse o tempo todo que desejava uma coisa assim e assado, mas que não interessava se o termo fosse autonomia, independência ou coisa que o valha. Como não interessa? A palavra tem uma força incrível; é um emblema, um símbolo. Então, não dá para dizermos que pode botar autonomia. Autonomia para mim é uma coisa; para o Fundo Monetário Internacional é outra.

Com todo o respeito à minha conterrânea, Deputada Yeda Crusius, o que o PSDB e o PFL estão pensando sobre autonomia, parece-me, não é a mesma autonomia de que o dileto companheiro Virgílio Guimarães está falando. Parece-me que não. Também não é o mesmo que pensa o representante do PFL. Então, vamos nos entender. O que queremos? Se não é autonomia, queremos o quê? Um projeto de reformulação do Banco Central. Se for um projeto de reformulação do Banco Central, temos que convencer o Fundo Monetário Internacional do que queremos, porque também temos que deixar clara a nossa intenção e temos que nos entender com os representantes do PSDB e do PFL. Penso que a observação do companheiro do PMDB foi correta, pois temos que saber o que estamos fazendo. Hoje ficou claro, pela palestra do Sr. Paulo Nogueira Batista, que não é nada disso. Autonomia para S. S^a. – e para mim ficou muito claro – é realmente abriremos as portas de maneira clara e deixarmos a nossa independência de Estado. Até S.Sa. disse uma coisa que achei correta: precisamos não de autonomia nem de independência do Banco Central, mas de autonomia e independência do Estado nacional, do Brasil.

Estou, portanto, confuso. Na condição de militante do PT, acho que autonomia e independência não têm nada a ver com a nossa história. E aí podemos dizer: “Herdamos uma herança maldita e tal; não conseguimos fazer isso nesses seis meses, mas pretendemos fazer uma ruptura mais tarde.” Ou, então, decretemos todos nós: “É inevitável, não tem processo político ideológico, é uma geléia geral e tanto faz eleger metalúrgico como eleger sociólogo que dá na mesma.”

Termino pedindo que me esclareçam, por favor, porque na minha cabeça ficou confuso. Se for para fazer uma reformulação, que elaboremos de maneira clara um projeto de reformulação do Banco Central, ou seja, para que ele não seja autônomo ou independente e que tenha inclusive um controle social.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Convidamos mais um inscrito. Peço desculpas aos demais em razão da Ordem do Dia do plenário. Se houver indagações dos outros inscritos, estas poderão ser encaminhadas à Mesa, que serão distribuídas aos eminentes expositores e respondidas posteriormente.

Convido o Sr. Alexandre Seabra, da Associação Brasileira de Supermercados. Quero registrar os demais nomes inscritos: Ricardo Braga está presente? Não. Willy Kauffmann? Sim. Eduardo Rodrigues? Não.

Creio que poderemos ouvir os dois oradores, já que apenas eles estão presentes.

Tem a palavra o Sr. Alexandre Seabra.

O SR. ALEXANDRE SEABRA – Sr. Presidente da Mesa, Deputado Jairo Carneiro; Presidente da Comissão, Deputado Léo Alcântara; Sras. e Srs. Deputados, penso que teríamos que trabalhar mais sobre independência do Banco Central do ponto de vista dos interesses políticos, bem como na regulamentação do mesmo e não na sua desvinculação do poder público, porque os ditames da macroeconomia, vamos dizer assim, são concretizados pelos nossos votos. Somos nós, os cidadãos, que colocamos nossos votos na urna.

De uma maneira geral, também o Banco Central não pode segurar uma paridade de uma moeda de um por um, às vésperas de uma eleição e depois desvincular o câmbio do dólar porque já ganhou nas urnas. Então, deve haver desvinculação e independência em relação ao respeito ao mercado regulador, mas não uma interferência direta do Governo, ditando as normas do Banco Central, quando, por exemplo, segura a paridade de um por um para defender interesses seja de quem for, ou injeta dinheiro no Proer, nos bancos – como dito pela Deputada Yeda Crusius –, criado para dar sustentabilidade às mudanças e dar credibilidade à moeda nacional. Mas quanto todos os brasileiros têm pagado por isso?

Quero deixar registrado, como o Deputado Osório Adriano mencionou muito bem, que precisamos ministrar o remédio na dose certa. Não posso parar o Brasil por querer uma taxa de câmbio X ou uma taxa de juro Y. Como podemos ter uma autonomia e independência do Banco Central da Casa, dos interesses daqueles que foram constituídos para os Poderes por meio do voto direto, da democracia, se queremos segurar as rédeas do desenvolvimento brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Ouçamos o último inscrito, Sr. Willy Kauffmann, Assessor Parlamentar.

O SR. WYLLY KAUFFMANN – Sou economista, Assessor do Deputado Luiz Carreira. Se me perdoa V.Ex^a a petulância, Deputado Virgílio Guimarães, gostaria de acrescentar mais um item na sua equação, que seria uma constante, um F ou um A: a definição da função ou da atribuição do Banco Central. Quais seriam as funções? Quais seriam as atribuições? Isso talvez tenha levado o Governador Paulo Afonso a mostrar que o conceito de autonomia tem uma ambigüidade intrínseca, porque na verdade hoje, o dia inteiro, os comentaristas e debatedores discutiram dois conceitos de autonomia: um, mencionado pela Deputada Yeda Crusius, de que basta blindar o Banco Central, sem perda de função; o outro foi colocado pelo ex-Presidente Ibrahim Eris, que é justamente a perda de funções pelo Banco Central para se conseguir uma autonomia. Neste último, não se trata apenas da autonomia do Banco Central, mas de reforma do Banco Central e de todo o sistema econômico do Brasil. Vai-se redefinir o papel do Ministério da Fazenda, da Secretaria de Política Econômica, da Secretaria do Tesouro Nacional e, principalmente, do Banco do Brasil, porque, retirando-se funções do Banco Central, vai-se fazer uma verdadeira reforma do sistema econômico brasileiro.

Por outro lado, simplesmente blindando as funções do Banco Central, criar-se-á um superórgão, um superministério que simplesmente poderá abrir mão do Ministério da Fazenda, já que o Banco Central resolverá tudo. Estaria blindado, teria mandato fixo e resolveria tudo.

Hoje, temos que nos definir entre estes dois conceitos: da perda de funções, no sentido de fazermos uma reforma do sistema econômico brasileiro, em todos os seus órgãos; ou criar um superórgão que pode decidir tudo. Essa seria basicamente a questão central, polêmica e que gerou as ambigüidades mostradas pela Mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Passo a palavra à Deputada Yeda Crusius.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Levantou-se um ponto que sempre me lembra tempos bastante passados: quando o quarto está escuro, acredita-

mos em fantasma; se acendemos a luz, ele desaparece. Mais uma vez se está abordando uma discussão extremamente importante como a da autonomia ou independência do Banco Central e a regulamentação do art. 192.

A confusão à qual o meu conterrâneo se refere é presente, mas é presente hoje, enquanto não se completar uma visão plena de luz, aberta, que nos indique o caminho.

Quando assumimos, em 1995, a responsabilidade de uma eleição ganha – e não quero dizer que estamos querendo jogar fora quem foi eleito –, esta veio com um arcabouço de propostas e apresentou um conjunto consistente de reformas. Podem rotulá-las do que quiserem, neoliberal ou o que seja, não interessa, o que interessa é que houve um conjunto consistente de reformas que dizia: sem isso não se tem uma estabilidade sustentada de preços e, portanto, coloca em perigo o trajeto sustentado de desenvolvimento.

Criaram-se aquelas dicotomias: inflação versus crescimento, estabilidade versus desenvolvimento. Tentou-se. Foi uma elevação de nível, um degrau que se completou até um determinado momento. Naquele período começou uma confusão: confundiu-se a cabeça da população em relação a uma ou duas reformas, a um ou tal ponto, com denunciismo absolutamente descarado em alguns momentos. Houve confusão, perdeu-se eficiência no passo das reformas, mas estamos em outro momento e devemos acender a luz: não adianta falar-se apenas em reforma tributária, previdenciária – e deixou-se para trás a reforma trabalhista – ou política, pois continuam a confundir a cabeça em relação ao rumo. Isso se reflete na questão do Banco Central.

Presidi a Comissão de Finanças em 1999, no ano da desvalorização do real. E ali havia um projeto de reestruturação do Banco Central que se encaminhava para uma discussão política sobre autonomia e funções da instituição. E seria assim: art. 1º, art. 2º, art. 3º. E essa discussão dá visibilidade ao que se pretende. Até há dois ou três meses era uma confusão a tal da reforma da Previdência, até que o texto surgiu e não houve mais confusão. Agora, vamos trabalhar e ver se a proposta resolve a questão de Estado, a questão fiscal, e daí por diante.

A autonomia do Banco Central, na minha opinião, não se restringe a um mandato fixo; a autonomia do Banco Central deve servir para liberá-lo da pressão do mercado. É completamente diferente da confusão que se estabelece. Não se trata de blindá-lo em relação à intervenção política. Ora, ganha-se eleição com um programa de Governo, com um conjunto de políticas, a minoria vira oposição e a maioria vira situação. Então, quero liberá-los dessa confusão: não se pode deixar o Banco Central vulnerável a pressões de mercado, para isso devemos estruturá-lhes as funções e dele retirar-lhe a fiscalização. É uma contaminação sem tamanho deixar que o Banco Central fiscalize o sistema que é usuário de sua política monetária.

A reestruturação do Banco Central é o cerne e o coração de sua autonomia, não em relação a injunções políticas, porque quando a democracia

é plena, ganha-se eleição e aplica-se a política. Divirjo do Deputado Paulo Afonso, porque não é isso. Não vamos mais confundir a cabeça das pessoas, dizendo que queremos livrá-los da injunção dos políticos. Não! Quero tornar o Banco Central imune a toda e qualquer pressão. Se ela vier do fisiologismo político, não entrará, está o Banco Central blindado, mas se vier um mercado que consegue fazer com que o Banco Central o siga, por fragilidade, também deve haver mecanismos de defesa. E por isso nossa discussão se liga ao debate sobre baixar a taxa de juros.

Enquanto não houver regras claras de atuação monetária, fiscal e cambial; enquanto não se tiver um programa de desenvolvimento do Real, do concreto, ficaremos discutindo apenas sobre moeda, moeda e moeda distinta do Real. Não existe isso! Deve-se acoplar uma coisa à outra. Enquanto não houver um texto para analisarmos, não podemos falar sobre o que pensa a minha cabeça, a do Virgílio ou de outro. Que política é essa que esse Governo quer? Eu não conheço. Também quero conhecer.

Repito: para mim, dar autonomia ao Banco Central é estruturar uma carreira de Estado para quem lida com moeda. Deve-se estruturar o plano de cargos e salários do Banco Central, barrado em 1999. Deve-se mudar as funções do Banco Central e descontaminar as suas ações diárias para deixá-lo fazer política monetária, consoante a política geral de um Governo eleito.

Sintetizando, quero liberar o Banco Central da interferência do mercado, por ser ele frágil na estrutura de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Muito bem. Vamos ouvir o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A Deputada Yeda Crusius, de certa maneira, já esclareceu bastante a questão. Mas queria dizer, companheiros, primeiro, que sempre lutamos por isso. É histórico e não há como apagar. O PT e o PCdoB sempre defenderam esse ponto. Fiz questão de fazer uma pesquisa e nada achei sobre o Banco Central que não fosse projeto do PCdoB.

O projeto apresentado pelo Deputado Ricardo, de Santa Catarina – não fui contemporâneo dele aqui –, na minha opinião, caminha para a independência e dá um pouco essa blindagem. Talvez, por ser S. Ex^a. de um partido da oposição, houvesse aquela idéia de que quanto mais se colocasse autonomia em relação ao Governo, mais oposição seria. Considero um pouco exagerado.

A idéia de que haja uma agência importante como o Banco Central, que tenha controles sociais, que tenha que prestar contas, que funcione por regras claras, não significa blindar ou inibir a ação do Governo. Nunca pensamos isso em relação a nada. Sempre tivemos o maior respeito e lutamos pelos Conselhos Populares de Saúde para formular políticas. Lembro-me de quantas e quantas discussões participei sobre se os conselhos deveriam ter sempre maioria do Governo ou não, se tinham que ser paritários, com ou sem poder

deliberativo. Sempre participei, inclusive sendo Governo, nas Prefeituras em que estivemos à frente. Isso não é blindar nada em relação a Governo, muito menos quando se trata de Banco Central. Isso é da nossa tradição. Não é agora que vamos mudar de posição, porque viramos Governo ou porque alguém disse que é imposição do FMI. Para a sociedade ter o controle é importante que essas coisas estejam claras.

O outro companheiro disse que é importante definir-se as funções. Também acho, isso complementar bem. Só que no modelo de legislação que se definiu, parece-me, o Governo dividirá isso em duas partes. O modelo de autonomia virá por intermédio de um projeto de lei, ou não virá. Cabe-nos dar andamento àquelas que já existem. E o Governo vai mandar toda essa parte de definição na Lei de Responsabilidade Monetária, que será bem definida, focando as atividades, etc.

Parece-me, portanto, que está de bom tamanho, até para fazermos a discussão de maneira um pouco menos apaixonada.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não, mas acredito que ele não fará isso, porque não será uma lei apenas sobre o Banco Central. Existe uma série de discussões. No projeto, na emenda, a fiscalização continua no Banco Central, mas como se este fosse uma espécie de holding, que tivesse a área de normatização, de política monetária e de fiscalização. Parece-me a solução mais adequada. Essa é polêmica muito acirrada e acho que deve haver um segmento com dinâmica própria, com um corpo funcional próprio.

Essa idéia também de focar o Banco Central apenas na questão do controle monetário não me parece interessante. A questão do cooperativismo de crédito, por exemplo, na minha opinião, deve ser incorporado ao Banco Central. Há os que pensam o contrário.

O projeto apresentado pelo PFL – dei uma lida rápida, não o conhecia ainda –, de fato, traz o que chamo de “aspectos da blindagem”, pois contempla um modelo que se assemelha ao das agências. Discordo da proposta, e não somente agora, já discordava antes. Na Legislatura passada propus projeto de lei de reformulação da legislação das agências, porque estabelece mandato que se sobrepõe ao do Presidente da República e S. Ex^a. não pode fazer nada.

Ao estabelecer a autonomia do Banco Central, estou dizendo que ele terá o controle da sociedade. Os controles sociais, quando são para valer, necessariamente diminuem um pouco o poder do Executivo.

Temos que pôr a bola no chão e discutir o que queremos do Banco Central. Tenho certeza de que, quando fizermos isso, discutirmos em termos de emendas e propostas, chegaremos a um pano de fundo teórico sobre essa discussão, sabendo o que se pensa na Alemanha, Estados Unidos e Japão. Nós Parlamentares temos que produzir a peça que seja a mais adequada para que o Banco Central possa ser uma referência para obter a confiança da sociedade brasileira, de forma que o cidadão não veja no Banco Central uma caixa pre-

ta. E devemos proporcionar instrumentos para que o Presidente da República possa exercer sua política macroeconômica ajustada com o Banco Central, mas que isso não possa ser ato de manipulação instantânea, por interesses imediatos. O processo deve se dar na luz do dia, aos olhos da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, a Ministra Yeda Crusius teve que sair, mas, ao final, após fazer uma volta nas suas observações, chegou a um final feliz.

Sei que todos estudaram o assunto, mas eu também li – e foram mais de 20 artigos – e sei que nenhum texto previa autonomia do Banco Central para protegê-lo do mercado. Muito ao contrário, o raciocínio que fiz sobre o que li é que a proposta seria exatamente para proteger o Banco Central do Governo. Aliás, um dos poucos artigos contrários que li foi na revista do PCdoB, “Independência do Banco Central e Terceirização do Estado”. Aqui está dito: “O capital financeiro exige a manutenção do Banco Central em mãos de pessoas perfeitamente integradas ao pensamento neoliberal e isolado da influência de órgãos públicos representativos como o Parlamento e o poder público”. Em nenhum instante alguém falou que era para preservar o Banco Central do mercado. Caso a idéia seja esta é outra conversa.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – De quando é esse artigo? O PCdoB tem projeto sobre independência do Banco Central.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – De abril de 2003.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Ah! É de 2003. Porque se formos nos referir ao projeto de lei que foi apresentado... A internet está lá.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Caso o enfoque seja esse, vamos fazer um novo seminário. O enfoque inicial era diferente. Podemos terminar com um final feliz, não quero estragá-lo. Vamos proteger o Banco Central do mercado. Mas registro que não era esse o enfoque no início da conversa. Com certeza não era, com todo o respeito. Levantei a questão da influência política porque li que era essa a razão, e não outra. E isso causava-me grande afronta. Pode ser exagero meu, mas causa-me afronta. Nesses termos, colo-co-me à disposição do Deputado Virgílio Guimarães, já assoberbado como relator da Reforma Tributária, para discutirmos e tratarmos a questão da reformulação do Banco Central, ou seja lá qual for o nome. Mas que a proposta contemple o controle do Poder Legislativo e do Poder Executivo, que não seja independente – vamos usar essa palavra que todo mundo expurgou –, que seja parte de um contexto de execução de política, que não seja uma caixa preta, que o Presidente não saiba pelo jornal o que o banco decidiu. Isso tudo é importante.

Concluirei. Quando o Deputado Virgílio Guimarães falou sobre a questão das agências e dos ministérios, recordei-me da situação vivida no Governo Fernando Henrique com as agências: os ministérios praticamente desapareceram. Como o Governo Lula tinha visão diferente, refez os ministérios e acabou por causar um conflito, porque os ministérios tinham visão diferente das agências. Nesse caso, parece-me a mesma coisa: caso o Banco Central seja terceirizado – desculpem-me, mas a expressão é do Presidente –, o Ministério da Fazenda entrará em conflito com o Banco Central, como ocorreu com as agências. O conflito hoje não ocorre porque as agências não têm regras claras, porque há interesses escusos ou porque fizeram coisas indevidas; absolutamente, o conflito existe porque há uma política diferente, eventualmente o Governo pensa de maneira diferente da agência. A Ministra Dilma entra em atrito, o Ministro Miro também, e isso não acontece porque alguém esteja contra o País, mas porque são condutas diferentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) – Obrigado, Deputado Paulo Afonso. Devolverei ao Presidente da Comissão, também Presidente do seminário. Creio que S. Ex^a. determinará a publicação desta reunião em anais para a distribuição. Espero que a decisão seja nesse sentido, pois será uma grande contribuição para os debates que virão antes mesmo da elaboração do projeto pelo Poder Executivo.

Agradeço a todos e passo a presidência ao Deputado Léo Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Agradeço a todos os deputados que compareceram, recomendados pelos respectivos partidos por serem os que mais se aprofundaram no estudo da matéria. Estendo os agradecimentos desta Presidência a todos os presentes, convidados, Parlamentares e debatedores.

Como bem disse o Deputado Jairo Carneiro, produziremos um documento com o resumo de tudo o que ouvimos no dia de hoje. Espero que todos sejam formadores de opinião e, quando o tema voltar à Casa, possamos, pelo menos, ter algum dado a mais. A nossa tendência é de que, quando o projeto chegar à Câmara dos Deputados, possamos fazer outro seminário como este, já com o projeto em mãos.

Agradeço ainda ao Governador Paulo Afonso, ao Deputado Virgílio Guimarães, ao Deputado Rodrigo Maia, em especial à Deputada Yeda Crusius, que proferiu aqui palavras das quais não sou digno, apenas apreciador do trabalho de S. Ex^a. Assim aprendi com meu pai, companheiro da Deputada Yeda Crusius quando Deputado Federal nesta Casa.

Espero que tenham tirado bom proveito do dia de hoje e que possamos, em outras oportunidades, estar juntos.

Muito obrigado.